

Governo tomará uma medida extremamente radical, importante e educativa

Ministro diz que Enel pode perder concessão

Siveira afirmou que a Enel demonstra de forma reiterada que está despreparada para prestar o serviço à altura do que a população exige

O ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira, disse na segunda-feira, 1º, que está determinando à Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) um processo disciplinar contra a distribuidora paulista Enel São Paulo, para analisar as transgressões reiteradas realizadas pela concessionária na prestação de serviço de fornecimento da concessionária à população. Ele salientou que esse processo pode levar a processo de caducidade (perda) da concessão - o que poderia resultar numa nova licita-

ção ou até na reestatização do serviço. Segundo Silveira, a companhia de origem italiana terá direito ao contraditório, mas disse acreditar que a Enel "terá poucas condições de defesa desse processo, até porque foram dadas todas as oportunidades à Enel para que melhorasse a qualidade de serviço". Ele citou que já foram aplicadas mais de R\$ 300 milhões em multas à concessionária e que nenhuma delas foi paga até o momento. "A Enel tem reiteradamente prestado serviço de qualidade muito aquém daquilo que determina inclusive a regulação", disse. **PÁGINA 2**

ABUSO

Ministério Público defende a cassação de Sergio Moro

O Ministério Público Eleitoral (MPE) defendeu na segunda-feira (1º) a cassação do senador Sergio Moro (União-PR). A manifestação foi lida pelo procurador Marcelo Godoy durante a sessão na qual o Tribunal Regional Eleitoral (TRE) do Paraná julga dois processos nos quais o PT e o PL acusam Moro de abuso de poder econômico pela suposta realização de gastos irregulares no período de pré-campanha em 2022. **PÁGINA 6**

FÉRIAS

Vasconcelos suspende pagamento de Brazão

PÁGINA 6

QUEROSENE



A PETROBRAS REDUZIU O PREÇO DO QUEROSENE DE AVIAÇÃO (QAV) em cerca de 1,5% na segunda-feira, 1º de abril, apesar da alta do preço do petróleo nos últimos dias. Os reajustes variam de acordo com o mercado atendido pela companhia, e vão de 1,4% a 1,7%, segundo a tabela publicada pela estatal. Em março, a Petrobras havia elevado o preço do combustível entre 8% e 8,5%. O preço do QAV tem sido usado como argumento das companhias aéreas para que o governo auxilie o setor, que foi duramente prejudicado pela pandemia de covid-19. Em fevereiro, o QAV teve queda de 0,4%, segundo dados da estatal. O petróleo tem operado com grande volatilidade recentemente. Na segunda-feira, a commodity alternou pequenas altas e baixas no período da manhã em relação ao último fechamento. **PÁGINA 3**

IMPOSTOS

Reforma pode elevar carga do setor de óleo em 20%

A Reforma Tributária poderá elevar a carga sobre os investimentos da indústria de petróleo e gás natural em 14%, revela estudo da Infis Consultoria, especializada em tributação do setor. O número poderia chegar a 20%, caso o regime especial de compra e venda de equipamentos para exploração e produção de petróleo, o Repetro, não seja mantido. **PÁGINA 3**

AUXÍLIO

Rio abre novo centro para pessoa em situação de rua

PÁGINA B8

ALEMANHA



O CONSUMO RECREATIVO DE MACONHA PASSOU A SER OFICIALMENTE LEGAL NA ALEMANHA na segunda-feira. Apesar da oposição de algumas organizações médicas, consumidores comemoraram a medida em meio a "nuvens de fumaça" no país. **PÁGINA 5**

CONTA DE LUZ

Pequenas empresas vão receber consultoria grátis

O Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas no Estado do Rio de Janeiro (Sebrae Rio) está com edital aberto oferecendo consultoria gratuita para redução da conta de luz para micro e pequenas empresas fluminenses com faturamento entre R\$ 81 mil e R\$ 4,8 milhões ao ano. O edital beneficiará 800 empresas. **PÁGINA 8**

REAJUSTE

Servidores federais de educação iniciam greve

PÁGINA 8

ARGENTINA



Milei não acredita em um novo plano de dolarização

O presidente da Argentina, Javier Milei, disse que não falou sobre dolarização, e sim em concorrência de moedas, mas admitiu que para se chegar a esse momento é preciso fazer várias reformas. "Nessa competição, se você for levado a impor uma moeda, a moeda que será imposta, pelas preferências dos argentinos, é muito provável que seja o dólar." **PÁGINA 5**

IBOVESPA 126.990,45 ↓ -0,87%

Maiores Altas

	PREÇO - R\$	%	OSCIL.
HAPVIDA ON NM	3,94	+6,49%	+0,24
IRBBRASIL REON NM	38,26	+2,44%	+0,91
MINERVA ON NM	6,85	+1,48%	+0,10
CASAS BAHIA ON NM	6,940	+2,36%	+0,160
SUZANO S.A. ON NM	64,89	+1,42%	+0,91

Maiores Baixas

	PREÇO - R\$	%	OSCIL.
CVC BRASIL ON NM	2,73	-5,86%	-0,17
LWSA ON NM	5,47	-6,34%	-0,37
PETZ ON NM	4,13	-5,06%	-0,22
RAIZEN PN ED N2	3,360	-5,08%	-0,180
P.ACUCAR-CBDON NM	2,85	-3,72%	-0,11

Mais Negociadas

	PREÇO - R\$	%	OSCIL.
ITAUUNIBANCOPN EJ N1	33,44	-3,42%	-1,19
PETROBRAS PN N2	37,65	+0,78%	+0,29
VALE ON NM	61,22	+0,64%	+0,39
B3 ON EJ NM	11,77	-1,83%	-0,22
EQUATORIAL ON NM	31,97	-1,78%	-0,58

BOLSAS NO MUNDO

	FECHAMENTO	%
DOW JONES	39.566,85	-0,60%
S&P 500	5.243,77	-0,20%
NASDAQ	16.396,83	+0,11%
DAX 30	18.492,49	+0,083%
FTSE 100	7.952,62	+0,26%
IBEX 35	11.074,60	-0,33%

DÓLAR COMERCIAL	
COMPRA	VENDA
5,059	5,059

PESO	
COMPRA	VENDA
0,006	0,006

EURO	
COMPRA	VENDA
5,434	5,434

LIBRA	
COMPRA	VENDA
6,345	6,349

OURO	
BM&FBovespa/Grama	Comex NY/Onça
343,00	2.250,63

TRANSGRESSÕES

Enel está despreparada e pode perder concessão

Ministro determina que Aneel abra um processo disciplinar contra a Enel São Paulo

O ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira, disse na segunda-feira, 1º, que está determinando à Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) um processo disciplinar contra a distribuidora paulista Enel São Paulo, para analisar as transgressões reiteradas realizadas pela concessionária na prestação de serviço de fornecimento da concessionária à população. Ele salientou que esse processo pode levar a processo de caducidade (perda) da concessão - o que poderia resultar numa nova licitação ou até na reestatização do serviço.

"A Enel demonstra de forma reiterada que está despreparada para prestar o serviço à altura do que a população brasileira exige", disse o ministro.

Segundo Silveira, a companhia de origem italiana terá direito ao contraditório, mas disse acreditar que a Enel "terá poucas condições de defesa desse processo, até porque foram dadas todas as oportunidades à Enel para que melhorasse a qualidade de serviço".

Ele citou que já foram aplicadas mais de R\$ 300 milhões em multas à concessionária e que nenhuma delas foi paga até o momento. "A Enel tem reiteradamente prestado serviço de qualidade muito aquém daquilo que determina inclusive a regulação", disse.

De acordo com o ministro, a medida - que classificou como "extremamente dolorosa e singular" - foi discutida com a área técnica e jurídica do MME.

A Aneel terá 20 dias para responder ao MME sobre a abertura do processo. O ministro reforçou que "nos próximos meses a empresa estará sob um processo de caducidade".

"Estamos tomando uma medida extremamente radical, importante, educativa para todas as distribuidoras, nós não transigiremos na qualidade do serviço de distribuição no Brasil e faremos com que a Enel em especial possa dar uma resposta a todos os paulistanos", disse Silveira.

O ministro afirmou que, a partir da potencial caducidade da concessão da Enel São Paulo, o MME poderia trabalhar em uma

ACIONISTAS

Ministro afirma que Petrobras não pode ter objetivo único de gerar lucros exorbitantes

O ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira, disse na segunda-feira, 1º, ter considerado uma distorção o governo ser classificado de intervencionista por conta do episódio da retenção dos dividendos extraordinários da Petrobras. "Nós nada mais fizemos do que exercer nosso direito de discutir com nossos conselheiros indicados pelo governo, dentro da lei, respeitada a governança da Petrobras e a sua natureza jurídica, a destinação correta dos dividendos extraordinários", disse.

E afirmou: "Não podemos admitir que a Petrobras tenha o único e exclusivo objetivo de ter lucros exorbitantes para poder distribuir a seus acionistas."

Silveira salientou que os dividendos ordinários, que obrigatoriamente devem ser distribuídos aos acionistas, foram "cumpridos rigorosamente", enquanto os extraordinários foram encaminhos para uma conta de contingência que serve exclusivamente para pagar dividendos. "Existe clara demonstração de resistência do mercado em consequência da boca torta que eles adquiriram nos últimos anos, em especial nos quatro anos de governo Bolsonaro, que eles faziam o

nova licitação ou até na reestatização do serviço de distribuição de energia em São Paulo.

Nos últimos meses, a empresa apresentou dificuldades para a solução de apagões na cidade de São Paulo, deixando boa parte da população às escuras por muitos dias.

Os mais recentes problemas ocorreram na região central da capital paulista no mês de março. Foram pelo menos quatro apagões consecutivos, que atingiram diversos bairros entre os

dias 18 e 21, fechando lojas e restaurantes e provocando grandes perdas.

Para minimizar o problema, a Enel espalhou geradores pela região, mas que não eram suficientes para toda a demanda.

Silveira afirmou também que pretende aproveitar o momento de renovação das concessões de distribuição para corrigir os contratos de concessão com as distribuidoras, que o ministro considera como "muito frouxos", por dar liberdade para uma quali-



Agência Petrobras

Silveira: "o governo Lula quer que a Petrobras tenha muito lucro e seja altamente competitiva"

que queriam com o Brasil", comentou.

O ministro disse que o governo Lula quer que a Petrobras tenha muito lucro e seja altamente competitiva, mas não deixará de fiscalizar o que a companhia está fazendo do ponto de vista de seu plano de investimentos.

Não abriremos mão e não nos faltará coragem de discutir e de dialogar de forma permanente com o setor pri-

vado, com as nossas empresas, a fim de que se possa compatibilizar crescimento nacional com geração de emprego e renda e cumprimento do compromisso do governo que é cuidar do povo brasileiro, em especial do povo mais pobre", afirmou Silveira.

A Petrobras anunciou, no início do mês passado, junto com a divulgação do resultado anual da empre-

sa, a retenção do equivalente a R\$ 43,9 bilhões em dividendos extraordinários, que o mercado esperava que fossem distribuídos.

A decisão provocou um enorme ruído, por conta dos sinais de ingerência do governo na administração, e fez com que a empresa perdesse R\$ 56 bilhões em valor de mercado em um único dia.

Na semana seguinte, o presidente da Petrobras, Jean Paul Prates, rebateu em suas redes sociais os questionamentos à administração da estatal. Segundo ele, a decisão do Conselho de Administração foi orientada pelo "presidente da República e pelos seus auxiliares diretos".

Prates escreveu que falar em "intervenção" na empresa é "querer criar dissidências, especulação e desinformação". Segundo ele, o mercado "ficou nervoso" que foram retidos dividendos extras a "caráter de adiamento e reserva".

A empresa disse que esses recursos não poderiam ser usados para outra coisa que não o pagamento de dividendos - ou seja, que voltariam para o bolso dos acionistas em algum momento.

“A Enel tem reiteradamente prestado serviço de qualidade muito aquém daquilo que determina inclusive a regulação

ALEXANDRE SILVEIRA, ministro das Minas e Energia



Rovena Rosa - Agência Brasil

Diário DC Comercial

Propriedade de Editora Diário Comercial Ltda

Filiado à:

ANJ ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE JORNALISTASDIRETORA DE REDAÇÃO E EDITORA
Bruna LuzDIRETOR EXECUTIVO
Marcos Luz • marcosluz@diariocomercial.com.br

REDAÇÃO: Vinicius Palermo - vipalermo@diariocomercial.com.br

DIAGRAMAÇÃO: André Mazza e Ricardo Gomes • paginacao@diariocomercial.com.br

PUBLICIDADE: RJ - Tainá Longo e Jerônimo Júnior • comercial@diariocomercial.com.br - SP - José Castelo • dcsp@diariocomercial.com.br

SERVIÇO NOTICIOSO: Agências: Estado, Brasil, PR Newswire, Senado e Câmara

IMPRESSÃO: RRM Gráfica e Editora Ltda.

As matérias assinadas são de responsabilidade dos autores e não representam necessariamente a opinião deste jornal.

Acesse nossa edição digital:

RIO DE JANEIRO
Rua Santa Luzia, 651 - 28º andar - parte - Centro
CEP: 20030-041 - Tel: (21) 2262-2906SÃO PAULO
Av. Paulista, 1159 - 17º andar, conjunto 1716 - Bela Vista
CEP: 01311-200 - Tel: (11) 3283-3000BRASÍLIA
Ed. Serra Dourada, 6º andar - sala 612 - SCS
CEP: 70300-902 - Tel: (61) 3321-2845BELO HORIZONTE
Av. Álvares Cabral, 397 - salas 1001 e 1002 - Lourdes
CEP: 30170-001 - Tel: (31) 3222-5232REPRESENTANTE COMERCIAL
Brasília: EC Comunicação e Marketing - Quadra QS 01
Rua 210 Lt. nº 34/36, Bloco A, sala 512 Ed. Led Office - Águas Claras
CEP: 71950-770 - Tels: (61) 99186-6647 - e-mail: opec.eccm@gmail.com

redacao@diariocomercial.com.br | administracao@diariocomercial.com.br | comercial@diariocomercial.com.br | comercialsp@diariocomercial.com.br | homepage: www.diariocomercial.com.br

VOLATILIDADE

Petrobras diminui o preço do querosene de aviação em 1,5%

Os reajustes variam de acordo com o mercado atendido pela companhia, e vão de 1,4% a 1,7%. O petróleo tem operado com grande volatilidade recentemente

A Petrobras reduziu o preço do querosene de aviação (QAV) em cerca de 1,5% na segunda-feira, 1º de abril, apesar da alta do preço do petróleo nos últimos dias. Os reajustes variam de acordo com o mercado atendido pela companhia, e vão de 1,4% a 1,7%, segundo tabela publicada pela estatal.

O petróleo tem operado com grande volatilidade recentemente. Na segunda-feira, a commodity alterou pequenas altas e baixas no período da manhã em relação ao último fechamento.

Em março, a Petrobras havia elevado o preço do combustível entre 8% e 8,5%. O preço do QAV tem sido usado como argumento das companhias aéreas para que o governo auxilie o setor, que foi duramente prejudicado pela pandemia de covid-19. Em fevereiro, o QAV teve queda de 0,4%, segundo dados da estatal.

Pesquisadores da Petrobras, do Serviço Geológico do Brasil (SGB) e de 10 universidades de estados que compõem a região geográfica da Margem Equatorial além de duas instituições de pesquisa do Sudeste, embarcaram, em 30 de março, para uma expedição científica, no Navio de Pesquisa Hidroceanoográfico (NPqHo) "Vital de Oliveira", operado pela Marinha do Brasil. Por trinta dias, estarão a bordo da embarcação cientistas com diferentes linhas de pesquisa, principalmente focados em aprofundar estudos sobre a geologia marinha da região. A Margem Equatorial se estende do Rio Grande do Norte ao Amapá e é considerada a nova e mais promissora fronteira exploratória em água profundas.

"É a segunda expedição que realizamos na área. Agora vamos intensificar os estudos e atualizar dados. Futuramente aplicaremos tecnologias que foram usadas na Bacia de Santos, como inteligência artificial, drones e sen-



O preço do QAV tem sido usado como argumento das companhias aéreas para que o governo auxilie o setor, que foi duramente prejudicado pela pandemia

soramento remoto para produzir conhecimento desse ambiente e compartilharmos essa oportunidade com a academia e demais instituições, especialmente com os grupos locais de pesquisa", afirma o presidente da empresa, Jean Paul Prates.

A expedição deste ano foi ampliada: de oito para 28 cientistas e de duas para 12 universidades.

A Petrobras procura, continuamente, estabelecer parcerias com instituições de pesquisa, visando a geração e ampliação de conhecimento sobre as regiões onde atua. Grande parte do conhecimento que temos hoje sobre os ecossistemas marinhos das bacias de Campos e de Santos foram viabilizados pela

Petrobras. Queremos fazer o mesmo na Margem Equatorial, gerando informações científicas relevantes para nossos projetos e para pesquisas acadêmicas, contribuindo assim para a Ciência nacional", explica Carlos Travassos, diretor de Engenharia, Tecnologia e Inovação da Petrobras.

A partir dos resultados dessa expedição, a comunidade científica poderá ter mais informações e monitorar os componentes ambientais relevantes da Margem Equatorial, como habitats e grupos biológicos sensíveis, etapa fundamental para futuros programas ambientais que levem a Petrobras gerar ganhos de biodiversidade nas regiões de atuação.

Os estudos serão realiza-

dos com coleta de material entre 130 e 800 metros de profundidade, a cerca de 150 quilômetros da costa, na porção marítima do Amapá. "Esta é uma das vantagens da pesquisa associada, uma vez que poucas instituições detêm os meios apropriados para realizar expedições como esta", destaca Travassos.

O Navio "Vital de Oliveira" é uma moderna plataforma de pesquisa marítima, construída para identificar e registrar, detalhadamente, os recursos naturais existentes em águas brasileiras. Capaz de mapear dados da atmosfera, oceano, solo e subsolo marinhos, atende as principais demandas da comunidade científica nacional nas diversas áreas das ciências do mar, como oce-

anografia, biologia marinha, geologia e meteorologia.

Já realizou 85 viagens ao longo de toda a costa brasileira e embarques de pesquisadores de 44 instituições científicas e acadêmicas. O navio é um complexo laboratório embarcado e uma das plataformas de aquisição de dados hidroceanoográficos mais completas do mundo. Abriga uma tripulação de 90 militares e pode receber até 40 pesquisadores.

A embarcação é subordinada ao Grupamento de Navios Hidroceanoográficos, da Diretoria de Hidrografia e Navegação (DHN) da Marinha do Brasil. O navio homenageia o patrono da Hidrografia Brasileira, o Capitão de Fragata Manoel Antônio Vital de Oliveira.

REFLEXOS



Pontes: "carga seria significativa"

Reforma tributária pode elevar carga do setor de óleo

A Reforma Tributária poderá elevar a carga sobre os investimentos da indústria de petróleo e gás natural em 14%, revela estudo da Infis Consultoria, especializada em tributação do setor. O número poderia chegar a 20%, caso o regime especial de compra e venda de equipamentos para exploração e produção de petróleo, o Repetro, não seja mantido, calcula a consultoria.

Segundo a Infis, o impacto se daria pela incidência plena dos novos tributos sobre bens e serviços - Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) e Imposto sobre Bens e Serviços (IBS). A consultoria levou em consideração uma alíquota padrão de 28% do novo IVA Dual sobre contratos de desenvolvimento de campos de petróleo e gás do pré-sal.

"Essa tributação acarretaria em um aumento de carga tributária significativo das empresas do setor, visto que os gastos com a contratação de serviços, aluguel de máquinas e equipamentos e afretamento de navios e plataformas são vultosos e teriam um incremento de alíquotas significativo", explica Eduardo Pontes, especialista em tributação do setor e sócio da Infis. "Isso resultaria em reflexos muito negativos para o País na atração de novos investimentos".

De acordo com o Instituto Brasileiro de Petróleo (IBP), a atividade de extração de petróleo e gás natural foi uma das principais responsáveis pelo ingresso de Investimento Estrangeiro Direto (IED) no Brasil nos últimos dez anos. Além disso, dados do instituto mostram que o setor é responsável por pagar, direta ou indiretamente, 69% de sua receita bruta ao governo, por meio de impostos, royalties e participações.

"No Brasil, há uma falsa percepção de órgãos do governo de que o setor de O&G (óleo e gás) é favorecido por políticas fiscais. Entre 2010 e 2020, o setor gerou mais de R\$ 891 bilhões em arrecadação, recolhimento de tributos e participações governamentais e atraiu US\$ 47 bilhões de investimento estrangeiro, o que representa cerca de 3% do total de IED no período. O setor é uma potência que contribui para o crescimento do País, e não o contrário", afirma Pontes.

Outro ponto de preocupação da indústria é a falta de clareza sobre a recuperação desses tributos pelos princípios estabelecidos na Reforma Tributária. Ainda segundo Pontes, não há garantias sobre como o setor poderia compensar ou restituir o acúmulo de créditos vindos desses investimentos na fase de exploração e desenvolvimento.

"Formada preponderantemente por empresas exportadoras, a indústria de O&G já é uma grande acumuladora de créditos tributários e enfrenta constantes dificuldades para recuperar esses valores. As limitações impostas pela União e pelos Estados tornam esse cenário ainda mais complexo", afirma ele.

A tributação do setor será debatida no II Seminário de Tributação em Óleo & Gás, que acontece no próximo dia 4 de abril, na sede da Federação das Indústrias do Rio de Janeiro (Firjan), no Centro do Rio. O evento debaterá temas como a tributação de gás natural, ICMS no setor e o cenário do Repetro-Sped e do Repetro Industrialização.

DESPESAS

Governo estuda suplementação após veto de R\$ 5,6 bilhões em emendas

O deputado Danilo Forte (União Brasil-CE), que foi relator da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2024, afirmou que o governo estuda fazer uma proposta de suplementação orçamentária após a gestão do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, ter cortado R\$ 5,6 bilhões em emendas de comissão na sanção do Orçamento, em janeiro. De acordo com o parlamentar, o governo deve fazer uma nova reunião no dia 8 para tratar do tema.

"Já há uma ideia de suplementar a Lei Orçamentária Anual, a LOA, no que diz respeito àqueles R\$ 5,6 bilhões que ficaram pendentes entre a proposta orçamentária aprovada no Congresso Nacional no final do ano passado e os vetos que foram feitos na LOA deste ano", disse Forte.

A declaração ocorreu após o parlamentar ter se reunido na segunda com o secretário

especial de Assuntos Parlamentares, Valmir Prascidelli, no Palácio do Planalto. De acordo com Danilo, a suplementação deve ser feita via Projeto de Lei do Congresso Nacional (PLN).

A ideia de o governo suplementar ocorre após o Ministério do Planejamento ter divulgado, na semana passada, o detalhamento do bloqueio de R\$ 2,9 bilhões no Orçamento federal. O bloqueio foi necessário porque a projeção de despesas para o ano, após a primeira revisão bimestral, ficou acima do permitido pelo novo arcabouço fiscal.

"O governo está querendo fazer uma contrapartida suplementando principalmente aqueles ministérios que ficaram sem verba de investimento. Esse contingenciamento foi simplesmente superado e o que houve foi um bloqueio de 2,9 bilhões, é muito pouco diante do montante do

Orçamento Geral da União, então isso significa dizer que nós fizemos um Orçamento com responsabilidade, nós fizemos um orçamento dentro dos parâmetros do que estava previsto. Não houve essa necessidade de contingência", disse o deputado.

Segundo Forte, a reunião de segunda-feira também tratou sobre os vetos da LDO. De acordo com ele, o Congresso deve realizar, na próxima semana, provavelmente no dia 11, sessão conjunta para análise dos vetos. Segundo ele, a reunião do dia 8 também deve fechar posição em relação aos vetos.

Danilo disse ainda que os vetos da LDO que desagradem o conjunto de parlamentares cairão. Sobre o cronograma de emendas, o deputado disse que o governo fez uma proposta de cronograma que ainda está dentro do prazo de cumprimento.



Forte: "o governo fará uma suplementação para as pastas que ficaram sem verba"

BLINDAGEM

PEC de autonomia financeira pode ser solução para o BC

O projeto prevê que o BC deixaria de fazer parte do OGU ao se transformar em empresa pública, passando a se financiar com as receitas de "senhoriagem"

Após um apelo com os associados, a Associação Nacional de Analistas do Banco Central (ANBCB) concluiu que a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que trata da autonomia orçamentária e fiscal do Banco Central pode ser a solução estrutural para o fortalecimento institucional do órgão, desde que os riscos sejam mapeados nas propostas legislativas.

A entidade representa cerca de 600 analistas, quase todos ativos no BC, cujo quadro hoje tem em torno de 2.700 analistas.

Dos 600 associados, mais de 80% participaram do levantamento, sendo que 74% dos votantes indicaram que a ANBCB deve contribuir para o aperfeiçoamento do texto da PEC.

Outros 6% afirmaram serem favoráveis ao texto na forma como ele está hoje e 18% indicaram ser contrários à PEC, independentemente de alterações.

Em linhas gerais, a PEC prevê que o BC deixaria de fazer parte do Orçamento Geral da União (OGU) ao se transformar de autarquia para empresa pública, passando a se financiar com as receitas



Câmara dos Deputados

O Banco Central tenta amarrar uma proposta de lei complementar para regulamentar a PEC justamente para diminuir resistências adicionais dos servidores

de "senhoriagem".

Os funcionários, por sua vez, deixariam de ser servidores e virariam celetistas, mas

o relator do projeto, senador Plínio Valério (PSDB-AM), já se comprometeu a garantir a estabilidade dos servidores

do órgão em seu texto.

O BC também tenta amarrar uma proposta de lei complementar para regulamentar

a PEC justamente para diminuir resistências adicionais dos servidores.

Na pesquisa da ANBCB,

75,9% dos associados dizem entender que o modelo de empresa pública é o caminho viável política e juridicamente para alcançar a autonomia orçamentária, mas, desses, 87,3% entendem que é preciso mitigar os riscos.

A estabilidade é defendida nos textos legais por 95,8% dos participantes, especialmente para o adequado exercício de poder de polícia do órgão, sendo que 81,2% entendem que o dispositivo deve estar presente na PEC.

Outro ponto que os servidores gostariam de ver na PEC ou estabelecida em lei complementar é como seriam feitos os ajustes previdenciários com a saída do Regime de Previdência Complementar (RPC).

Os associados também apontaram que outros temas poderiam ser tratados na regulamentação da PEC, como a blindagem, a definição de carreiras congêneres, definições relativas à governança do BC e ao plano de saúde.

Perguntados se continuariam no BC em caso de promulgação da PEC, 76% dos respondentes indicam que sim, mas 79% destes sob a condição de que os riscos sejam mitigados e que as características para a mudança sejam atrativas. Há receio ainda de mudanças nos textos durante a tramitação das propostas.

Na nota, a ANBCB reconhece a necessidade de uma solução estrutural para resolver a questão institucional de risco para a capacidade do BC de executar sua missão, mas afirma que o eventual impacto da PEC é profundo para o corpo funcional do órgão.

"Como próximos passos, com base nesse rol de informações, a Associação passará, agora, a colaborar para a construção de uma PEC mais sólida, adequada ao BC e justa com os seus servidores", afirma a entidade.

TECNOLOGIA

CUSTO OCULTO DA INOVAÇÃO: COMO AS VULNERABILIDADES DE SEGURANÇA AFETAM O SEU NEGÓCIO

por **Edgar Crespo**



NA REALIDADE DIGITAL DE hoje, a inovação tecnológica avança a um ritmo sem precedentes, prometendo novas oportunidades de crescimento e eficiência para negócios em todas as esferas. No entanto, esse avanço contínuo vem com um punhado de desafios, notadamente, o aumento das vulnerabilidades de segurança. Estas falhas, muitas vezes sutis, têm o potencial de comprometer informações sensíveis, interromper operações comerciais e infligir danos financeiros e reputacionais significativos a organizações de qualquer tamanho.

RECENTEMENTE, O MUNDO da tecnologia foi abalado por uma descoberta alarmante relacionada ao XZ Utils, uma ferramenta amplamente utilizada para compressão de arquivos em sistemas operacionais baseados em Linux. Um backdoor malicioso foi introduzido nessa ferramenta essencial, representando uma séria ameaça à segurança das distribuições Linux e, por extensão, a milhares de negócios globais que dependem desses sistemas para suas operações diárias. Este incidente destaca não apenas a vulnerabilidade inerente às cadeias de suprimentos de software modernas, mas também o potencial impacto devastador que tais falhas de segurança podem ter em uma escala global.

À MEDIDA QUE AVANÇAMOS nesta era de inovação acelerada, torna-se imperativo para empresas de todos os tamanhos entenderem os riscos associados às vulnerabilidades de segurança e como essas falhas podem afetar todos os aspectos de suas operações. O caso do XZ Utils serve como um lembrete oportuno e grave do custo oculto da inovação tecnológica e da necessidade urgente de abordagens proativas para a segurança digital.

O Caso do XZ Utils
O INCIDENTE DO XZ Utils é um exemplo emblemático de um ataque à cadeia de suprimentos de software, revelando vulnerabilidades profundas dentro de sistemas que muitos consideravam seguros. O XZ Utils, uma ferramenta de compressão de arquivo altamente efi-

caz e popular, é uma peça fundamental do ecossistema Linux, empregada por uma variedade de distribuições para facilitar a compressão e descompressão de pacotes de software. Dada sua ampla utilização, qualquer comprometimento desta ferramenta não apenas eleva o risco de exposição direta, mas também potencializa a amplitude do impacto de tal incidente.

O ATAQUE FOI ORQUESTRADO através da introdução de um backdoor dentro do código-fonte do XZ Utils. Esse backdoor foi cuidadosamente ocultado dentro das atualizações regulares do software, o que permitiu que permanesse indetectável por um período antes de ser descoberto. A natureza deste backdoor permitia aos atacantes acesso não autorizado a sistemas que utilizavam versões comprometidas do XZ Utils, possibilitando a execução de código malicioso, roubo de informações sensíveis e potencialmente, a distribuição de malware adicional.

AS IMPLICAÇÕES DESTA ataque são vastas e preocupantes. Para os usuários finais, isso significava que suas informações pessoais e a integridade de seus sistemas poderiam estar em risco sem que houvesse qualquer conhecimento ou suspeita de tal exposição. Desenvolvedores e administradores de sistemas que confiavam no XZ Utils para manter a segurança e eficiência de suas operações foram forçados a reconsiderar não apenas o uso desta ferramenta, mas também a segurança de sua cadeia de suprimentos de software como um todo. O incidente sublinhou a complexidade da segurança em sistemas interconectados e a dificuldade em garantir a integridade de cada componente em um ambiente de software cada vez mais modular.

PARA AS DISTRIBUIÇÕES Linux afetadas, este ataque representou a necessidade de uma ação urgente para revisar e fortalecer suas práticas de segurança. A necessidade de verificação rigorosa das atualizações de software, juntamente com uma avaliação mais crítica dos contribuidores e do código-fonte, tornou-se evidente. Além disso,

este incidente destacou a importância de mecanismos de detecção e resposta rápidos para mitigar potenciais danos assim que uma vulnerabilidade é identificada.

O CASO DO XZ UTILS é uma lembrança muito recente dos riscos inerentes à dependência de software de terceiros dentro da cadeia de suprimentos digital. Ao mesmo tempo, oferece lições valiosas sobre a necessidade de vigilância contínua, transparência e colaboração dentro da comunidade de software para proteger contra ameaças futuras.

Impacto nos Negócios
A REVELAÇÃO DA vulnerabilidade dentro do XZ Utils teve repercussões imediatas e profundas para os negócios que dependem das distribuições Linux afetadas, evidenciando a complexidade e o potencial destrutivo das falhas de segurança em cadeias de suprimentos de software. O impacto deste incidente transcende os aspectos técnicos, afetando a operação, a reputação e a viabilidade financeira das organizações envolvidas.

► **Interrupção de Serviços:** Um dos efeitos mais diretos e imediatos foi a interrupção dos serviços. Empresas que utilizavam as distribuições comprometidas encontraram-se na urgente necessidade de desativar sistemas, realizar auditorias de segurança extensivas e aplicar correções, um processo que, inevitavelmente, levou a tempos de inatividade não planejados. Para negócios que operam online 24/7, cada minuto de inatividade pode resultar em perdas significativas de receita e confiança do cliente.

► **Custos de Mitigação:** Os custos associados à mitigação das vulnerabilidades introduzidas pelo backdoor do XZ Utils são substanciais. Isso inclui o trabalho de identificação e correção das falhas, a implementação de medidas de segurança adicionais e a verificação da integridade de outros componentes do sistema que poderiam ter sido afetados. Para muitas organizações, essas despesas não estavam previstas no orçamento, representando um fardo financeiro adicional significativo.

► **Danos à Reputação:** Talvez o impacto mais duradouro do incidente do XZ Utils seja o dano à reputação. A confiança é um recurso inestimável no mundo digital, e qualquer sugestão de vulnerabilidade pode levar a uma erosão rápida da confiança entre os clientes e parceiros. Para as empresas afetadas, restaurar essa confiança pode exigir esforços extensos de comunicação e melhoria da segurança, um processo que muitas vezes é longo e custoso.

► **Custo Oculto e a Perda de Confiança:** Além dos impactos imediatos, há custos ocultos significativos associados a tais incidentes de segurança. A perda de confiança dos clientes não é apenas uma questão de percepção; ela pode ter consequências tangíveis em termos de perda de negócios e oportunidades futuras. Além disso, a vulnerabilidade exposta pode servir como um convite aberto para futuras explorações por parte de agentes mal-intencionados, aumentando o risco de segurança a longo prazo para a empresa.

► **Potenciais Explorações Futuras:** O incidente serve como um lembrete de que vulnerabilidades não resolvidas ou mal gerenciadas podem pavimentar o caminho para ataques subsequentes, mais sofisticados. A informação sobre a falha pode ser explorada por cibercriminosos para desenvolver novas estratégias de ataque, aumentando a importância de uma resposta rápida e eficaz a tais ameaças.

EM RESUMO, O IMPACTO do incidente do XZ Utils nas empresas vai além dos desafios técnicos de corrigir uma vulnerabilidade específica. Ele destaca a importância da resiliência organizacional, da preparação para incidentes e da capacidade de responder de maneira ágil e efetiva às ameaças cibernéticas, aspectos críticos para a sustentabilidade dos negócios na era digital.

À MEDIDA QUE REFLETIMOS sobre o incidente do XZ Utils e seus efeitos cascata sobre negócios em todo o mundo, torna-se evidente que as vulnerabilidades de segurança representam uma grande e contínua ameaça para a integridade e sucesso de qualquer empreendimento no ambiente digital de hoje.

Edgar Crespo é Engenheiro Eletrônico formado pelo Instituto Militar de Engenharia (IME), possui MBA em finanças pelo IBMEC, Investidor Anjo de Startups, especialista em tecnologia e telecomunicações e Conselheiro do Target Solutions, fundador e CEO do BIPTT

PREFERÊNCIAS

Milei não acredita em plano de dolarização antes das eleições

O presidente da Argentina admitiu que um dos erros de seu governo foi ter falado de maneira transparente e honesta com os governadores sobre a “Lei Bases”

O presidente da Argentina, Javier Milei, disse que não falou, exatamente, sobre dolarização, e sim em concorrência de moedas, mas admitiu que para se chegar a esse momento é preciso fazer várias reformas, entre elas, a do sistema financeiro. “Nós temos sempre falado da concorrência das moedas. E nessa competição, se você for levado a impor uma moeda, a moeda que será imposta, pelas preferências dos argentinos, é muito provável que seja o dólar. Por isso, se habituou à dolarização. Mas, na realidade, nós sempre falamos de concorrência de dinheiro”, afirmou Milei.

“O que estamos trabalhando é em uma reforma do sistema financeiro, mas é uma meta realizável antes das eleições do ano que vem”, disse, sugerindo, contudo, que não acredita que será possível chegar ao plano de dolarização antes das eleições legislativas de 2025.

Milei disse que um dos erros de seu governo foi ter falado de maneira transparente e honesta com os governadores sobre a “Lei Bases”, que agregou o capítulo 4 sobre a lei fiscal para ajudá-los, basicamente a resolver um problema. “Os governadores, em vez, de tomar como um gesto de boa vontade, que é o que era, viram como um sinal de debilidade e se esforçaram para trabalhar no capítulo 4 para destruir as finanças públicas.”

Ainda na entrevista, Milei disse que está mais próximo das ideias do Partido Republicano nos Estados Unidos. “Esse é o ponto. Isso é certo e isso é conhecido. Mas minha prioridade é ser aliado dos Estados Unidos”, disse o presidente da Argentina, em resposta a uma pergunta do apresentador Andrés Oppenheimer se o

mandatário argentino não considerava um erro diplomático ter se reunido com Donald Trump, que busca novamente disputar a Casa Branca pelo Partido Republicano.

Milei enfatizou que tem uma “excelente relação com o governo de Biden”, referindo-se ao atual presidente dos EUA, que tenta disputar a reeleição pelo Partido Democrata.

O presidente argentino disse ainda que fica enaltecido por receber críticas do atual presidente do México, Andrés Manuel López Obrador, que classificou como um “ignorante”. Também chamou o presidente da Colômbia, Gustavo Petro, de “assassino terrorista, um comunista”.

Os governos da Argentina e da Colômbia, no entanto, deram como superadas as divergências que tensionaram ao máximo suas relações nos últimos dias, em meio ao embate verbal entre os presidentes dos dois países. Os ministérios das Relações Exteriores dos dois países latino-americanos afirmaram que os governos do presidente argentino Javier Milei e da sua contraparte colombiana Gustavo Petro “tomaram medidas concretas para superar quaisquer diferenças e fortalecer essa relação”.

O último conflito bilateral foi produzido na semana passada, quando Milei, um economista ultraliberal e de extrema direita que chegou ao poder em dezembro, disse que “muito não se pode esperar de alguém que era um assassino terrorista”, em referência ao passado de Petro, um esquerdista que foi membro de um grupo guerrilheiro da Colômbia.

Em protesto, o governo colombiano anunciou que iria expulsar diplomatas da embaixada argentina, e Petro acusou Milei de tentar destruir o projeto



Milei enfatizou que tem uma “excelente relação com o governo de Biden”, referindo-se ao atual presidente dos EUA

de integração latino-americana. Em janeiro, a Colômbia chamou de volta o seu embaixador em Buenos Aires, Camilo Romero, em protesto contra as declarações do presidente argentino.

Num gesto conciliatório, o Executivo colombiano decidiu que Romero regressasse a Buenos Aires, ao mesmo tempo que concedeu aprovação ao novo embaixador proposto pelo governo argentino em Bogotá, indicou o comunicado, que não especificou o nome desse último.

Já o governo Milei anunciou a visita da sua ministra das Relações Exteriores, Diana Mondino, à Colômbia.

Milei disse que não concorda com a postura de outros presidentes que classificaram a investida de Israel na Faixa de Gaza como “genocídio”.

Para o presidente argentino, tudo o que Israel está fazendo, “está fazendo dentro das regras do jogo... não está cometendo nem o único excesso”.

A juíza federal dos Estados Unidos Loretta Preska emitiu na segunda-feira decisão favorável à Argentina em um litígio com um grupo de investidores internacionais. Com isso, o país pode escapar da necessidade de pagar cerca de US\$ 1,4 bilhão aos credores, de acordo com veículos da imprensa argentina. A informação foi confirmada

pelo CEO da Latam Advisors, Sebastian Maril, que acompanha de perto o processo.

Segundo ele, a magistrada não fez referência ao mérito da questão e se limitou a dizer que os reclamantes não tinham o direito de ajuizar a ação por não terem cumprido certos requisitos.

O caso se refere a uma disputa que se arrasta desde 2019, quando credores processaram o Estado argentino por supostas manipulações em estatísticas econômicas.

As manobras teriam reduzido os rendimentos de bônus emitidos em 2005 que estavam atrelados ao Produto Interno Bruto (PIB).

REDE SOCIAL

Família imperial do Japão estreia no Instagram

A família imperial do Japão estreou no Instagram com uma enxurrada de postagens na segunda-feira, 1º. A medida foi encarada pelo público como uma tentativa da monarquia, que é a mais antiga do planeta, a se distanciar de sua imagem reclusa e se aproximar dos jovens.

A Agência da Casa Imperial, uma agência governamental responsável pelos assuntos da família, publicou diversas fotos e vídeos mostrando as aparições públicas do Imperador Naruhito e da Imperatriz Masako nos últimos três meses. A agência disse que pretende que o público compreenda melhor as funções oficiais da família e que o Instagram foi escolhido devido a sua popularidade entre os jovens.

A primeira foto publicada foi do casal imperial sentado em um sofá com sua filha, a princesa Aiko, de 22 anos, no Ano Novo. Outras postagens também incluíram os encontros do casal imperial com dignitários estrangeiros, incluindo o príncipe herdeiro do Brunei, Haji Al-Muhtadee Billah, e sua esposa.

Até a tarde de segunda-feira, 1º, a conta tinha mais de 360 mil seguidores. Por enquanto, as imagens limitam-se às funções oficiais da família e não incluem momentos da vida privada. A agência disse que estava considerando adicionar atividades de outros membros da realeza.

“É bom podermos ver um pouco das suas atividades porque mal sabemos o que eles estão fazendo”, disse Koki Yoneura, um estudante de 21 anos. “É bom que eles pareçam estar um pouco mais próximos de nós.”

Yukino Yoshiura, também estudante, disse que estava animada para ver mais postagens sobre a princesa Aiko. “Aiko-sama tem quase a nossa idade e acabou de se formar na universidade, então estou muito feliz em poder ver suas imagens”, disse ela enquanto chamava a princesa com o respeitoso honorífico “sama”.

No entanto, ambos disseram que não planejavam seguir a conta da família real no Instagram.

A estreia da família imperial japonesa nas redes sociais ocorre 15 anos depois que a família real britânica se juntou ao X, antigo Twitter, em 2009.

“Na verdade, eu presumi que eles já tivessem um. Então estou surpresa que estejam fazendo um só agora”, disse Daniela Kuthy, uma estudante americana. Ela disse que o conteúdo parecia “muito limpo em termos de relações públicas”, mas isso não necessariamente era algo negativo.

Atualmente, os fãs da família real pertencem em grande parte às gerações mais velhas. Os funcionários do palácio passaram a considerar usar as redes sociais para atrair mais pessoas interessadas na família e nas suas atividades. No ano passado, a agência criou um time de especialistas para estudar os efeitos da utilização das redes sociais na família imperial.

A agência tornou-se cautelosa depois que a sobrinha do imperador, Mako Komuro, e seu marido plebeu enfrentaram uma forte reação nas redes sociais e na imprensa devido às preocupações com a situação financeira de sua sogra, causando o adiamento de seu casamento. Ela também se recusou a receber um dote porque o público não celebrou plenamente a sua união.

A ex-princesa disse, na época, que sofreu traumas psicológicos por causa das críticas da mídia, inclusive online.

Especialistas dizem que as redes sociais podem ajudar a aproximar a família real do povo e dar à agência a capacidade de ter mais controle da narrativa desejada e responder à desinformação, mas permanecem preocupações sobre como a monarquia pode ser amigável.

RISCOS DO CONSUMO

Alemanha legaliza consumo recreativo da maconha

O consumo recreativo de maconha é oficialmente legal na Alemanha a partir de segunda-feira, dia 1º, após a aprovação, em fevereiro, de uma lei que regulamenta o uso e o cultivo pessoal de cannabis. Apesar da oposição persistente de algumas organizações médicas, policiais e conservadores, consumidores comemoraram a medida em meio a “nuvens de fumaça” em diferentes locais do país.

A Associação Alemã de Cannabis, que fez campanha pela nova lei, organizou um evento coletivo de fumo público no emblemático Portão de Brandemburgo, em Berlim, quando a lei entrou em vigor na virada do dia. Outros eventos do tipo foram programados em mais cidades alemãs, incluindo um em frente à catedral de Colônia e outros em Hamburgo, Regensburg e Dortmund.

A nova lei legaliza a posse por adultos de até 25 gramas de maconha para fins recreativos e permite que indivíduos cultivem até três plantas por conta própria. Essa parte da legislação entrou em vigor na

segunda-feira. Os consumidores ainda precisarão que esperar três meses para comprar maconha de maneira legal em “clubes sociais de cannabis”.

Residentes alemães com 18 anos ou mais poderão ingressar em “clubes” sem fins lucrativos com um máximo de 500 membros cada a partir de 1º de julho. Os indivíduos poderão comprar até 25 gramas por dia, ou um máximo de 50 gramas por mês - um número limitado a 30 gramas para menores de 21 anos. Não será permitida a associação a vários clubes.

No meio da multidão, Niyazi, 25 anos, disse que com a legalização há “um pouco mais de liberdade”. “É o fim da criminalização de milhões de pessoas na Alemanha”, disse Torsten Dietrich, que defendia a adoção da medida há várias décadas.

A nova lei posiciona a Alemanha entre os países mais permissivos com a maconha na Europa, ao lado de Malta e Luxemburgo, que legalizaram o consumo recreativo em 2021 e 2023, respectivamente.

O governo do chanceler



A nova lei legaliza a posse de maconha por adultos de até 25 gramas

social-democrata Olaf Scholz, que está no poder em uma aliança com liberais e ecologistas, argumenta que a legalização vai ajudar a combater de maneira mais eficaz o tráfico de drogas.

A maconha “sai da zona tabu”, afirmou o ministro da Saúde,

Karl Lauterbach, que é médico, na rede social X. “É melhor para uma ajuda real aos dependentes, para a prevenção entre os jovens e para a luta contra o mercado clandestino”, acrescentou.

O governo prometeu uma campanha sobre os riscos do consumo, destacando que a

GASTOS

Ministério Público defende a cassação de Sergio Moro

Moro nega que seus gastos tenham excedido os limites legais e baseia sua defesa em relatório jurídico elaborado pelo advogado

O Ministério Público Eleitoral (MPE) defendeu na segunda-feira (1º) a cassação do senador Sergio Moro (União-PR). A manifestação foi lida pelo procurador Marcelo Godoy durante a sessão na qual o Tribunal Regional Eleitoral (TRE) do Paraná julga dois processos nos quais o PT e o PL acusam Moro de abuso de poder econômico pela suposta realização de gastos irregulares no período de pré-campanha em 2022.

Em 2021, Moro estava no Podemos e realizou atos de pré-candidatura à Presidência da República. De acordo com a acusação, houve "desvantagem ilícita" em favor dos demais concorrentes ao cargo de senador diante dos "altos investimentos financeiros" realizados antes de Moro deixar a sigla e decidir se candidatar ao Senado pelo União.

Conforme a acusação, foram gastos aproximadamente R\$ 2 milhões oriundos do Fundo Partidário com o evento de filiação de Moro ao Podemos, com a contratação de produção de vídeos para promoção pessoal e consultorias eleitorais.

Durante a sustentação, o procurador reiterou parecer a favor da cassação, publicado em dezembro do ano passado, e citou que houve "benefício pessoal" de Moro em parte dos gastos realizados.

"A procuradoria manifestou-se pela procedência parcial dos pedidos para que se reconheça a prática do abuso de poder econômico, com a consequente cassação da chapa eleita e a decretação da inelegibilidade do titular Moro e do primeiro-suplente



Moro afirmou que os serviços foram prestados não só para ele, mas também para outros pré-candidatos e o partido

Luiz Felipe Cunha", afirmou.

No decorrer do processo, o senador negou que o investimento pré-eleitoral quando ele se apresentava como pré-candidato à Presidência tenha resultado em favorecimento na eleição para o Legislativo federal. Para avaliar os gastos, Sérgio Moro se baseia em relatório de consultoria jurídica ao seu partido. O ex-juiz também argumenta que despesas com sua segurança pessoal não deveriam ser contabilizadas como "vantagens competitivas".

Moro nega que seus gastos para concorrer ao Senado tenham excedido os limites legais. O que está em jogo, inclusive com a possibilidade de criar precedente para futuras decisões da Justiça Eleitoral, são os valores gastos durante a pré-campanha, e se esse montante

deveria ser contabilizado no total das despesas para a disputa ao Legislativo.

Para justificar o montante despendido na pré-campanha, Moro baseia sua defesa em relatório jurídico elaborado pelo advogado Luís Felipe Cunha, suplente do ex-juiz no Senado e considerado braço direito dele. Cunha recebeu R\$ 1 milhão do União Brasil pelos serviços de consultoria jurídica, conforme informado para a Justiça Eleitoral.

O pagamento foi alvo de perguntas do desembargador Luciano Carrasco Falavinha Souza, relator das ações, durante o depoimento de Moro ao TRE-PR. "Há de convir comigo que pareceres a R\$ 1 milhão é um valor alto. Acredito que ex-ministros do Supremo, grandes operadores (do Direito), cobrem

isso", disse Falavinha Souza na ocasião.

Moro afirmou que os serviços foram prestados não só para ele, mas também para outros pré-candidatos e ao próprio partido. "Era importante para mim ter, dentre as pessoas que prestavam serviços jurídicos, alguém de confiança", justificou no depoimento o senador, que também negou que o valor tenha se convertido em vantagens na campanha ao Legislativo. "Além do que, serviços jurídicos não se traduzem em voto. Isso não me trouxe nenhuma vantagem competitiva", alegou.

O ex-juiz negou a prática de caixa dois com o valor pago pelo relatório e afirmou que Cunha foi escolhido para elaborar o estudo e ser o seu suplente porque eles mantêm uma amizade de longa data.

OUTRO FOCO

Lula e Bolsonaro não falam sobre os 60 anos do golpe

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) silenciaram sobre o golpe militar de 1964 nas redes sociais neste domingo, 31, e na segunda-feira, dia 1º. Páscoa, redução de fila de espera para cirurgia de quadril no Sistema Único de Saúde (SUS) e visita a Balneário Camboriú (SC) dominaram as publicações nos perfis dos dois adversários políticos.

Preso pela ditadura na década de 1980 e deputado constituinte, Lula já havia afirmado não querer "ficar remoendo o passado". Em fevereiro, o presidente disse estar mais preocupado com os atos golpistas de 8 de janeiro do ano passado do que com o golpe de 1964.

A retirada do presidente João Goulart do poder, que envolveu civis e militares e iniciou a ditadura de 21 anos que casou direitos políticos, torturou e matou adversários e censurou a imprensa, foi ignorada pelo presidente. No lugar, Lula fez uma postagem sobre a Páscoa.

No X (antigo Twitter), o presidente lembrou no sábado, 30, os valores do feriado cristão e também a cirurgia no quadril que realizou há seis meses. Em vídeo, ele cobrou da ministra da Saúde, Nísia Trindade, a redução da fila de espera para o procedimento no SUS.

"Queria desejar para vocês uma boa Páscoa, para os avós, para as mães e para os pais, para os filhos, para as crianças, e dizer para vocês que vamos juntos

construir uma nação moderna, solidária, fraterna e uma nação justa para todos os 203 milhões de brasileiros e brasileiras que moram aqui", disse Lula no vídeo.

No domingo, o presidente compartilhou, nos stories do Instagram, a resposta da ministra da Saúde sobre a fila de cirurgia no sistema público. Nísia Trindade disse que "seguir reduzindo a espera nas filas do SUS" é a "prioridade". Lula também compartilhou uma publicação da Casa Civil sobre resultados positivos da economia do País.

Além de não se posicionar publicamente sobre o golpe, o presidente desautorizou ações do governo que relembrem a data para evitar atritos com as Forças Armadas. Dos 38 ministros, sete repudiaram a ditadura e homenagearam as pessoas que morreram no período, em publicações nas redes sociais.

O ex-presidente Jair Bolsonaro, que considera a data um "grande dia da liberdade" e já fez manifestações de apoio ao golpe militar de 1964, também não postou sobre o tema nas redes sociais. O ex-chefe do Executivo é investigado pela Polícia Federal (PF) por suposta organização de tentativa de golpe de Estado, para evitar a posse de Lula, eleito em 2022.

Ele desejou feliz Páscoa aos seus seguidores nas redes sociais e compartilhou um vídeo de sua estadia em Balneário Camboriú. Ele foi recebido no sábado por apoiadores.

CORRUPÇÃO

Justiça suspende pagamento de férias a Domingos Brazão

A juíza Georgia Vasconcelos, da 2ª Vara de Fazenda Pública da Capital, determinou a suspensão do pagamento em dinheiro do período de férias não tiradas pelo conselheiro do Tribunal de Contas do Estado do Rio (TCE-RJ) Domingos Brazão entre 2017 e 2022. Nesse período, Brazão estava afastado do cargo por suspeita de fraude e corrupção. O valor das férias chega a R\$ 581 mil.

O conselheiro do TCE-RJ foi preso no dia 24 de março, junto com seu irmão, o deputado federal Chiquinho Brazão (União Brasil), e o ex-chefe da Polícia Civil do Rio Rivaldo Barbosa, apontados como possíveis mandantes do assassinato da vereadora Marielle Franco e do motorista Anderson Gomes, em março de 2018. Os irmãos Brazão e o delegado estão presos preventivamente em penitenciárias federais fora do território fluminense.

A decisão da Justiça, proferida na segunda-feira (1º), atendeu a uma ação popular movida pelo deputado federal Tarcísio Motta Carvalho (Pso-RJ) no dia 27 de março, visando suspender a conversão em dinheiro das férias "supostamente" acumuladas por Domingos Brazão no TCE. A juíza determinou ainda a intimação com urgência do TCE, tendo em vista a proximidade da efetivação do pagamento, "sob pena de responsabilização criminal". O prazo de cumprimento da ordem da Justiça é de 24 horas.

Em áudio enviado à imprensa, Tarcísio Motta afirmou que "milícia se combate de todas as formas e em todos os lugares".

"Consideramos um absurdo que as férias que o Brazão não gozou porque estava preso sejam convertidas em pecúnia e signifiquem mais meio milhão de reais na conta dele. Isso não faz o menor sentido. Por isso, entramos na Justiça e, ainda bem, conseguimos impedir que mais esse absurdo acontecesse. É mais uma forma de enfrentar o poder econômico e político das milí-

cias", concluiu o deputado.

O assessor parlamentar Kaio Brazão, filho do conselheiro do Tribunal de Contas do Rio (TCE-RJ) Domingos Brazão, publicou um vídeo em rede social em defesa do pai e do tio, o deputado federal Chiquinho Brazão (sem partido-RJ). Os dois estão presos preventivamente suspeitos de serem os mandantes do assassinato da vereadora carioca Marielle Franco, em 2018. O filho do conselheiro afirma na legenda da postagem que não há provas para a prisão dos familiares e diz que os Brazão continuam comprometidos com "a verdade e a justiça social".

No texto que acompanha o vídeo, publicado no seu perfil no Instagram neste domingo, 31, Kaio escreve que "é fundamental distinguir entre presunções e evidências concretas" na busca pela "veracidade dos fatos", se referindo às investigações da Polícia Federal (PF) que apontaram o pai e o tio como os mandantes do assassinato da parlamentar, crime que também vitimou o motorista dela, Anderson Gomes.

"A ausência de provas e a dependência exclusiva de uma delação de um criminoso confesso não são suficientes, se faz necessária uma validação jurídica e coerência nos fatos", disse o filho de Domingos. A legenda acompanha um vídeo em que o ex-capitão do Batalhão de Operações Especiais (Bope) e um dos autores do livro Elite da Tropa (no qual o diretor José Padilha se inspirou para realizar o filme Tropa de Elite), Rodrigo Pimentel, critica a atuação da PF no caso e diz que "nada, para a pessoa mais imbecil do mundo, ali faz nenhum sentido", questionando a validade das provas.

Kaio atua como assessor parlamentar desde janeiro de 2021 no gabinete do vereador Waldir Brazão (sem partido) na Câmara do Rio. Apesar de usar o sobrenome da família, Waldir Rodrigues Moreira Junior não tem laços consanguíneos.

MILAGRE ECONÔMICO

Ditadura bloqueou reversão da desigualdade no Brasil

Em agosto de 1968, no quarto ano da ditadura militar (1964-1985), a revista Realidade (editora Abril) trazia a reportagem Eles estão com fome, do jornalista pernambucano Eurico Andrade (1939-2005). A matéria, que venceu o Prêmio Esso daquele ano, tratava da situação de subsistência dos trabalhadores rurais da Zona da Mata de seu estado, localizada no mapa da fome das Nações Unidas e onde viviam 1,5 milhão de brasileiros.

O primeiro personagem do texto é um lavrador chamado Berto Miranda, 45 anos, pai de cinco filhos. Era o começo do dia e ele estava se preparando para ir trabalhar no canal de um engenho da região, quando a esposa o interpela: "Berto, tu vai levar essa farinha de cuia?" Ele responde devolvendo a indagação: "E eu vou comer o que de almoço?" A mulher encerra o diálogo da penúria: "É que só tinha esse restinho em casa, deixei para os meninos, o que é que se faz?"

Segundo o repórter Eurico Andrade, Berto Miranda deixou a cuia de farinha em casa. Sem levar a sua enxada, caminhou para o mato. "Antes do meio-dia, os outros lavradores trouxeram o cadáver: Berto se enforcara."

No ano daquela reportagem, o Produto Interno Bruto (PIB) cresceu 9,8%. O desempenho extraordinário abriu o chamado "milagre econômico brasileiro", que durou seis anos e teve uma taxa média de crescimento de 11,2% ao ano. O Brasil da prosperidade econômica fenomenal era o mesmo do flagelo da indigência, mas o progresso miraculoso não chegava a lugares como a Zona da Mata de Pernambuco.

Antes da tragédia de Berto Miranda e da opulência do PIB, o Brasil já era um país de grandes desigualdades socioeconômicas. O período da ditadura militar, no entanto, tornou superlativas essas disparidades.

Em 1960, os 5% dos brasileiros mais ricos concentravam 28,3% da renda. Em 1972, a mesma proporção de ricos se apropriava de 39,8% da riqueza produzida no país. Os dados são tirados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), do censo populacional no início dos anos 1960 e da Pesquisa Nacional de Amostra Domiciliar de 1972.

Naquele período, o índice de Gini pulou de 0,497 para 0,622. O indicador, inventado pelo estatístico italiano Corrado Gini, vai de 0 a 1. Hipoteticamente, o índice em

O corresponde a nenhuma desigualdade de renda entre as pessoas. O indicador em 1 significa que em tese toda riqueza está concentrada em uma única pessoa. Atualmente, o Gini nacional é 0,492 (renda individual), segundo a Carta de Conjuntura do quarto trimestre de 2023, do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea).

Para o sociólogo e economista Marcelo Medeiros, técnico do Ipea e professor visitante na Universidade Columbia (Estados Unidos), "é difícil dizer que a desigualdade atual seja um legado da ditadura militar".

"Uma parte da desigualdade é herdada da ditadura, mas existe uma parte da desigualdade que a precede. O que a ditadura fez foi bloquear os mecanismos de reversão dessa desigualdade", afirma Marcelo Medeiros.

De acordo com o especialista, o regime de arbitrariedade inaugurado em 1º de abril de 1964 "bloqueou as negociações trabalhistas na época". "Bloqueou todas as organizações sociais, criou mecanismos, por exemplo, para desvalorizar o salário mínimo e não deixou os trabalhadores se queixarem disso pelos mecanismos que tinham. Eles destruíram sindicatos.

O que a ditadura fez foi bloquear as condições de reversão da desigualdade."

O diagnóstico de Medeiros é semelhante ao do economista Luiz Aranha Correa do Lago, professor pleno da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RJ). Em artigo publicado no livro A Ordem do Progresso (editora Elsevier, 2014), ele detalha: "Após 1964, quando ocorreram numerosas intervenções nos sindicatos existentes e o movimento sindical perdeu suas características reivindicatórias, as negociações coletivas com relação a salários passaram a depender, de forma crescente, da aprovação governamental."

O resultado da desmobilização forçada dos trabalhadores foi a contenção das remunerações. O poder aquisitivo do salário mínimo caiu em 42% no estado de São Paulo, de acordo com o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese).

"No período de 1967-1973, a política salarial e a política de relações trabalhistas do governo tiveram como resultado uma contenção dos níveis de salário real [...] favorecendo a acumulação de capital via manutenção de elevada taxa de lucro.

O NOVO **PAC**

É O GOVERNO FEDERAL
PELO RIO DE JANEIRO.

**É MUITO
INVESTIMENTO**

R\$
+368,7
bilhões

Cada obra do **Governo Federal** é um investimento em mais qualidade de vida para o estado do **Rio de Janeiro**. É mais infraestrutura, saúde, trabalho, moradia, desenvolvimento e uma vida melhor. Isso é bom para todo mundo.

- 16 plataformas de produção de petróleo e gás natural
- 235km de gasoduto
- Uma unidade de processamento de gás – Rota 3
- Conclusão de 61 unidades de produção de petróleo e gás natural
- Melhorias na Refinaria Duque de Caxias
- Nova sede do Instituto Nacional de Câncer – INCA
- 6 novos campi do Instituto Federal
- 191 novos equipamentos do Novo PAC Seleções para saúde, educação, cultura e esporte
- Contenção de encostas em Petrópolis, Teresópolis, Nova Friburgo e Rio de Janeiro
- Internet em 6.742 escolas
- Milhares de moradias do Minha Casa Minha Vida

É O BRASIL NO RUMO CERTO



Saiba mais em
gov.br/novopac

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
UNIÃO E RECONSTRUÇÃO

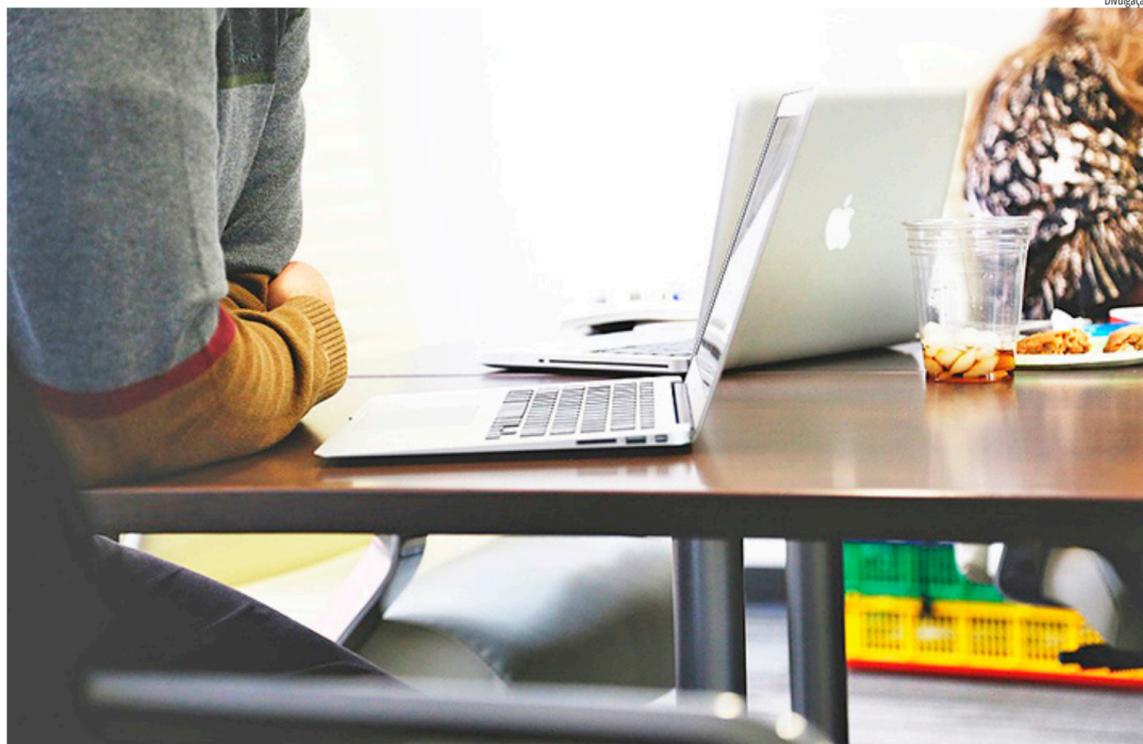
CUSTO DE PRODUÇÃO

Pequena empresa terá consultoria grátis para reduzir a conta de luz

Para empresas com faturamento de até R\$ 4,8 milhões por ano, a redução do custo de energia pode chegar a até 35% e elas ainda podem migrar para o mercado livre de energia elétrica

O Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas no Estado do Rio de Janeiro (Sebrae Rio) está com edital aberto oferecendo consultoria gratuita para redução da conta de luz para micro e pequenas empresas fluminenses com faturamento entre R\$ 81 mil e R\$ 4,8 milhões ao ano. O edital beneficiará 800 empresas. “É um edital de eficiência energética, onde o principal impacto é as empresas conseguirem reduzir a conta de luz”, disse a analista do Sebrae Rio, Michelle Vaz de Mello. De acordo com a Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (Firjan), 70% do custo das indústrias correspondem à conta de energia. No caso do comércio e serviços, esse percentual reduz, porque o consumo é menor, mas ainda é significativo, destacou Michelle.

A analista do Sebrae Rio chamou a atenção que além da conta de energia, a pauta abrange a redução das emissões de carbono na atmosfera. “Não só a empresa precisa fazer o seu dever de casa, mas também há a cobrança da sociedade no sentido da imagem corporativa, atendimento aos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), das Nações Unidas, e até mesmo gerar uma oportunidade de competitividade para essas empresas. A partir do momento em que elas conseguem ter menor custo de produção, elas automaticamente vão ter maior lucro”, explica Michelle. As inscrições para o edital podem ser feitas pelo site do Sebrae até o dia 30 de novembro ou enquanto houver vagas. As empresas responderão a um questionário para definir o perfil energético. “As empresas que têm menor gasto com conta de



Pequenas empresas: as inscrições para o edital podem ser feitas pelo site do Sebrae até o dia 30 de novembro ou enquanto houver vagas

luz possivelmente não vão passar para as outras fases. Mas se o consultor entender a realidade dessa empresa, ele vai dar toda orientação, desde ações simples como sair, apagar a luz”.

Caso a empresa tenha imóvel próprio, com teto para colocação de um painel solar e a conta seja condizente com essa realidade, existem linhas de financiamento na qual ela poderá pagar com a redução de custo que a empresa tiver. Caso a empresa não tenha imóvel próprio nem teto para energia solar, ela poderá fazer assinatura de energia solar.

As empresas que têm consumo de energia acima de R\$ 8 mil podem migrar para o mer-

cado livre de energia, cuja legislação, a partir deste ano favorece as pequenas empresas. “Para empresas com faturamento de até R\$ 4,8 milhões por ano, a redução do custo de energia pode chegar a até 35%, que é um custo muito significativo para essas empresas. Se pensar que uma empresa tem conta de luz de R\$ 8 mil por mês, colocar 20% ou 30% a menos é redução expressiva”.

A analista do Sebrae Rio salientou ainda a importância das reuniões do G20, grupo de países com as maiores economias do mundo, que estão ocorrendo no Brasil e que destacam a questão climática e a redu-

ção de emissões de gás carbônico na atmosfera. O que cabe às empresas fazerem é reduzir as emissões de gás carbônico (CO2).

Michelle destacou também que o estado do Rio de Janeiro é base de muitas micro e pequenas empresas que são fornecedoras de grandes companhias, como a Petrobras, por exemplo, do setor de óleo e gás, que atualmente seguem um protocolo GHG para redução de emissões de gases poluentes. “Não necessariamente a empresa de grande porte vai reduzir essas emissões na operação dela. Mas consegue reduzir na cadeia de relacionamento. Para as grandes empre-

sas, já virou requisito de contratação que os fornecedores que já estejam reduzindo suas emissões de carbono vão ter mais favorecimento para serem contratados do que outros que não estão preocupados com isso”.

O Protocolo GHG foi lançado em 1998 como uma parceria entre organizações não governamentais (ONGs) e empresas para estabelecer métodos padronizados de contabilização, capazes de atender à necessidade de uma metodologia global comum. Hoje, a estrutura de “três escopos” do GHG Protocol é a base para a contabilização de emissões corporativas. GHG é a abreviação para “greenhouse gas”, ou

gases de efeito estufa.

A ideia do Sebrae é fazer também um mapeamento das 800 micro e pequenas empresas do estado do Rio de Janeiro este ano, de modo a ter uma radiografia mais acurada dos setores de comércio, bares, hotéis, para os quais já estão sendo produzidos materiais para orientação dos segmentos. O edital lista 17 segmentos prioritários para entender os que apresentam maiores custos com energia.

Além de ter acesso à primeira fase do edital de perfil energético, elas terão acesso também à segunda etapa de análise da conta de luz. “Dá oportunidade ainda maior de redução dos gastos e de uma orientação maior do que o empresário pode fazer, qual é o horário de ponta. O horário de consumo de energia de 18h às 21h é muito mais caro, mas muitas empresas desconhecem isso”. Segundo Michelle, são informações simples que o empresário não tem conhecimento.

Na terceira fase, as empresas passam por um critério de seleção maior. Os consultores vão nas empresas e fazem um diagnóstico energético, mensurando todos os equipamentos e componentes elétricos para mostrar de modo efetivo onde estão os maiores gastos na conta de luz, identificando os gargalos que provocam o maior custo de energia.

Após as fases de perfil energético, análise da conta de luz e inventário energético, é feita a devolutiva final e mais completa dessa estratégia para que o empresário consiga reduzir seus gastos de energia. Futuramente, será aberta uma rodada de oficinas e palestras para micro e pequenas empresas sobre o tema. O edital não aceita microempreendedores individuais (MEIs).

REAJUSTE

Servidores federais de educação vão começar uma greve na quarta-feira

Servidores federais que atuam na área de educação iniciarão, a partir de quarta-feira (3), uma greve nacional por tempo indeterminado que, segundo o Sindicato Nacional dos Servidores da Educação Básica, Profissional e Tecnológica (Sinasefe), contará com a adesão de mais de 230 unidades de ensino em pelo menos 18 unidades federativas.

Coordenador geral do Sinasefe, David Lobão diz que a greve abrangerá professores e funcionários técnico-administrativos dos Institutos federais de mais de 600 campi; Colégio Pedro II; Instituto Nacional de Educação de Surdos; Instituto Benjamin Constant; bem como colégios e escolas federais vinculadas ao Ministério da Defesa.

Além de uma recomposição salarial que varia de 22,71% a 34,32%, dependendo da categoria, os servidores pedem também reestruturação das carreiras da área técnico-administrativa e de docentes; a revogação de “todas as normas que prejudicam a educação federal aprovadas nos governos Temer e Bolsonaro”; bem como a



Além de uma recomposição salarial que varia de 22,71% a 34,32%, dependendo da categoria, os servidores pedem também reestruturação das carreiras

recomposição do orçamento e o reajuste imediato dos auxílios e bolsas dos estudantes.

Aprovada durante rodadas de assembleias realizadas desde o dia 18 de março em 29

seções sindicais, a greve será nacional e por tempo indeterminado, conforme informado no dia 28 de março documento protocolado junto aos ministérios da Gestão e da Ino-

vação em Serviços Públicos, da Defesa e da Educação, bem como ao Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (Conif).

O Ministério da Gestão informou que, em 2023, viabilizou, a partir de negociação com as entidades representativas dos servidores federais, reajuste linear de 9% para

todos os servidores, além do aumento de 43,6% no auxílio-alimentação.

“Esse foi o primeiro acordo para reajustes fechado entre o governo e servidores em oito anos”, destacou a pasta, acrescentando que, no segundo semestre de 2023, iniciou debate sobre reajuste para o ano de 2024.

Ainda de acordo com o ministério, como parte desse processo foram abertas mesas específicas para tratar de algumas carreiras.

“A recomposição da força de trabalho na Administração Pública Federal, para recuperar a capacidade de atuação do governo para a execução de políticas públicas, é pauta prioritária do Ministério da Gestão, que vem atuando dentro do possível e dos limites orçamentários para atender às demandas dos órgãos e entidades do Executivo Federal”, informou o ministério.

No caso específico da carreira de técnicos-administrativos educacionais, dois ministérios (o da Gestão e o da Educação) criaram grupo de trabalho para tratar da reestruturação do plano para cargos técnico-administrativos em educação.

No dia 27 de março, o relatório final do grupo foi entregue à ministra Esther Dweck, do Ministério da Gestão e Inovação em Serviços Públicos, para servir de “insumo” para a proposta de reestruturação de carreira que será apresentada na mesa de negociação.

BANCO BTG PACTUAL S.A.

Companhia Aberta

CNPJ/MF nº 30.306.294/0001-45 - NIRE nº 33.300.000.402

Edital de Convocação de Assembleia Geral Ordinária. Ficam convocados os acionistas do Banco BTG Pactual S.A. ("Companhia"), na forma prevista no Art. 124 da Lei nº 6.404/76, a comparecerem à Assembleia Geral Ordinária ("AGO" ou "Assembleia"), a ser realizada no dia 30 de abril de 2024, às 11:00 horas, na sede da Companhia, localizada na Praia de Botafogo, nº 501, 6º andar, Torre Corcovado, Auditório, na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, CEP 22.250-040, com a possibilidade de envio do Boletim de Voto a Distância ("BVD"), nos termos do artigo 5º, §2º, inciso II da Resolução CVM nº 81, de 29 de março de 2022 ("Resolução 81"), a fim de deliberar sobre as matérias a seguir descritas. 1. Tomar conhecimento do Relatório da Administração, do Relatório dos Auditores Independentes e dos Resumos dos Relatórios do Comitê de Auditoria e examinar, para deliberação, as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro 2023. 2. Deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício social encerrado em 31 de dezembro 2023. 3. Fixar o limite de valor da remuneração global anual dos administradores da Companhia para o exercício social de 2024. 4. Deliberar sobre a eleição de membros do Conselho de Administração. 4.1. Conforme disposto na Resolução CVM nº 70/2022 e no Artigo 141, da Lei nº 6.404, de 1976, é de 5% (cinco por cento) o percentual mínimo de participação no capital votante necessário ao requerimento do processo de voto múltiplo para eleição dos membros do Conselho de Administração. **Instruções Gerais:** Os documentos exigidos pela Resolução 81 encontram-se à disposição dos acionistas na sede da Companhia, bem como nos websites da Comissão de Valores Mobiliários (<https://www.gov.br/cvm/pt-br>) e da B3 S.A. - Brasil, Bolsa e Balcão (www.b3.com.br), de acordo com as disposições da Lei das Sociedades por Ações e da Resolução 81. **Participação Presencial:** Nos termos do parágrafo único, Artigo 21º do Estatuto Social da Companhia, bem como no intuito de dar celeridade aos procedimentos da AGO, solicitamos aos acionistas que desejarem participar da AGO que realizem o cadastro prévio e depositem, preferencialmente por meio da Plataforma Atlas AGM disponível no website www.atlasagm.com e em aplicativo na Apple Store e Google Play Store ("Plataforma Atlas"), e, alternativamente, na sede da Companhia, localizada na Praia de Botafogo, nº 501, 6º andar, Torre Corcovado, Auditório, na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, CEP 22.250-040, aos cuidados do Departamento Jurídico, até 24 (vinte e quatro) horas antes da data de realização da AGO, cópia dos seguintes documentos: (i) **Para Pessoas Físicas**, documento de identidade oficial válido com foto e CPF do Acionista; (ii) **Para Pessoas Jurídicas:** (i) último Estatuto ou Contrato Social (conforme o caso) consolidado, acompanhado de suas eventuais alterações posteriores que não tenham sido consolidadas; (ii) documentos societários que comprovem a regularidade da representação do Acionista; e (iii) documento de identidade oficial válido com foto e CPF do representante legal do Acionista; (iii) **Para Fundos de Investimento:** (i) último Regulamento do Fundo de Investimento consolidado, acompanhado de suas eventuais alterações posteriores que não tenham sido consolidadas; (ii) último Estatuto ou Contrato Social (conforme o caso) do administrador ou gestor (conforme o caso, observada a política de voto do fundo de investimento) consolidado, acompanhado de suas eventuais alterações posteriores que não tenham sido consolidadas; (iii) documentos societários que comprovem a regularidade da representação do administrador ou gestor e do Acionista (conforme o caso); e (iv) documento de identidade oficial válido com foto e CPF do representante legal do administrador ou gestor (conforme o caso) e do Acionista. A Companhia solicita que os documentos que tenham sido originalmente emitidos em língua estrangeira sejam apresentados acompanhados da respectiva tradução para o português. De modo a facilitar a participação dos acionistas na AGO, a Companhia dispensará o cumprimento de formalidades de reconhecimento de firmas, autenticação, apostilamento e tradução juramentada da referida documentação. **Boletim de Voto a Distância:** A Companhia adotará para esta AGO o sistema de votação à distância estabelecido pelo Artigo 26 da Resolução 81. Nesse sentido, os acionistas poderão encaminhar, até o dia 23 de abril de 2024, a partir desta data, o BVD de uma das seguintes formas: (i) Por instruções de preenchimento transmitidas para os seus agentes de custódia que prestem esse serviço, no caso dos acionistas titulares de ações depositadas em depositário central; (ii) Por instruções de preenchimento transmitidas para o escriturador das ações de emissão da Companhia, Banco Bradesco S.A., no caso de acionistas titulares de ações depositadas no escriturador; e (iii) Por meio do envio do BVD diretamente à Companhia, preferencialmente por meio da Plataforma Atlas, juntamente com o envio digital, diretamente por meio da plataforma, da mesma documentação referida acima para a participação presencial. Alternativamente, o Acionista poderia entregar o BVD e a documentação aplicável aos cuidados do Departamento Jurídico da Companhia, na Cidade e Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.477, 14º andar, parte, Itaim Bibi, CEP 045.38-133. Caso haja divergência entre eventual BVD recebido diretamente pela Companhia (inclusive por meio da Plataforma Atlas) e instrução de voto contida no mapa consolidado de votação enviado pelo escriturador com relação a um mesmo número de inscrição no CPF ou CNPJ, a instrução de voto contida no mapa de votação do escriturador prevalecerá, devendo o BVD recebido diretamente pela Companhia ser desconsiderado. Durante o prazo de votação, o acionista poderá alterar suas instruções de voto quantas vezes entender necessário, de modo que será considerada no mapa de votação da Companhia a última instrução de voto apresentada. Uma vez encerrado o prazo de votação, o acionista não poderá alterar as instruções de voto já enviadas. Caso o acionista julgue que a alteração seja necessária, esse deverá participar pessoalmente da AGO, conforme instruções para participação presencial, e solicitar que as instruções de voto enviadas via boletim sejam desconsideradas. O acionista que comparecer à AGO e apresentar a documentação exigida não será impedido de participar da AGO. Igualmente, o direito de participar da AGO e de nela exercer todas as prerrogativas conferidas às ações representadas pelas *Units* deverá ser exercido por meio da instituição depositária, observados os procedimentos e limitações previstas no correspondente contrato de emissão em vigor, conforme determina o Artigo 46º do Estatuto Social da Companhia. Os acionistas da Companhia interessados em acessar as informações ou sanar dúvidas relativas às propostas acima deverão contatar a área de Relações com Investidores da Companhia, por meio do telefone (11) 3383-9697 ou pelo e-mail ol-juridico-societario@btgpactual.com. Rio de Janeiro, 28 de março de 2024. **Conselho de Administração.**

ATP - Around The Pier Administração e Participações Ltda.

CNPJ/MF nº 05.510.716/0001-52 - NIRE nº 33.207.088.869

Sociedade Limitada

Aviso aos Sócios

Comunicamos os Senhores Sócios da **ATP - Around The Pier Administração e Participações Ltda.** ("Sociedade") que se encontram disponíveis na sede social da Sociedade, na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, na Praça XV de Novembro, nº. 21, Parte, Centro, CEP: 20.010-010, os documentos relativos as contas dos administradores referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023.

Rio de Janeiro/RJ, 28 de março de 2024

Luciana Parpinelli de Oliveira - Diretora Presidente
Francisco Pierrini - Diretor

BARCAS S.A. - TRANSPORTES MARÍTIMOS

CNPJ/MF nº 33.644.865/0001-40 - NIRE nº 33300138820

COMPANHIA FECHADA

CARTA DE RENÚNCIA

Rio de Janeiro/RJ, 20 de março de 2024. A **BARCAS S.A. - TRANSPORTES MARÍTIMOS** ("Companhia"). Aos cuidados do Conselho de Administração, Praça XV de Novembro, 21, Sobrado, bairro Centro, Rio de Janeiro/RJ, CEP 20.010-010. **Ref.: Renúncia ao cargo de membro efetivo do Conselho de Administração da Companhia.** Prezados Senhores: Pela presente e para todos os fins e efeitos do artigo 151 da Lei 6.404/76, eu, **TIAGO AUGUSTO ALVES SOUZA DIAS**, brasileiro, casado, engenheiro, portador da Cédula de Identidade RG nº 26.890.963-5/SSP/SP e inscrito no CPF/MF sob o nº. 332.849.988-10, com endereço profissional na Avenida Chedid Jafet, nº 222, 4º andar, bairro Vila Olímpia, São Paulo/SP, CEP 04.551-065, apresento minha **RENÚNCIA**, em caráter irrevogável e irretratável, ao cargo de **membro efetivo**, do Conselho de Administração da Companhia, para o qual fui eleito na Assembleia Geral Ordinária realizada em 20/04/2023 às 11h00, comprometendo-me a manter em sigilo todas as informações que me tenham sido adquiridas no respectivo período. Atenciosamente, **TIAGO AUGUSTO ALVES SOUZA DIAS** - Ciente em: 20/03/2024. **BARCAS S.A. - TRANSPORTES MARÍTIMOS** - Marcio Magalhães Hannas - Presidente do Conselho de Administração. JUCERJA nº 00006152589 em 27/03/2024 e Protocolo: 2024/00282113-7 em 26/03/2024. Gabriel Oliveira de Souza Voi - Secretário Geral.

GRUPO SALTA EDUCAÇÃO S.A.

CNPJ nº 17.765.891/0001-70 - NIRE 33.0030675-7

EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA A SER REALIZADA EM 10 DE ABRIL DE 2024. Ficam convocados os acionistas do Grupo Salta Educação S.A. ("Companhia"), na forma prevista no art. 124 da Lei 6.404/76 e no artigo 8º do Estatuto Social da Companhia, a comparecerem em Assembleia Geral Extraordinária a ser realizada, no dia 10 de abril de 2024, às 10:00, na sede da Companhia, localizada na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, na Rua Rodrigo de Brito, nº 13, Botafogo, CEP 22.280-100, a fim de deliberarem sobre as seguintes matérias constantes da ordem do dia: (i) aprovar a emissão de novas ações da Companhia, no montante global de, no mínimo, R\$ 145.073.574,40, e, no máximo, R\$ 188.764.758,15, corrigidos pela variação do CDI desde 21 de março de 2024, permitida a homologação parcial, desde que subscrito o montante global mínimo, deliberando a assembleia geral sobre o preço de emissão e a fixação do prazo para exercício do direito de preferência; e (ii) fixar os montantes do valor subscrito que deverão ser destinados às contas de capital social e da reserva de capital. Para exercer seus direitos, os acionistas deverão comparecer à Assembleia Geral Extraordinária portando documento de identidade. Nos termos do art. 126 da Lei 6.404/76, os acionistas poderão ser representados por procurador, desde que estes apresentem o respectivo instrumento de mandato, com firma reconhecida em cartório. A Administração da Companhia, adicionalmente, permanece à disposição para quaisquer esclarecimentos e instruções adicionais que se façam necessários. Rio de Janeiro/RJ, 2 de abril de 2024. **Maria Eduarda de Arruda Falcão Vasconcellos** - Presidente do Conselho de Administração.

AVISO DE EXTRAVIO DE LIVRO SOCIETÁRIO

MC BRAZIL F&B PARTICIPAÇÕES S.A., CNPJ/MF nº 42.587.182/0001-99, com sede na Avenida Afrânio de Melo Franco, nº 290, Leblon Executive Tower, sala 401-A, Leblon, CEP 22430-060 e com seus atos constitutivos arquivados na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro ("JUCERJA") sob o NIRE 33.3.0033903-5, comunica à praça e ao mercado em geral para todos os fins de direito o extravio do seu Livro Registro de Atas das Assembleias Gerais. Rio de Janeiro, 26 de março de 2024.

INVESTIMENTOS E PARTICIPAÇÕES**EM INFRAESTRUTURA S.A. - INVEPAR****COMPANHIA ABERTA**

CNPJ/MF nº 03.758.318/0001-24 - NIRE nº 33.3.002.6.520-1

Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária - Convocação. Ficam convocados os Srs. Acionistas da **Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. - INVEPAR** a se reunirem em Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária, no dia 30 de abril de 2024, às 11h, de modo exclusivamente digital, por meio da plataforma digital Teams, que poderá ser acessada pessoalmente ou por procurador devidamente constituído, a fim de deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: (i) **Em Assembleia Geral Ordinária:** (i.a) Tomada de contas da administração e exame, discussão e aprovação do Relatório da Administração e das Demonstrações Financeiras da Companhia, relativos ao exercício social de 2023; (i.b) Deliberação sobre a destinação do Resultado apurado pela Companhia no exercício social de 2023; (i.c) Eleição dos membros do Conselho de Administração; (i.d) Eleição dos membros do Conselho Fiscal; e (ii) **Em Assembleia Geral Extraordinária:** (ii.a) Fixação da remuneração global anual dos administradores e do Conselho Fiscal; (ii.b) Eleição de Presidente e Vice-Presidente para o Conselho de Administração. Nos termos da Resolução CVM nº. 70/2022, o percentual mínimo de titularidade de capital votante para solicitação de voto múltiplo por acionistas é de 5% (cinco por cento). As Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária serão instaladas, em primeira convocação, com a presença de acionistas titulares de ações ordinárias representativas de, pelo menos, 1/4 (um quarto) do capital social. A participação dos acionistas poderá ser pessoal ou por representante legal/procurador devidamente constituído, ou via boletim de voto a distância, conforme abaixo: **Por Representante Legal/Procurador:** Os Representantes Legais/Procuradores deverão apresentar: (i) no caso de acionista pessoa jurídica, cópia dos atos constitutivos e da ata de eleição dos administradores, os respectivos instrumentos de mandato e/ou representação, bem como documento válido e com foto que comprove a sua identidade (cédula de identidade/RG, CNH, RNE, passaporte ou carteiras de classe profissional oficialmente reconhecidas) e CPF; e (ii) no caso de acionista fundo de investimentos, cópia do regulamento do fundo em vigor, cópia do estatuto ou contrato social de seu administrador ou gestor, conforme o caso, os respectivos instrumentos de mandato e/ou representação, bem como documento válido e com foto que comprove a sua identidade (cédula de identidade/RG, CNH, RNE, passaporte ou carteiras de classe profissional oficialmente reconhecidas) e CPF. **Boletim de Voto:** Caso o acionista opte por exercer seu direito de voto por meio de seu respectivo agente de custódia, do escriturador da Companhia (Itaú Corretora de Valores S.A.) ou diretamente à Companhia, para os endereços de e-mail invest@invepar.com.br e governancacorporativa@invepar.com.br, aos cuidados dos Departamentos de Relações com Investidores e de Governança Corporativa. Os documentos pertinentes às matérias a serem deliberadas encontram-se à disposição dos acionistas na sede da Companhia, no site da CVM (www.cvm.gov.br) e no site de Relações com Investidores da Companhia (<https://ri.invepar.com.br>). Rio de Janeiro, 27 de março de 2024. **João Pinto Rabelo Junior** - Presidente do Conselho de Administração.

VIAÇÃO PENHA RIO EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

CNPJ nº 02.592.047/0001-17

EDITAL DE CONVOCAÇÃO. Ficam convocados os Sócios da empresa Viação Penha Rio Ltda. em Recuperação Judicial a comparecerem na sede da empresa, localizada na Av. Itacoca, 149/187, Bonsucesso, Rio de Janeiro, RJ, CEP 21061-021, às 11:00 horas, do dia 12/04/2024, para tratarem da seguinte ordem do dia: (i) alteração da cláusula 5ª do contrato social. Rio de Janeiro, 01/04/2024. **Agostinho Tavares Maia** - Sócio Administrador.

INSTITUTO DE ESTUDOS SUPERIORES EM GESTÃO DO ESPORTE**EDITAL DE CONVOCAÇÃO**

O Presidente do **INSTITUTO DE ESTUDOS SUPERIORES EM GESTÃO DO ESPORTE**, associação inscrita no CNPJ sob o nº 07.098.815/0001-02, na forma de seu Estatuto Social, vem pelo presente Edital comunicar aos Associados que será realizada no dia 01 de abril de 2024 na sede social do INSTITUTO, na Avenida Presidente Vargas, 607/801, parte, Centro, nesta cidade, em primeira convocação às 20:00 horas e segunda convocação às 20:30h, a Assembleia Geral Ordinária para a seguinte ordem do dia: a) reforma estatutária com as alterações do seu objeto, atividades, sede, da diretoria e outras cláusulas pertinentes; b) eleger a Diretoria Executiva, o Conselho Fiscal e a Comissão de Atletas para o mandato de 2024 até 2028; c) deliberar sobre a aprovação das contas do exercício de 2022 e 2023; d) deliberar sobre a proposta orçamentária do exercício de 2024; e) deliberar sobre Relatório anual de Diretoria do exercício de 2023; f) assuntos gerais;

Rio de Janeiro, 20 de março de 2024.

Luís Guilherme de Oliveira Gutman

Presidente

REGATA IMOB EMPREENDIMENTOS S/A

CNPJ 12.979.051/0001-96

Aviso aos Acionistas: Achem-se à disposição dos Srs. acionistas, na sede social da Companhia sito a Rua MIGUEL DE FRIAS, 77 - Icarai - Niterói, os documentos a que se referem o artigo 133 da Lei 6.604 de 15.12.1976, referente ao exercício encerrado em 31.12.2023. Niterói, 27.03.2024. A Diretoria.

CONCESSIONÁRIA DO VLT CARIOCA S.A.

CNPJ nº 18.201.378/0001-19 - NIRE 33300307729

CARTA DE RENÚNCIA

Rio de Janeiro/RJ, 15 de março de 2024. A **CONCESSIONÁRIA DO VLT CARIOCA S.A.** ("Companhia"). Aos cuidados do Conselho de Administração, Rua da União, nº 11, Parte, bairro Santo Cristo, Rio de Janeiro/RJ, CEP 20.220-505. **Ref.: Renúncia ao cargo de Diretor Presidente.** Prezados Senhores: Pela presente e para todos os fins e efeitos do artigo 151 da Lei 6.404/76, eu, **ANDRÉ LUIS PEREIRA COSTA**, brasileiro, casado, engenheiro da computação, portador da Cédula de Identidade RG nº 25.698.284-3 SSP/SP e inscrito no CPF/MF sob o nº 281.775.618-55, com endereço profissional na Rua da União, nº 11, Parte, bairro Santo Cristo, Rio de Janeiro/RJ, apresento minha **RENÚNCIA**, em caráter irrevogável e irretratável, ao cargo de **DIRETOR PRESIDENTE**, para o qual fui eleito na Reunião do Conselho de Administração realizada em 22/02/2024 às 08h30, comprometendo-me a manter em sigilo todas as informações que me tenham sido adquiridas no respectivo período. Atenciosamente, **ANDRÉ LUIS PEREIRA COSTA**. Ciente em: 15/03/2024. **CONCESSIONÁRIA DO VLT CARIOCA S.A.** - Marcio Magalhães Hannas. JUCERJA nº 00006151239 em 26/03/2024 e Protocolo: 2024/00275388-3 em 25/03/2024. Gabriel Oliveira de Souza Voi - Secretário Geral.

CONCESSIONÁRIA DO VLT CARIOCA S.A.

CNPJ nº 18.201.378/0001-19 - NIRE nº 33.3.0030772-9

CARTA DE RENÚNCIA

Rio de Janeiro/RJ, 20 de março de 2024. A **CONCESSIONÁRIA DO VLT CARIOCA S.A.** ("Companhia"). Aos cuidados do Conselho de Administração, Rua da União, 11, Parte, bairro Santo Cristo, Rio de Janeiro/RJ, CEP 20.220-505. **Ref.: Renúncia ao cargo de membro efetivo do Conselho de Administração da Companhia.** Prezados Senhores: Pela presente e para todos os fins e efeitos do artigo 151 da Lei 6.404/76, eu, **TIAGO AUGUSTO ALVES SOUZA DIAS**, brasileiro, casado em regime de separação total de bens, engenheiro, portador da Cédula de Identidade RG nº 26.890.963-5, expedida pela SSP/SP e inscrito no CPF/MF sob o nº 332.849.988-10, com endereço profissional na Avenida Chedid Jafet, nº 222, bloco B, 4º andar, Vila Olímpia, CEP 04.551-065, São Paulo/SP, apresento minha **RENÚNCIA**, em caráter irrevogável e irretratável, ao cargo de membro efetivo do Conselho de Administração, para o qual fui eleito na Assembleia Geral Ordinária realizada em 28/04/2023, comprometendo-me a manter em sigilo todas as informações que me tenham sido adquiridas no respectivo período. Atenciosamente, **TIAGO AUGUSTO ALVES SOUZA DIAS** - Ciente em: 20/03/2024. **CONCESSIONÁRIA DO VLT CARIOCA S.A.** - Marcio Magalhães Hannas. JUCERJA nº 00006152718 em 27/03/2024 e Protocolo: 2024/00282134-0 em 26/03/2024. Gabriel Oliveira de Souza Voi - Secretário Geral.

CASA DE SAÚDE SÃO LUCAS S.A.

CNPJ/MF 30.537.740/0001-22

Convocação: Empresa estabelecida na Av. Antônio Mario de Azevedo, 715 - Duas Pedras, Nova Friburgo - RJ, vem convocar seus acionistas a se reunirem em **AGO/AGE**, no dia 06/05/2024, às 17 h, em 1ª convocação com a presença de no mínimo 2/3 do capital, com direito a voto, ou 17:30h em 2ª convocação com qualquer número de presentes, para deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: I - **AGO:** a) Leitura do relatório da Administração; b) Leitura, discussão, votação e aprovação das Demonstrações Contábeis do exercício findo em 31/12/2023; c) Deliberação do resultado do exercício; d) assuntos gerais. II - **AGE:** a) Remuneração da administração. **Aviso - Achem-se** à disposição dos Srs. Acionistas os documentos a que se refere o Art. 133 da Lei 6.404/76, referente ao exercício social encerrado em 31/12/2023. **A Diretoria.**

VIAÇÃO MAUÁ S/A

CNPJ 31.688.609/0001-29

Aviso aos Acionistas: Achem-se à disposição dos Srs. acionistas, na sede social da Companhia sito a RUA CAPITÃO ACÁCIO, 363 - Boacua - São Gonçalo, os documentos a que se referem o artigo 133 da Lei 6.604 de 15.12.1976, referente ao exercício encerrado em 31.12.2023. SG, 27.03.2024. A Diretoria.

ICARAI AUTO TRANSPORTES S/A

CNPJ 28.547.537/0001-95

Aviso aos Acionistas: Achem-se à disposição dos Srs. acionistas, na sede social da Companhia sito a RUA FRANCISCO NETO, 166 - Alcântara - São Gonçalo, os documentos a que se referem o artigo 133 da Lei 6.604 de 15.12.1976, referente ao exercício encerrado em 31.12.2023. SG, 27.03.2024. A Diretoria.

Auto Viação ABC S.A.

CNPJ 31.694.813/0001-52

Aviso aos Acionistas: Achem-se à disposição dos Srs. acionistas, na sede social da Companhia sito a RUA FRANCISCO NETO, 136 - Alcântara - São Gonçalo, os documentos a que se referem o artigo 133 da Lei 6.604 de 15.12.1976, referente ao exercício encerrado em 31.12.2023. SG, 27.03.2024. A Diretoria.

TRANSPORTES CAMPO GRANDE LTDA EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

CNPJ nº 33.646.969/0001-93

EDITAL DE CONVOCAÇÃO. Ficam convocados os Sócios da empresa Transportes Campo Grande Ltda. em Recuperação Judicial a comparecerem na sede da empresa, localizada na Av. Santa Cruz, 7825, Senador Camará, RJ, CEP 21833-045, às 10:30 horas, do dia 12/04/2024, para tratarem da seguinte ordem do dia: (i) alteração da cláusula 5ª do contrato social. Rio de Janeiro, 01/04/2024. **Agostinho Tavares Maia** - Sócio Administrador.

LIGHT SERVIÇOS DE ELETRICIDADE S.A.

Companhia Aberta

CNPJ/MF nº 60.444.437/0001-46 - NIRE 33.3.0010644-8

EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA ASSEMBLEIA GERAL DE DEBENTURISTAS DA 2ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, EM SÉRIE ÚNICA, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, COM GARANTIA FIDEJUSSÓRIA ADICIONAL, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA DA LIGHT SERVIÇOS DE ELETRICIDADE S.A. Nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações") e da Resolução CVM nº 81, de 29 de março de 2022, a **VX PAVARINI DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.**, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda ("CNPJ/MF") sob o nº 15.227.994/0001-50 ("Agente Fiduciário"), na qualidade de Agente Fiduciário da **2ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie Quirográfrica, com Garantia Fidejussória Adicional, para Distribuição Pública da LIGHT SERVIÇOS DE ELETRICIDADE S.A.** ("Debenturistas", "Emissão" e "Emissora", respectivamente), em decorrência, (i) dos recentes andamentos do Processo de Recuperação Judicial nº 0843430-58.2023.8.19.0001, que tramita perante a 3ª Vara Empresarial da Comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro ("Recuperação Judicial"); e (ii) da iminente votação do Plano de Recuperação Judicial em Assembleia Geral de Credores, vem **CONVOCAR** os debenturistas a reunirem-se em **SEGUNDA CONVOCAÇÃO**, em Assembleia Geral de Debenturistas da Emissão ("AGD"), a ser realizada em **18 de abril de 2024, às 16h00**, de forma exclusivamente remota e eletrônica através da plataforma Microsoft Teams ("Plataforma Digital"), nos termos da Escritura de Emissão celebrada entre a Emissora, o Agente Fiduciário e a Fiadora da Emissão, Light S.A. ("Escritura de Debêntures"), para deliberar sobre a seguinte ordem do dia ("Ordem do Dia"): i. Aprovação da orientação de voto elaborada pelos Assessores Legais para que o Assessor Legal possa votar em conformidade com as deliberações desta AGD na Assembleia Geral de Credores ("AGC") em representação aos Debenturistas; ii. Autorização para que os Assessores Legais possam votar pela suspensão da AGC pelo prazo de até 45 (quarenta e cinco) dias da data de realização da AGC, caso essa deliberação seja submetida à AGC; iii. Aprovação para que o Agente Fiduciário e o Assessor Legal tomem todas as medidas necessárias para implementação das deliberações desta AGD; iv. Aprovação da suspensão de todos os itens da ordem do dia desta AGD, com o propósito de permitir a reabertura e nova deliberação, se for o caso, para nova deliberação destes itens, em data a ser indicada pelo Assessor Legais, em caso de apresentação pela Light de aditamento ao PRJ, em prazo não inferior a 3(três) dias úteis antes de antecedência da data pretendida para a retomada da AGD. **1. Informações Gerais. 1.1.** A AGD será realizada de forma exclusivamente digital e remota, por meio de participação remota através da Plataforma Digital, conforme instruções dispostas no parágrafo das "Informações Gerais" disponível no website do Agente Fiduciário (www.vortex.com.br), observado o disposto no artigo 71, §2º, da Resolução CVM 81. O Agente Fiduciário disponibilizará (i) Plataforma Digital para participação e votação remota, como alternativa para viabilizar a participação à distância dos Debenturistas na AGD; (ii) Instrução de Voto à Distância; (iii) Material de apoio, disponibilizado no site do Agente Fiduciário (www.vortex.com.br) contendo todas as orientações e modelos a serem adotados pelos Debenturistas para envio de Instrução de Voto à Distância, bem como os documentos para participação e representação na AGD, observado o disposto do artigo 72, § 1º da Resolução CVM 81 e em conformidade com os artigos 126, § 1º da Lei das S/A e 654, § 1º e §2º do Código Civil. **1.2.** O Agente Fiduciário não se responsabilizará por quaisquer problemas operacionais ou de conexão que os Debenturistas possam enfrentar, bem como por eventuais questões alheias ao Agente Fiduciário que possam dificultar ou impossibilitar a sua participação na Assembleia por meio do sistema eletrônico. **1.3.** O Agente Fiduciário recomenda que os Debenturistas que optarem por participar da presente AGD de forma síncrona acessem a Plataforma Digital com antecedência de, no mínimo, 30 (trinta) minutos do início da Assembleia Geral de Debenturistas, a fim de evitar eventuais problemas operacionais, e que os Debenturistas se familiarizem previamente com a Plataforma Digital para evitar problemas com a sua utilização no dia da Assembleia Geral de Debenturistas. **1.4.** Os Debenturistas que participarem via Plataforma Digital ou que tenham enviado Instrução de Voto à Distância serão considerados presentes à AGD e assinantes da ata e do livro de presença, ou, alternativamente, o registro em ata dos Debenturistas que participarem da Assembleia Geral de Debenturistas, pelos meios referidos neste edital, pode ser realizado pelo presidente da mesa ou pelo secretário da Assembleia Geral de Debenturistas, cujas assinaturas podem ser feitas por meio de certificação digital ou reconhecidas por outro meio que garanta sua autoria e integridade em formato compatível com o adotado para a realização da Assembleia Geral de Debenturistas, observado o disposto no artigo 76, §2º da Resolução CVM 81. **1.5.** Este Edital se encontra disponível nas respectivas páginas do Agente Fiduciário (www.vortex.com.br). Todos os termos aqui iniciados em letras maiúsculas e não expressamente aqui definidos terão os mesmos significados a eles atribuídos na Escritura de Emissão. São Paulo, 01 de abril de 2024.

PORTO SUDESTE DO BRASIL S.A.

CNPJ/MF: 08.310.839/0001-38 - NIRE: 33.3.0031005-3

AVISO AOS ACIONISTAS

Porto Sudeste do Brasil S.A. sociedade anônima de capital fechado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 08.310.839/0001-38 ("Companhia"), em atendimento ao disposto no artigo 133 da Lei nº 6.404/76, comunica aos seus acionistas que a Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da Companhia ocorrerá em 30 de abril de 2024 ("AGO 2024"). Os documentos e informações a que se refere o Artigo 133 da Lei 6.404/76, relativos, inclusive, ao exercício encerrado em 31/12/2023, encontram-se à disposição dos acionistas na sede da Companhia, localizada na Rua Felix Lopes Coelho, nº 222, lote 5 ao 20, Q 0001, lote 0005 (parte), Ilha da Madeira, Cidade de Itaguaí, Estado do Rio de Janeiro, CEP 23826-850 e também podem ser solicitados por meio do e-mail: secretariariasocietaria@portosudeste.com. Itaguaí, 26 de março de 2024.

PORTO SUDESTE DO BRASIL S.A.**Oscar Pekka Fahlgren** - Presidente do Conselho de Administração**GABOARD PARTICIPAÇÕES LTDA.**

CNPJ/MF: 19.351.103/0001-24 - NIRE: 33.2.0965163-3

EDITAL DE CONVOCAÇÃO - REUNIÃO DE SÓCIOS: EAV LUX 2 S.A.R.L., sociedade validamente constituída e organizada sob as leis de Luxemburgo, com sede na 14, Rue Edward Steichen, L-2540, Cidade de Luxemburgo, inscrita no CNPJ sob o nº 19.417951/0001-99, na qualidade de sócia da **Gaboard Participações Ltda.**, sociedade empresária limitada, com sede na cidade do Rio de Janeiro, estado do Rio de Janeiro, na Avenida Afrânio de Melo Franco nº 290, sala 401-A, Leblon, CEP 22430-060, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ("CNPJ") sob o nº 19.351.103/0001-24, com seus atos constitutivos devidamente arquivados na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro - JUCERJA sob o NIRE 33.2.0965163-3 ("Sociedade"), vem pela presente, nos termos da Cláusula 10ª do Contrato Social da Sociedade e da legislação aplicável, convocar os demais sócios da Sociedade, (i) **TRAFUGURA VENTURES V.B.V.**, sociedade validamente constituída e organizada sob as leis dos Países Baixos, com sede na Evert van de Beekstraat 1-82, The Base, Tower B, 5th floor, 1118 CL Schiphol, inscrita no CNPJ sob o nº 11.698.029/0001-05; e (ii) **MMX Sudeste Mineração S.A. - Falido**, sociedade anônima de capital fechado, com sede na Cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, na Avenida Bias Fortes, nº 817, sala 402, Lourdes, CEP 30.170-011, inscrita no CNPJ sob o nº 08.830.308/0001-76; para comparecer à reunião de sócios da Sociedade a ser realizada, em primeira convocação, no dia 8 de abril de 2024, às 11 horas, na sede da Sociedade ("Reunião de Sócios"), para examinar, discutir e votar a respeito da seguinte ordem do dia: (i) tomar as contas dos administradores e deliberar sobre o balanço patrimonial e o resultado econômico, pertinentes ao exercício findo em

LIGHT S.A. – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL
CNPJ 03.378.521/0001-75 - NIRE: 33.300.263.16-1
Companhia Aberta

Edital de Convocação. Assembleia Geral Ordinária. Ficam convidados os Acionistas da LIGHT S.A. – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL (“Companhia”) para se reunirem em Assembleia Geral Ordinária (“AGO”), a ser realizada, em primeira convocação, em 30 de abril de 2024, às 16 horas, de modo exclusivamente digital, via plataforma *Ten Meetings*, nos termos da Resolução CVM nº 81, de 29 de março de 2022 (“Resolução CVM 81”), a fim de deliberarem a seguinte ordem do dia: 1. Examinar, discutir e votar as contas dos administradores, o relatório da administração e as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023; 2. Deliberar sobre a destinação do resultado do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023; 3. Instalar e fixar o número de membros do Conselho Fiscal; 4. Eleger os membros efetivos e suplentes do Conselho Fiscal; 5. Fixar a remuneração anual global dos administradores da Companhia para o exercício social de 2024; e 6. Fixar a remuneração dos membros do Conselho Fiscal. **Informações aos Acionistas:** A AGO será realizada exclusivamente por meio eletrônico, nos termos da Resolução CVM 81. Os acionistas poderão exercer o direito de voto por meio de: (i) boletim de voto a distância, com envio de instrução de voto previamente à realização da AGO (“Boletim”); ou, (ii) participação via sistema eletrônico pela plataforma *Ten Meetings* no momento da realização da AGO. Para participação na AGO por meio da plataforma eletrônica, os acionistas deverão realizar o cadastro na plataforma digital e enviar os documentos necessários, nos termos do item 3 do Manual de Participação dos Acionistas, através do endereço eletrônico da plataforma digital <https://assembleia.ten.com.br/869153752> com até 48 (quarenta e oito) horas de antecedência da AGO, isto é, até às 16 horas do dia 28 de abril de 2024, devendo observar as orientações detalhadas no Manual da Plataforma – Participante, da plataforma *Ten Meetings*, também disponível para download no endereço eletrônico acima. É facultado a qualquer acionista constituir procurador para comparecer à AGO e votar em seu nome. Na hipótese de representação, o acionista deverá observar os termos do artigo 126 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada (“Lei das S.A.”), devendo o procurador ter sido constituído há menos de 1 (um) ano e ser acionista, administrador da Companhia ou advogado, ou, ainda, ser instituição financeira. O acionista que optar por exercer o seu direito de voto por meio do boletim de voto a distância deverá enviar o correspondente Boletim, até o dia 23 de abril de 2024, inclusive, por meio de seu respectivo agente de custódia, pelo banco escriturador das ações da Companhia ou diretamente à Companhia, por meio de endereço eletrônico ri@light.com.br. O acionista que optar por exercer o seu direito de voto a distância por intermédio de prestadores de serviço deverá entrar em contato com seu agente de custódia ou com a instituição escrituradora das ações da Companhia, conforme suas ações estejam ou não depositadas em depositário central, observadas as regras por esses determinadas para transmissão de suas instruções de voto, bem como os prazos necessários para que seus votos sejam transmitidos. Ressaltamos que, havendo divergência entre o boletim de voto a distância recebido diretamente pela Companhia e as instruções de voto eventualmente enviadas aos agentes custodiantes ou ao escriturador das ações da Companhia, estes últimos prevalecerão. É dispensado o envio da via física do Boletim para a sede da Companhia, bem como o reconhecimento de firma e autenticações, bastando o envio de cópia simples das vias originais para o endereço eletrônico ri@light.com.br. O acionista será responsável pela integridade e confiabilidade dos documentos enviados à Companhia. Outras informações a respeito dos prazos e procedimentos para os acionistas que desejam participar por meio digital da AGO ou por meio do envio do Boletim encontram-se no site de Relações com Investidores da Companhia (www.ri.light.com.br) e no Manual de Participação dos Acionistas. Para participarem da AGO, os acionistas deverão realizar o cadastro na plataforma digital e enviar os documentos descritos abaixo, através do endereço eletrônico da plataforma digital <https://assembleia.ten.com.br/869153752>: **Acionistas Pessoas Físicas:** • Documento de identificação com foto (RG, RNE, CNH ou carteiras de classe profissional oficialmente reconhecidas no Brasil). Caso o acionista se faça representar por procurador, documento de identificação com foto do procurador presente e procuração com poderes específicos, outorgada nos termos do §1º do art.126 da Lei das S.A., por instrumento público ou particular, assinada manualmente, que não precisará conter a firma reconhecida do outorgante ou com assinatura eletrônica por meio do certificado digital emitido por entidade credenciada pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP-Brasil; • Extrato expedido pela instituição prestadora dos serviços de ações escriturais ou pela instituição custodiante, com a quantidade de ações que constavam como titulares, com prazo não superior a 3 (três) dias antes da realização da AGO. **Fundos de Investimentos:** Cópia do regulamento consolidado do fundo e do estatuto ou contrato social de seu administrador ou gestor, conforme o caso, juntamente com documentação societária comprobatória de poderes de representação legal do administrador ou gestor, conforme o caso (ata de eleição de administradores e/ou procuração com poderes específicos, outorgada nos termos do §1º do art.126 da Lei das S.A., por instrumento público ou particular, assinada manualmente, que não precisará conter a firma reconhecida do outorgante ou com assinatura eletrônica por meio do certificado digital emitido por entidade credenciada pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP-Brasil); • Documento de identificação com foto (RG, RNE, CNH ou carteiras de classe profissional oficialmente reconhecidas no Brasil) do(s) representante(s) legal(is); • Extrato expedido pela instituição prestadora dos serviços de ações escriturais ou pela instituição custodiante, com a quantidade de ações que constavam como titulares, com prazo não superior a 3 (três) dias antes da realização da AGO. **Fundos de Investimentos:** Cópia do regulamento consolidado do fundo e do estatuto ou contrato social de seu administrador ou gestor, conforme o caso, juntamente com documentação societária comprobatória de poderes de representação legal do administrador ou gestor, conforme o caso (ata de eleição de administradores e/ou procuração com poderes específicos, outorgada nos termos do §1º do art.126 da Lei das S.A., por instrumento público ou particular, assinada manualmente, que não precisará conter a firma reconhecida do outorgante ou com assinatura eletrônica por meio do certificado digital emitido por entidade credenciada pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP-Brasil); • Documento de identificação com foto (RG, RNE, CNH ou carteiras de classe profissional oficialmente reconhecidas no Brasil) do(s) representante(s) legal(is); • Extrato expedido pela instituição prestadora dos serviços de ações escriturais ou pela instituição custodiante, com a quantidade de ações que constavam como titulares, com prazo não superior a 3 (três) dias antes da realização da AGO. Para os acionistas que queiram participar por meio do envio do Boletim, a Companhia dispensa o reconhecimento de firma nos documentos apresentados, bem como a notificação e consularização ou apostilamento daqueles assinados no exterior. Ademais, a Companhia não exigirá a tradução juramentada de documentos que tenham sido originalmente lavrados em língua inglesa ou espanhola ou que venham acompanhados da respectiva tradução nesses mesmos idiomas. Em cumprimento ao disposto na Resolução CVM 81, estão disponíveis aos acionistas na internet, na página da Comissão de Valores Mobiliários (www.cvm.gov.br), na página da Companhia (www.ri.light.com.br) e na página da B3 (www.b3.com.br), todas as informações necessárias à compreensão das matérias a serem discutidas, incluindo os documentos previstos no artigo 133 da Lei das S.A., bem como o Manual de Participação dos Acionistas e a Proposta da Administração para as matérias a serem deliberadas. Rio de Janeiro, 1º de abril de 2024. Helio Calixto da Costa – **Presidente do Conselho de Administração.**

GRUPO DE MODA SOMA S.A.
CNPJ/MF nº 10.285.590/0001-08 - NIRE 33.3.0031538-1
Companhia Aberta

Edital de Convocação para a Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 30/04/2024: O Conselho de Administração do GRUPO DE MODA SOMA S.A., companhia aberta, com sede na cidade do RJ, Estado do RJ, na Avenida Pasteur, nº 154, Botafogo, CEP 22.290-240, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda (CNPJ) sob o nº 10.285.590/0001-08 (“Companhia”), vem, pelo presente, convocar os acionistas da Companhia para reunirem-se em Assembleia Geral Ordinária (“Assembleia”), a ser realizada, em primeira convocação, no dia 30/04/2024, às 11:30 horas, de forma exclusivamente digital, considerando-se, portanto, realizada na sede da Companhia, para deliberarem a respeito das seguintes matérias constantes da ordem do dia (“Ordem do Dia”): (i) tomada de contas dos administradores, exame, discussão e votação das demonstrações contábeis relativas ao exercício social encerrado em 31/12/2023, incluindo as respectivas notas explicativas, o relatório da administração, o parecer dos auditores independentes, e o relatório do Comitê de Riscos, Auditoria e Finanças da Companhia; (ii) fixação do número de membros a compor o Conselho de Administração da Companhia para mandato que se encerrará na Assembleia Geral Ordinária de 2026; (iii) eleição dos membros do Conselho de Administração da Companhia para mandato que se encerrará na Assembleia Geral Ordinária de 2026; e (iv) fixação da remuneração global dos administradores da Companhia para o exercício social a ser encerrado em 31/12/2024. **INSTRUÇÕES E INFORMAÇÕES GERAIS:** A Assembleia será realizada de modo exclusivamente digital, contemplando a participação dos senhores acionistas por meio do sistema eletrônico a ser disponibilizado pela Companhia, sem prejuízo da possibilidade de exercício do direito de voto mediante uso do boletim de voto a distância previsto na Resolução da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) nº 81, de 29/03/2022, conforme alterada (“Resolução CVM 81” e “Boletim de Voto”, respectivamente). Para os efeitos do que dispõem o artigo 141 da Lei nº 6.404, de 15/12/1976, conforme alterada (“Lei das S.A.”), e a Resolução CVM nº 70, de 22/03/2022, o percentual mínimo do capital votante para solicitação de adoção do processo de voto múltiplo para eleição dos membros do Conselho de Administração da Companhia na Assembleia é de 5% (cinco por cento). (1) Para fins da participação na Assembleia, os acionistas devem apresentar: (i) o comprovante de titularidade de ações de emissão da Companhia instituído até 3 (três) dias úteis antes da data da realização da Assembleia pela instituição financeira escrituradora ou agente de custódia; (ii) no caso de acionista pessoa física, o documento de identidade válido com foto; (iii) no caso de acionista pessoa jurídica, o documento de identidade válido com foto do representante legal e dos documentos comprobatórios de representação, incluindo o instrumento de mandato, último estatuto ou contrato social consolidado (e alterações posteriores, conforme aplicável) e documentação societária outorgando poderes de representação (i.e., ata de eleição dos diretores e dos conselheiros que os elegeram, se o caso); (iv) no caso de fundo de investimento, o documento de identidade válido com foto do representante e dos documentos comprobatórios de representação, incluindo o instrumento de mandato e cópia do último regulamento consolidado do fundo, estatuto ou contrato social do administrador ou gestor, conforme o caso, observada a política de voto do fundo e documentos societários que comprovem os poderes de representação (ata da eleição dos diretores e dos conselheiros que os elegeram, se o caso, termo(s) de posse e/ou procuração); e (v) no caso de acionistas representados por procuradores, além dos documentos indicados acima, procuração com firma reconhecida e documento de identificação do procurador com foto. A procuração deverá ter sido outorgada há menos de um ano para um procurador que seja acionista, administrador da Companhia, advogado ou instituição financeira (exceto por procurações outorgadas nos termos do artigo 118, parágrafo 1º, da Lei das S.A., cabendo ao administrador de fundos de investimento representar seus condôminos, de acordo com o previsto no artigo 126, parágrafo 1º, da Lei das S.A. Os acionistas pessoas jurídicas poderão ser representados por procurador constituído conforme seus estatutos/contratos sociais, não sendo obrigatório que seja acionista, administrador da Companhia ou advogado. Caso os documentos listados acima estejam em língua estrangeira, deverão ser traduzidos para o idioma português por tradutor juramentado, não sendo necessárias as formalidades de reconhecimento de firmas, autenticação, notificação, consularização ou apostilamento. Os documentos em inglês estão dispensados da tradução. (2) A participação e votação dos acionistas na Assembleia será realizada de forma exclusivamente digital, por meio de sistema eletrônico acessado mediante *link* a ser disponibilizado pela Companhia anteriormente à realização da Assembleia, ou por meio de envio do Boletim de Voto, conforme instruções constantes do manual para participação da Assembleia divulgado nesta data (“Manual para Participação”). (3) Os acionistas deverão encaminhar os documentos necessários para participação na Assembleia, conforme detalhado no item (1) acima, diretamente à Companhia por meio do endereço eletrônico ri@somagrupo.com.br, com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas em relação ao horário marcado para o início da Assembleia (ou seja, até às 11:30 horas do dia 28/04/2024). Após a análise dos referidos documentos e comprovação da titularidade das ações, o acionista receberá as credenciais de acesso e instruções para sua identificação e uso da plataforma digital. Os acionistas que não enviarem a solicitação de cadastramento no referido prazo não poderão participar da Assembleia, nos termos do artigo 6º, parágrafo 3º, da Resolução CVM 81. (4) Os acionistas que optarem por exercer seu direito de voto mediante submissão do Boletim de Voto, poderão: (i) transmitir as instruções de voto diretamente pelas instituições e/ou corretoras que mantêm suas posições em custódia; (ii) transmitir as instruções de voto diretamente ao escriturador das ações de emissão da Companhia; ou (iii) preencher o Boletim de Voto e enviá-lo diretamente à Companhia. As instruções para envio do Boletim de Voto constam do Manual para Participação e do próprio Boletim de Voto. (5) Em atendimento aos termos do artigo 5º da Resolução CVM 81, os documentos pertinentes à ordem do dia, a Proposta da Administração e o Manual para Participação, incluindo as orientações para a participação e votação a distância, por meio de sistema eletrônico, encontram-se à disposição dos acionistas no endereço na rede mundial de computadores da Companhia (www.somagrupo.com.br), da CVM (www.gov.br/cvm/pt-br) e da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (www.b3.com.br). RJ, 28/03/2024. Marcel Sapir - Presidente do Conselho de Administração.

FAROL COOPERATIVA DE SOLUCOES ENERGETICAS LTDA
CNPJ: 35.306.957/0001-45

ERRATA: Na publicação do Edital de Convocação no Jornal Diário Comercial, no dia 29/03/2024 saiu a seguinte incorreção: onde se lê: “Para efeito do cálculo de quórum a Cooperativa possui 4.540 (quatro mil, quinhentos e quarenta) associados, em 29 de março de 2024.” **Leia-se:** “Para efeito do cálculo de quórum a Cooperativa possui 3.425 (três mil, quatrocentos e vinte e cinco) associados, em 29 de março de 2024.”

GOLPE

Vítimas em aplicativo de relacionamento se juntam para prender suspeito

A Polícia Civil do Rio de Janeiro prendeu Caio Henrique Comossato, acusado de aplicar golpes contra mulheres que conhecia em aplicativos de relacionamento. Pelo menos 11 mulheres já haviam caído em supostos golpes financeiros aplicados pelo suspeito com prejuízos que ultrapassam R\$1,6 milhão.

Comossato foi preso em um restaurante em Jacarepaguá, zona oeste da capital, no dia 22 de março. Na ocasião, ele acreditava que iria se encontrar com uma potencial vítima que havia conhecido por aplicativos. O compromisso, no entanto, havia sido marcado através de um perfil fake, criado por mulheres que já haviam sido extorquidas anteriormente.

Segundo a Polícia Civil, o acusado se apresentava com diferentes sobrenomes e fingia ser empresário, produtor musical e agropecuarista para impressionar mulheres.

O homem buscava criar vínculos com as vítimas se mantendo presente e até mesmo apresentando as mulheres para integrantes de sua família. Quando conquistava a confiança, o acusado solicitava empréstimos de quantias em dinheiro.

Em mensagens divulgadas pelo Fantástico, da TV Globo, o acusado diz a uma das víti-

mas que está passando por problemas financeiros após o falecimento do avô, uma tentativa de sensibilizar a vítima. “Eu era o único herdeiro, maior dor de cabeça. Tenho zilhões de dificuldades para resolver na fazenda lá de Minas, na fazenda de Goiânia”, relatava em áudios.

Tayara Banharo empresutou cerca de R\$1 mil ao acusado que teve uma atitude suspeita durante uma interação hospitalar da mulher. “Fiquei uma semana internada, falando com ele, ele simplesmente aparece no hospital para me visitar. Fiquei até meio assim. A pessoa que você conhece no aplicativo de relacionamento vai te encontrar no hospital?”, disse.

A vítima descobriu que se tratava de um golpe após ter acesso a reportagens que denunciavam o homem e então buscou pessoas que também haviam passado pela mesma situação.

Com a supervisão da polícia, as mulheres mantiveram conversas com Comossato através de um perfil fake e agendaram a expedição do mandato de prisão para marcar o encontro que terminou na apreensão do suspeito.

A advogada de defesa, Thais Cremasco, afirma que a prisão não tem fundamento.

GOVERNO DO ESTADO RIO DE JANEIRO

SECRETARIA DE ESTADO DA CASA CIVIL
COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS - CEDAE
CNPJ 33.352.394/0001-04 - JUCERJA/NIRE 33.3.000.8797-4

AVISO AOS ACIONISTAS

Encontram-se à disposição dos Senhores Acionistas da Companhia Estadual de Águas e Esgotos - CEDAE, em sua Sede Social na Av. Presidente Vargas, nº 2655 - 6º andar - Cidade Nova - RJ e no site da Companhia (<https://cedae.com.br/cedae>), os documentos a que se refere o Art. 133, Lei nº 6.404/76, tais como o Relatório da Administração, a Cópia das Demonstrações Financeiras, Parecer dos Auditores Independentes e o Parecer do Conselho Fiscal, relativos ao Exercício Social de 2023.

Rio de Janeiro, 28 de março de 2024.

Antônio Carlos dos Santos
Diretor Administrativo-Financeiro e de Relações com Investidores

CONCESSIONÁRIA DO VLT CARIOCA S.A.
CNPJ Nº 18.201.378/0001-19 - NIRE Nº 33.3.0030772-9
ATA DA 172ª REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO REALIZADA EM 22 DE FEVEREIRO DE 2024

1. DATA, HORA E LOCAL: Realizada no dia 22 de fevereiro de 2024, às 08:30 horas, por meio de videoconferência, nos termos do parágrafo quarto do artigo 9º do Estatuto Social da Concessionária do VLT Carioca S.A. (“Concessionária” ou “Companhia”). **2. CONVOCACÃO:** Convocação realizada nos termos do artigo 9º, parágrafo segundo, do Estatuto Social da Companhia. **3. PRESEÇA:** Reunião devidamente instalada, nos termos do artigo 9º, parágrafos terceiro e quarto do Estatuto Social, por videoconferência, mediante o uso do aplicativo Zoom, com a participação dos Srs. Ary Azevedo Franco Neto, Marcio Magalhães Hannas, Roberto Penna Chaves, Tiago Augusto Alves Souza Dias, Waldo Edwin Pérez Leskovar, Luciana Parpinelli de Oliveira, Juliana Cristina Rodrigues Criscuolo Rebehy e Marcus Vinicius Figur da Rosa. Registrada, ainda, a participação dos Srs. André Luis Pereira Costa, Sílvia Bressan, Ricardo Luis Melo Neves, Tiago Terra, Fernanda Fonseca Reginato Borges, Rafael Valente Latorre, Gabriella Attademo, Maria Helena Rebuglio e Rosana Carvalho. **4. MESA:** Presidente: Ary Azevedo Franco Neto. Secretária: Fernanda Fonseca Reginato Borges. **5. ORDEM DO DIA:** Deliberar sobre: (i) a celebração do 3º Aditivo ao Contrato de Fornecimento e Implantação dos Sistemas Operacionais do VLT Carioca celebrado entre a Concessionária e a Alstom Brasil Energia e Transporte Ltda. (“Alstom”); (ii) a celebração do 1º Aditivo ao Contrato de Empreitada, na modalidade de preço global, das obras de urbanismo da Av. Francisco Bicalho, Praça Marechal Hermes e Av. Rio de Janeiro, celebrado entre a Concessionária e a Construtora Brasil Infraestrutura S.A. (“Construtora Brasil Infraestrutura”); e (iii) a eleição da Diretoria da Companhia. **6. DELIBERAÇÕES:** Examinadas as matérias para deliberação constantes da ordem do dia, os Conselheiros deliberaram: **6.1. CELEBRAÇÃO DO 3º ADITIVO AO CONTRATO DE FORNECIMENTO E IMPLANTAÇÃO DOS SISTEMAS OPERACIONAIS DO VLT CARIOCA CELEBRADO ENTRE A CONCESSIONÁRIA E A ALSTOM:** Aprovar, por unanimidade dos votos, nos termos do artigo 10, alínea “x”, do Estatuto Social da Companhia, observada a orientação de voto estabelecida em Reunião Prévia de Acionistas realizada em 20 de fevereiro de 2024 às 11:00 horas, na forma da cláusula 4.1.4, alínea “xxx” do Acordo de Acionistas, a celebração do 3º Aditivo ao Contrato de Fornecimento e Implantação dos Sistemas Operacionais do VLT Carioca celebrado entre a Concessionária e a Alstom, nos termos e condições apresentados aos membros do Conselho de Administração. **6.2. CELEBRAÇÃO DO 1º ADITIVO AO CONTRATO DE EMPREITADA, NA MODALIDADE DE PREÇO GLOBAL, DAS OBRAS DE URBANISMO DA AV. FRANCISCO BICALHO, PRAÇA MARECHAL HERMES E AV. RIO DE JANEIRO, CELEBRADO ENTRE A CONCESSIONÁRIA E A CONSTRUTORA BRASIL INFRAESTRUTURA:** Aprovar, por unanimidade dos votos, nos termos do artigo 10, alínea “x”, do Estatuto Social da Companhia, observada a orientação de voto estabelecida em Reunião Prévia de Acionistas realizada em 20 de fevereiro de 2024 às 11:00 horas, na forma da cláusula 4.1.4, alínea “xxx” do Acordo de Acionistas, a celebração do 1º Aditivo ao Contrato de Empreitada, na modalidade de preço global, das obras de urbanismo da Av. Francisco Bicalho, Praça Marechal Hermes e Av. Rio de Janeiro, celebrado entre a Concessionária e a Construtora Brasil Infraestrutura, nos termos e condições apresentados aos membros do Conselho de Administração. **6.3. ELEIÇÃO DA DIRETORIA DA COMPANHIA:** Aprovar, por unanimidade dos votos, nos termos do artigo 10, alínea “a”, do Estatuto Social da Companhia, observada a orientação de voto estabelecida em Reunião Prévia de Acionistas realizada em 20 de fevereiro de 2024 às 11:00 horas, na forma das cláusulas 4.1.4, alínea “xxxiii” e 4.1.0.3 do Acordo de Acionistas, a eleição do (i) Sr. **ANDRÉ LUIS PEREIRA COSTA**, brasileiro, casado, engenheiro da computação, portador da Cédula de Identidade RG nº. 25.698.284-3 - SSP/SP e inscrito no CPF sob o nº. 281.775.618-55 para o cargo de Diretor Presidente; e (ii) Sr. **FRANCISCO PIERRINI**, brasileiro, casado, engenheiro eletricitista, portador da Cédula de Identidade RG nº. 15.398.467/SSP/SP e inscrito no CPF sob o nº. 079.221.388-22, para o cargo de Diretor de Planejamento, ambos com endereço profissional na Rua da União, nº. 11 (parte), Santo Cristo, CEP: 20.220-505, Rio Janeiro/RJ, para o mandato de 2 (dois) anos, permanecendo vago o cargo de Diretor de Engenharia e Operação. Os Diretores ora eleitos tomarão posse de seus cargos por meio da assinatura dos respectivos Termos de Posse e Declaração de Desempedimento assinados e que serão arquivados na sede da Companhia, tendo declarado terem conhecimento do artigo 147 da Lei nº. 6.404, de 15/12/1976 (“LSA”), e não se enquadrarem em nenhuma das hipóteses de impedimento previstas no referido artigo que os obstem de exercer as funções de administrador da Companhia. **7. MANIFESTAÇÕES E REGISTROS:** As manifestações de voto foram registradas por meio de viva-voz e Portal Atlas Governance e ficarão arquivadas na sede da Companhia. **8. ENCERRAMENTO:** Nada mais havendo a ser tratado, foi lavrada a presente ata, que após conferida e validada por todos, foi encaminhada aos membros do Conselho de Administração da Companhia presentes. Rio de Janeiro/RJ, 22 de fevereiro de 2024. **Mesa:** Ary Azevedo Franco Neto - Presidente e Fernanda Fonseca Reginato Borges - Secretária. **Membros:** [participação a distância] - Ary Azevedo Franco Neto, [participação a distância] - Marcio Magalhães Hannas, [participação a distância] - Roberto Penna Chaves Neto, [participação a distância] - Tiago Augusto Alves Souza Dias, [participação a distância] - Juliana Cristina Rodrigues Criscuolo Rebehy, [participação a distância] - Waldo Edwin Pérez Leskovar, [participação a distância] - Marcus Vinicius Figur da Rosa e [participação a distância] - Luciana Parpinelli de Oliveira. JUCERJA 00006142758 em 21/03/2024 e Protocolo: 2024/00265571-7 em 20/03/2024. Gabriel Oliveira de Souza Voi - Secretário Geral.

GOVERNO DO ESTADO RIO DE JANEIRO

SECRETARIA DE ESTADO DA CASA CIVIL
COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS - CEDAE
CNPJ 33.352.394/0001-04 - NIRE 33.3.000.8797-4

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA
CONVOCAÇÃO

DEXXOS PARTICIPAÇÕES S.A. COMPANHIA ABERTA
CNPJ/ME nº 02.193.750/0001-52
NIRE 33 3 0016624-6

Nos termos da Reunião do Conselho de Administração da Dextxos Participações S.A. (“Companhia”) realizada em 19 de março de 2024, ficaram os Senhores Acionistas da Companhia convocados a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, excepcionalmente fora da sede da Companhia, nesta cidade, no Hotel Windsor Guanabara, na Av. Presidente Vargas, nº 392 - 3º andar, Sala Madri V, Centro, Rio de Janeiro/RJ, CEP: 20071-000, em atenção ao Artigo 124, §2º da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 (“Lei nº 6.404/76”), às 15 horas do dia 29 de abril de 2024 (“Assembleia”), a fim de: **Em Assembleia Geral Ordinária:** (i) Examinar, discutir e votar o Relatório da Administração da Companhia, suas contas e as Demonstrações Financeiras, acompanhados do Parecer dos Auditores Independentes e do Parecer do Conselho Fiscal, relativos ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2023; (ii) Deliberar sobre a destinação do lucro líquido da Companhia relativo ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2023; **Em Assembleia Geral Extraordinária:** (iii) Deliberar sobre a verba global anual da remuneração da administração para o exercício de 2024; (iv) Deliberar sobre a proposta da administração da Companhia para a capitalização de parte da Reserva de Investimentos, no montante total de R\$80.000.000,00 (oitenta milhões de reais), sem a emissão de novas ações; e (v) Deliberar sobre a alteração do artigo 5º do Estatuto Social da Companhia, para refletir a deliberação do item (iv) acima, com a consequente consolidação do seu Estatuto Social. Os documentos e informações referidos no Artigo 133 da Lei nº 6.404/76 e nas Resoluções CVM nº 80, de 29 de março de 2022, conforme alterada, e nº 81, de 29 de março de 2022, conforme alterada (“Resolução CVM nº 81/22”), relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro 2023, encontram-se à disposição dos acionistas: (i) na sede da Companhia, localizada na Rua do Passeio, nº 70, 5º andar (parte); e (ii) eletronicamente, nos sites da CVM (www.cvm.gov.br), da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (“B3”) (www.b3.com.br) e de Relações com Investidores da Companhia (www.dextxos.com.br). Conforme previsto nos Artigos 26 e seguintes da Resolução CVM nº 81/22, os acionistas da Companhia poderão exercer o voto na Assembleia por meio de voto a distância, a ser formalizado em documento eletrônico próprio denominado “boletim de voto a distância”, cujo modelo foi disponibilizado no site de Relações com Investidores da Companhia (www.dextxos.com.br), no site da CVM (<http://sistemas.cvm.gov.br/CiaDoc>), e no site Itaú Assembleia Digital (<https://assembleiadigital.certificadodigital.com/tausecuritieservices/artigo/home/assembleia-digital>). Os acionistas deverão apresentar à Companhia, com, no mínimo, 48 (quarenta e oito) horas de antecedência da data da realização da Assembleia, além do documento de identidade e/ou atos societários pertinentes que comprovem a representação legal, conforme o caso: (i) comprovante expedido, no máximo, 3 (três) dias antes da data da realização da Assembleia, pela instituição escrituradora, indicando o número de ações da Companhia de sua titularidade; e (ii) mandato com reconhecimento de firma do outorgante ou com assinatura eletrônica por meio do certificado digital emitido por entidade credenciada pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP-Brasil.

Rio de Janeiro, 28 de março de 2024.
PAULO CESAR PEIXOTO DE CASTRO PALHARES
Presidente do Conselho de Administração

GOVERNO DO ESTADO RIO DE JANEIRO

SECRETARIA DE ESTADO DA CASA CIVIL
COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS - CEDAE
CNPJ 33.352.394/0001-04 - NIRE 33.3.000.8797-4

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA
CONVOCAÇÃO

Por meio desta convocação, os Senhores Acionistas da **COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS - CEDAE** estão convidados a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, na Sede Social da Companhia, situada na Avenida Presidente Vargas, 2655, Cidade Nova, Rio de Janeiro, no dia 30 de abril de 2024, às 15h00, a fim de deliberarem sobre a seguinte Ordem do Dia:

Em Assembleia Geral Ordinária:

a) Tomada de contas dos administradores, leitura, discussão e votação das demonstrações financeiras, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023; acompanhadas do Relatório da Administração, Parecer dos Auditores Independentes e Parecer do Conselho Fiscal;

b) Aprovação da Proposta da Administração para a destinação dos resultados do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023 e a distribuição de dividendos;

c) Fixação da remuneração global anual dos Administradores e Conselheiros da CEDAE;

d) Alteração da publicação no jornal de grande circulação;

Em Assembleia Geral Extraordinária:

e) Aprovação da Proposta de Aumento do Capital Social da Companhia e

f) Aprovação de Alteração do Estatuto, dos Artigos 4º e 57 parágrafo 3º.

Encontra-se à disposição dos acionistas, na sede social e no endereço eletrônico da Companhia, a Proposta da Administração referente à matéria objeto da Ordem do Dia, bem como as Demonstrações Financeiras do exercício social de 2023, com o respectivo Relatório Anual, Relatório dos Auditores Independentes e Parecer do Conselho Fiscal, nos termos da Instrução CVM nº 481, de 17 de dezembro de 2009.

Os acionistas deverão exibir documento de identidade para comprovar a qualidade de acionista e participar da referida Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária. Nos termos do parágrafo primeiro do artigo 126 e parágrafos da Lei nº 6.404/76, os acionistas poderão ser representados por mandatários, observadas as restrições legais, devendo, neste caso, ser apresentado também o instrumento de procuração com os poderes específicos para o ato.

Rio de Janeiro, 01 de abril de 2024.

Sérgio Cabral de Sá
Presidente do Conselho de Administração



NUCLEBRÁS EQUIPAMENTOS PESADOS S.A.
CNPJ Nº 42.515.882/0001-78

MINISTÉRIO DE
MINAS E ENERGIA



UNIÃO E RECONSTRUÇÃO

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

MENSAGEM DO PRESIDENTE

"Caros colaboradores, parceiros, e *stakeholders*, Ao refletirmos sobre o ano de 2023, é com grande orgulho que destacamos os avanços e realizações da NUCLEP. Este ano foi um marco importante na nossa trajetória, consolidando nosso papel vital no desenvolvimento industrial estratégico do Brasil."

Principais Realizações:

Central Nuclear Almirante Álvaro Alberto – Angra 3: Durante o ano de 2023, a NUCLEP esteve empenhada no processo de fabricação de componentes vitais para a indústria nuclear. Estivemos focados na fabricação de trocadores de calor e do terceiro condensador para a usina nuclear, evidenciando nosso comprometimento com o desenvolvimento de uma energia nuclear segura e eficaz.

Setor de Defesa: Assinamos em 2023 um contrato importante para a construção da Seção de Qualificação do primeiro Submarino Convencionalmente Armado com Propulsão Nuclear (SCPN) do Brasil. Este contrato marca um passo crucial no Programa de Submarinos da Marinha do Brasil (PROSUB), destacando-se como um dos projetos tecnológicos mais significativos do país na área de defesa nacional.

Desempenhamos também um papel crucial no desenvolvimento do Laboratório de Geração de Energia Nucleoelétrica (LABGENE), o protótipo em terra e em escala real do primeiro submarino com propulsão nuclear do Brasil, sendo responsável pela fabricação do Bloco 40, uma seção essencial onde será alojado o reator nuclear do submarino. Em 2023, a empresa fabricou relevantes partes do Bloco 40 que foram transportadas até Aramar a fim realizar o processo de montagem em campo para entrega à Marinha do Brasil. O trabalho da Nuclep nesse contrato é um exemplo notável do impacto que a indústria brasileira pode ter no desenvolvimento de tecnologias avançadas e na promoção da soberania nacional.

Projetos Diversificados: Concluímos a fabricação de Estruturas Metálicas para Torres de Transmissão de Energia, a Manutenção Preventiva da Autoclave Basculante e a fabricação da Torre de Lavagem N-3405 para a Refinaria Presidente Bernardes e a fabricação de Vaso de Pressão para a Refinaria Alberto Pasqualini (REFAP) da Petrobras, no Rio Grande do Sul.

Compromisso com Qualidade e Segurança:

Mantivemos nossas certificações, incluindo a ASME III, ISO 9001:2015 e CNEN 1.16, demonstrando nosso compromisso contínuo com a qualidade e a segurança.

Planejamento Estratégico e Governança:

Revisamos e aprovamos nosso planejamento estratégico, nos preparando para enfrentar os desafios futuros. Mantemos nosso compromisso com a transparência e a integridade, alinhados ao Programa Nacional de Prevenção à Corrupção.

Agradecimentos:

Expresso minha sincera gratidão a todos os colaboradores, parceiros, fornecedores, membros dos conselhos e comitês, e autoridades governamentais, com uma menção especial ao Ministro de Minas e Energia. Um reconhecimento especial também é devido aos nossos funcionários pela sua dedicação incansável.

Como dirigente máximo da NUCLEP, asseguro a integridade deste relatório, que reflete precisamente nossos esforços e conquistas em 2023.

Olhando para 2024, estamos confiantes de que as bases estabelecidas nos guiarão para um futuro promissor, reafirmando nosso compromisso com o progresso sustentável do Brasil.

Atenciosamente,

Carlos Henrique Silvas Seixas
Presidente

BALANÇO PATRIMONIAL (Posição em Milhares de Reais)

	Nota	31/12/2023	31/12/2022		Nota	31/12/2023	31/12/2022
ATIVO		223.907	219.689	PASSIVO		119.367	152.435
ATIVO CIRCULANTE				PASSIVO CIRCULANTE			
Disponível	4	34.838	42.461	Fornecedores	16	2.424	2.990
Contas a receber	5	32.901	30.326	Obrigações trabalhistas e sociais	17	43.394	37.260
Estoque	6	122.600	112.806	Obrigações tributárias	18	10.378	621
Impostos a recuperar	7	10.191	11.570	Previdência privada de curto prazo - NUCLEOS	23	26.097	23.933
Outros créditos	8	23.377	22.526	Obrigações com clientes	19	26.673	31.426
ATIVO NÃO CIRCULANTE		330.222	501.152	Outras obrigações	20	3.958	2.518
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		33.113	240.671	Receita de subvenção a realizar	21	6.443	53.687
Contas a receber de longo prazo	9	24.902	229.325	PASSIVO NÃO CIRCULANTE		313.630	371.610
Depósitos recursais	10	4.514	7.650	EXIGÍVEL A LONGO PRAZO		313.630	371.610
Caução	11	3.697	3.696	Empréstimos - INB	22	-	33.017
INVESTIMENTOS		12	167	Previdência privada de longo prazo - NUCLEOS	23	220.807	223.216
IMOBILIZADO		13	295.440	Provisões	24.2	17.929	43.591
(-) SUBVENÇÃO PARA INVESTIMENTOS	15	-	(33.413)	Receita de subvenção a realizar de longo prazo	21	74.894	71.786
INTANGÍVEL		14	1.502	PATRIMÔNIO LÍQUIDO		121.132	196.796
ATIVO TOTAL		554.129	720.841	Capital social	25.1	63.114	61.210

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO (Posição em Milhares de Reais)

	31/12/2023	31/12/2022
1. RECEITAS	77.051	43.684
Receita bruta de vendas de produtos e serviços	44.034	43.684
Outras receitas - Desincorporação de passivo	33.017	-
2. INSUMOS PRÓPRIOS E ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	(226.716)	(137.795)
(-) Custos dos produtos vendidos - CPV	(36.139)	(32.985)
(-) Materiais, energia e serviços de terceiros	(190.577)	(104.810)
3. VALOR ADICIONADO BRUTO	(149.665)	(94.111)
4. RETENÇÕES	(5.858)	(7.163)
(-) Depreciação dos bens móveis e imóveis	(5.808)	(6.899)
(-) Amortização de ativos não circulantes	(50)	(51)
(-) Redução ao valor recuperável	-	(213)
5. VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE	(155.523)	(101.274)
6. VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	353.618	333.629
(-) Recursos orçamentários do tesouro nacional	353.592	332.652
(+) Receita financeira	26	977
7. VALOR ADICIONADO A TRANSFERIR	198.095	232.355
8. DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	198.095	232.355
Pessoal (Remuneração e encargos)	254.268	186.534
Previdência complementar	35.567	32.894
Provisões (trabalhistas, cíveis e tributárias)	3.240	8.230
Governo (Federal, Estadual e Municipal)	8.510	4.469
Juros e atualizações monetárias	3.675	122
Resultado do exercício	(107.165)	106

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO (Posição em Milhares de Reais)

	Nota	31/12/2023	31/12/2022
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	26	392.313	374.614
(-) Custos dos Produtos Vendidos - CPV	27	(36.139)	(32.985)
LUCRO BRUTO		356.174	341.629
(-) DESPESAS OPERACIONAIS		(496.355)	(340.834)
(-) Despesas Operacionais Administrativas e Comerciais	28	(489.510)	(339.633)
(-) Despesas Operacionais Tributárias	29	(3.196)	(2.057)
(-) Resultado Financeiro		(140.181)	795
(-) Alienação de Ativos ou Baixa de Passivos Não Circulantes		-	-
Outras Receitas: Venda de Ativos Não Circulantes/Baixa de Passivos		33.017	-
LUCRO ANTES DO IR/CSLL		(107.164)	795
(-) IR sobre Lucro Líquido		-	(498)
(-) CS sobre Lucro Líquido		-	(191)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		(107.164)	106

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE (Posição em Milhares de Reais)

	31/12/2023	31/12/2022
LUCRO (PREJUÍZO) DO EXERCÍCIO	(107.164)	106
Outros resultados abrangentes		
Realização da reserva de reavaliação	(1.129)	(5.605)
RESULTADO ABRANGENTE	(108.293)	(5.499)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO (Posição em Milhares de Reais)

	Nota	Capital social	Adiantamento para futuro aumento de capital	Reserva de reavaliação	Ajuste de avaliação patrimonial	Prejuízos acumulados	Total
Dezembro de 2022							
Saldo em 31 de Dezembro de 2021		61.210	-	22.573	159.864	(64.612)	179.008
Realização reserva de reavaliação	25.3	-	-	(5.606)	-	5.606	-
Adiantamento para futuro aumento de capital		-	1.904	-	-	-	1.904
Incorporação de ativos a valor justo		-	-	-	15.752	-	15.752
Resultado do exercício		-	-	-	-	106	106
Saldo final em 31 de Dezembro de 2022		61.210	1.904	16.967	175.615	(58.900)	196.796
Dezembro de 2023							
Saldo em 31 de Dezembro de 2022		61.210	1.904	16.967	175.615	(58.900)	196.796
Realização reserva de reavaliação	25.3	-	-	(1.231)	-	1.231	-
Adiantamento para futuro aumento de capital	25.2	1.904	30.922	-	-	-	32.825
Baixa e depreciação de ativos incorporados a valor justo		-	-	-	(1.324)	-	(1.324)
Resultado do exercício		-	-	-	-	(107.164)	(107.164)
Saldo final em 31 de Dezembro de 2023		63.114	32.825	15.736	174.291	(164.834)	121.132

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA (Posição em Milhares de Reais)

	31/12/2023	31/12/2022		31/12/2023	31/12/2022
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	25.939	51.774	Aumentos (Reduções) do Passivo		
Resultado do exercício	(107.165)	106	Fornecedores	(566)	(3.478)
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais:			Obrigações trabalhistas e sociais	6.134	4.670
Depreciação	5.808	6.899	Obrigações tributárias	9.758	159
Depreciação de ativos incorporados por valor justo	(1.324)	-	Previdência privada	24.776	37.388
Amortizações	50	51	Obrigações com clientes	(4.753)	7.963
Impairment	-	105	Subvenções a realizar/outras	(44.136)	(30.876)
Ganhos por desincorporações de passivos	(22.155)	-	Provisões	(4.104)	12.136
Baixa/Ganho no ativo imobilizado	(530)	4.638	FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS	(8.542)	(4.116)
Baixa no ativo intangível	-	335	Aquisição de investimento	-	-
Ajuste de repasses recebidos a título de AFAC	1.843	1.904	Aquisição de imobilizado	(8.542)	(4.116)
Realização das subvenções de investimentos	(33.413)	(4.319)	Aquisição de intangível	-	-
(Aumentos) Reduções do Ativo			FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	(25.020)	(22.832)
Contas a receber	201.847	24.915	Subvenções para amortização de dívida - Nucleos	(25.020)	(22.832)
Outros créditos	(851)	(18.852)	FLUXO DE CAIXA GERADO (APLICADO) NO EXERCÍCIO	(7.623)	24.826
Estoques	(9.794)	4.310	Aumento (Redução) nas Disponibilidades		
Estoques de processo - Depreciação	-	58	Saldo inicial do Disponível no período	42.461	17.635
Depósitos recursais e cauções	3.135	7.445	Saldo final do Disponível no período	34.838	42.461
Impostos a recuperar	1.379	(3.783)	VARIAÇÃO NO SALDO DAS DISPONIBILIDADES	(7.623)	24.826
195.716	14.093				

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 (Em Milhares de Reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Nuclebrás Equipamentos Pesados S/A - NUCLEP é uma empresa pública, de capital fechado, vinculada ao Ministério de Minas e Energia (MME), com atuação na indústria de caldeiraria pesada, com tecnologia, equipamentos, pessoal qualificado e certificações adequadas para fornecer equipamentos, com alta complexidade de fabricação, sob encomenda, para os principais mercados de atuação: Energia Nuclear, Petróleo e Gás, Defesa e Outros. Sua sede está situada no Edifício Londres do Condomínio Le Monde Office, Avenida das Américas, nº 3.500 - Sala 613 do Bloco 01, Barra da Tijuca - Rio de Janeiro - RJ - Cep: 22.640-102.

Sob o controle acionário da União será representada, na qualidade de controladora, pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional do Ministério da Fazenda, a NUCLEP tem por objeto social projetar, desenvolver, fabricar e comercializar componentes pesados relativos a usinas nucleares, a construção naval e offshore, e a outros projetos. Com origem no Decreto 76.805, de 16 de dezembro de 1975, que autorizou a sua criação, a NUCLEP nasceu voltada para a inovação e tecnologia, com a missão de ser o braço industrial do projeto de ampliação da matriz energética nacional, projetando, desenvolvendo, fabricando e comercializando "componentes pesados relativos a usinas nucleares e a outros projetos correlacionados". Para tanto, a empresa tinha o propósito de construir os equipamentos de reposição das usinas nucleares, assim como todos os componentes necessários para as futuras plantas. É importante ressaltar que o setor nuclear pode ser enquadrado tanto no campo energético (no sentido de ampliação da matriz energética nacional), como também, no de defesa (soberania nacional).

A NUCLEP possui experiência comprovada na fabricação de equipamentos e estruturas de grande porte e de alta qualidade, além das características únicas de sua capacidade instalada, que são fundamentais para a inclusão de novos produtos, com maior valor agregado, contribuindo para o desenvolvimento do País.

É evidente que a atuação da NUCLEP nos referidos setores atende a relevante interesse público e à soberania nacional, constituindo imperativo da segurança nacional pela necessidade de participação e controle do Estado sobre atividades que envolvam segurança, defesa e soberania.

A NUCLEP segue operando seu parque fabril com qualidade e a determinação de seu quadro técnico motivou melhorias na área administrativa com a implantação de ferramentas que pudessem dar suporte logístico às operações, ao armazenamento e ao controle de estoque. Com isso, a necessidade de capital de giro vem sendo suprida com os recursos da União, que durante o exercício de 2023 foram de R\$ 353.592 mil (R\$ 332.652 mil no exercício de 2022). A empresa mantém os seguintes benefícios aos seus empregados e dirigentes: Plano de assistência médico-odontológico, extensivo aos dependentes, alimentação, transporte e plano de previdência privada com coparticipação dos empregados.

2. PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1 Declaração de Conformidade

As Demonstrações Financeiras foram preparadas e estão sendo apresentadas em conformidade às práticas contábeis adotadas no Brasil e às Normas Internacionais de Contabilidade (*International Financial Reporting Standards* - IFRS, em inglês) emitidas pelo Conselho de Normas Internacionais de Contabilidade (*International Accounting Standards Board* - IASB, em inglês).

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem a legislação societária brasileira e os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC e pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

A NUCLEP é uma empresa pública federal dependente da União, integrante do Balanço Geral da União (BGU), e, por isso, escritura suas operações no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI) na modalidade total.

A Administração da Companhia ratifica que todas as informações relevantes das Demonstrações Financeiras estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas na sua gestão.

2.2 Demonstração do valor adicionado - DVA

A companhia elaborou a DVA nos termos da Deliberação CVM nº 557/08 e do Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, a qual é apresentada como parte integrante das Demonstrações Financeiras.

2.3 Demonstração do Resultado Abrangente - DRA

Embora não esteja previsto na Lei 6.404/76, a companhia elabora a DRA conforme resolução CFC Nº 1.185/09; CPC 26 e CVM 106/22, sendo parte integrante das Demonstrações Financeiras.

2.4 Uso de Estimativas e Julgamentos

Na elaboração das Demonstrações Financeiras, é necessário usar estimativas com base em premissas que alterem os valores dos ativos e passivos com reflexos nas receitas e despesas. Essas estimativas correspondem à: avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo; vida útil do ativo imobilizado; análise de risco de crédito para determinação da provisão para Estimativa de Perdas em Créditos de Liquidação Duvidosa - EPCLD, assim como avaliação dos demais riscos relacionados a outras provisões, como contingências pertinentes aos processos judiciais (trabalhistas, cíveis e tributárias). Embora a administração faça uso de avaliações que são revisadas periodicamente, os resultados reais poderão divergir dessas estimativas.

2.5 Base de Conversão de Moeda

a) A moeda funcional e a de apresentação

A moeda funcional e a moeda de apresentação da companhia é o Real (R\$). As demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de R\$.

b) Transações e saldos monetários

As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional com base nas taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou da avaliação, nas quais os itens são mensurados. Variações positivas e negativas cambiais decorrentes da liquidação dessas operações e da conversão pelas taxas de câmbio no final do exercício, oriundas de ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidas na demonstração do resultado.

2.6 Ataque cibernético ao ambiente lógico

No dia 24/05/2023, a NUCLEP sofreu um ataque cibernético no seu ambiente lógico. Foi identificada a presença de um *malware* nos sistemas de informática da empresa. O ataque comprometeu os sistemas corporativos e o *backup*. Pelos ofícios P-40/2023 e P-041/2023 foram notificados do ataque o Ministério de Minas e Energia e a Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais, respectivamente.

O ataque foi executado, a princípio, pela ferramenta *Ransomware* (indisponibilidade de ativos por criptografia), que causou a invasão do ambiente, com ocupação, escalção, movimentação lateral (infecção de máquinas adjacentes), implantação de *malware* e captura/criptografia de dados corporativos, que



MINISTÉRIO DE
MINAS E ENERGIA



Em relação à elaboração das Demonstrações Financeiras, o ataque impactou as informações afetas ao sistema integrado gerencial da empresa (ERP Benner) inviabilizando as contabilizações automatizadas e utilizando medidas paliativas, como a utilização de cálculos e levantamentos em planilhas eletrônicas de forma manual e conservadora em contas como, depreciação, provisões contingenciais, subvenções, dentre outras. Além de terem sido realizadas diversas ações internas visando a mitigação de riscos de novos ataques, foram iniciados novos projetos de modernização tecnológica. Atualmente, a NUCLEP encontra-se em fase de aquisição de software de descritografia e modernização de equipamentos de backup visando alcançar êxito no acesso aos arquivos indisponíveis e recuperar os arquivos existentes, respectivamente.

3. SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS ADOTADAS

As principais práticas adotadas pela empresa estão descritas a seguir:
3.1 Aos instrumentos financeiros ativos e certos passivos, como empréstimos, recebíveis e investimentos mantidos até o vencimento, não se aplicam quaisquer ajustes para mensurá-los ao valor justo ou ao valor presente. Não se tem a mensuração do valor de mercado desse instrumento, dado que a intenção da entidade é manter os títulos até o vencimento.

3.1.1 Caixa e equivalente de caixa compreendem os numerários em espécie e os depósitos bancários disponíveis de curto prazo, com livre movimentação nas operações da empresa.

3.1.2 As contas a receber estão registradas ao valor original das vendas de produtos e serviços, com perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa, julgados suficientes pela administração, conforme Nota 5.

3.1.3 Ao ativo realizável a longo prazo, não se aplicam a apuração de perdas ou desvalorização.

3.1.4 Outros créditos estão registrados ao valor original.

3.2 Os estoques estão registrados ao valor do custo médio de aquisição e não superam o valor de mercado ou de reposição.

3.3 O imobilizado está registrado ao preço de aquisição, sendo considerada a estimativa de vida útil econômica, o valor residual e a taxa de depreciação dos bens estabelecidos no CPC 27, aprovado pela deliberação CVM 583/09. A depreciação é calculada pelo método linear a taxas compatíveis com o prazo de vida útil dos bens. O valor residual e a vida útil do ativo são revisados ao final de cada exercício.

3.4 As provisões trabalhistas contingenciais, são mantidas regularmente com encargos sociais e foram estimadas com base na opinião do nosso setor jurídico.

3.5 Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos quando da entrada dos recursos líquidos e são apresentados pelo custo, acrescido de atualização monetária e juros proporcionais ao período incorrido, deduzidos dos pagamentos efetuados.

3.6 A reserva de reavaliação será mantida até a realização total dos ativos que a originaram por meio de depreciação.

3.7 As receitas são reconhecidas quando for provável que benefícios econômicos futuros fluam para a entidade e possam ser confiavelmente mensurados, compreendendo o valor das vendas de produtos e serviços, sendo reconhecidas pelo regime de competência.

3.8 As subvenções são assistências financeiras governamentais recebidas do Tesouro Nacional, destinadas aos investimentos (aquisição de ativos); o pagamento de pessoal e custeio, por sua vez, é reconhecido pelo regime de competência nos períodos ao longo dos quais a entidade reconhece os custos/despesas. Por fim, a subvenção relacionada aos investimentos (aquisição de ativos) é reconhecida como receita ao longo do período da vida útil do bem na mesma proporção da depreciação reconhecida no resultado do exercício.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Corresponde à Conta Única centralizada no Tesouro Nacional, à qual a empresa está vinculada como usuária do SIAFI, no qual são movimentados tanto recursos próprios e quanto os recursos provenientes do Tesouro Nacional, que são estabelecidos no orçamento.

Limite de Saque com Vinculação de Pagamento	Dezembro 2023	Dezembro 2022
Pessoal	16.618	11.686
Custeio/Investimento - Fonte Tesouro Nacional	479	1.300
Custeio - Fonte Própria	18.041	29.475
Total	34.838	42.461

Do limite de saque disponível, 50% (cinquenta por cento) desses recursos estão conciliados com pagamentos a serem realizados no próximo exercício. Os demais 50% (cinquenta por cento) estão vinculados da seguinte forma:

- [a] Fonte Própria e Custeio Tesouro Nacional: referente aos pagamentos futuros de custeios e investimentos;
- [b] Pessoal: vinculados a pagamentos de Salários, Previdência, Sentenças e outros.

5. CONTAS A RECEBER

Do total do Contas a Receber, 76% (setenta e seis por cento) equivale a subvenções a receber para liquidação de dívidas classificadas no Plano Plurianual - PPA resultantes de cumprimento de sentenças judiciais, transitadas em julgado, de empresas públicas e sociedades de economia mista, integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social. Os 24% (vinte e quatro por cento) restantes, decorrem das atividades econômicas da empresa.

Contas a Receber - Líquido	Dezembro 2023	Dezembro 2022
Fatura/Duplicata a Receber - Produtos	30.094	25.641
Fatura/Duplicata a Receber - Prestação de Serviços	3.793	26.202
(-) Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa	(26.045)	(26.202)
Subvenções a Receber	25.064	26.916
Total	32.901	30.326

A empresa reconhece a Provisão para Estimativa de Perdas em Créditos de Liquidação Duvidosa em função de declaração de insolvência por parte dos devedores mediante sentença emanada pelo Poder Judiciário e os títulos vencidos há mais de um ano. A atualização ocorre mensalmente.

6. ESTOQUES

São os custos dos produtos que ainda não foram faturados. O saldo de importações em andamento, refere-se aos custos/despesas de matéria prima e de item de estoque, aguardando a finalização do desembaraço. No tocante ao aspecto quantitativo, a produção em processo representa 47% (quarenta e sete por cento) do estoque total (no exercício de 2022, essa rubrica representou 73%). Desta forma, os saldos relativos aos estoques estão assim demonstrados:

Produtos em Processo - Circulante	Dezembro 2023	Dezembro 2022
Eletrônica	12.324	9.621
Centro Tecnológico da Marinha - S.P. - CTMSP	25.557	29.930
Thyssenkrupp	13.096	13.096
Amazul	3.175	7.148
Outros Projetos	3.211	22.910
Total de Estoque de Produtos em Processo	57.063	82.705

Estoque	Dezembro 2023	Dezembro 2022
Produtos em Processo - Circulante	57.063	82.705
Matéria Prima	26.030	18.838
Almoxarifado	7.901	4.909
Importação em Andamento	3.702	3.485
Adiantamentos a Fornecedores	27.904	2.869
Estoque Total	122.600	112.806

O incremento em Adiantamentos a Fornecedores no exercício é decorrente do recebimento de suplementação de recursos em dezembro de 2023 no valor de R\$ 62,1 milhões para execução de despesas orçamentárias no referido exercício financeiro.

A empresa MasterCode Service Consultoria Patrimonial LTDA. - ME realizou o inventário dos bens materiais e os ajustes decorrentes desse trabalho foram incorporados ao SIAFI.

7. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECUPERAR/COMPENSAR

São créditos com Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI); Imposto de Renda (IR); Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) e Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), decorrentes das aquisições de matéria prima e outros insumos, como energia elétrica, depreciação, dentre outros, utilizados na produção conforme legislação vigente, corrigidos monetariamente pela taxa Selic (Sistema Especial de Liquidação e de Custódia) e passíveis de compensação após o encerramento do ano calendário.

Tributos Federais	Dezembro 2023	Dezembro 2022
IPI	718	620
Imposto de Renda e C.S.L.L	2.065	1.675
COFINS	3.038	5.499
PASEP	659	1.190
Total	6.480	8.984

Tributos Estaduais e Municipais	Dezembro 2023	Dezembro 2022
ICMS	3.711	2.586
ISS	-	-
Total	3.711	2.586

Total de Impostos a Recuperar	Dezembro 2023	Dezembro 2022
Total	10.191	11.570

8. OUTROS CRÉDITOS

Demais Créditos a Receber Líquido	Dezembro 2023	Dezembro 2022
Adiantamentos a Prestadores de Serviços	19.647	19.383
Adiantamentos a Empregados (13 Sal. e Férias)	2.604	2.969
Outras Contas	1.829	877
(-) Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa	(703)	(703)
Total	23.377	22.526

9. CONTAS A RECEBER (NÃO CIRCULANTE)

Em 2007, a NUCLEP e o Instituto de Seguridade Social - NUCLEOS celebraram um Termo de Transação, com o aval dos órgãos superiores (Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação - MCTI e Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais - SEST) e devidamente homologado na justiça, visando amortizar a dívida da empresa com o referido instituto.

Em 2011, após o parecer emitido pelo Professor Hugo Rocha Braga, a NUCLEP seguiu os ritos processuais e, com o aval de seus órgãos estatutários, acrescentou o valor total da dívida com NUCLEOS, que vence em outubro de 2039, ao Contas a Receber.

Em abril de 2023, a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional - PGFN analisou as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício de 2022 da empresa e solicitou uma revisão crítica da NUCLEP sobre o valor registrado no Contas a Receber afeto ao NUCLEOS, fruto do posicionamento da Coordenadoria Geral de Contabilidade da União da Secretaria do Tesouro Nacional (CCONT/STN), em janeiro de 2022.

De modo a contribuir com os esclarecimentos requeridos, a NUCLEP contratou uma consultoria visando a elaboração de um parecer contábil sobre a permanência dos subsídios recebidos do Tesouro Nacional e incluídos no Contas a Receber. A empresa contratada, VCW Consultores, emitiu seu parecer em 21 de novembro de 2023, manifestando-se que não seria adequada a permanência de registro desses subsídios no ativo da empresa.

Em dezembro de 2023, na Reunião da Diretoria Executiva - RDE nº 749, decidiu-se pela baixa do Contas a Receber de longo prazo, retornando ao conceito adotado pela NUCLEP até o ano de 2010.

Direitos a Receber de Longo Prazo	Dezembro 2023	Dezembro 2022
Secretaria do Tesouro Nacional:		
NUCLEOS - Instituto de Seguridade Social	-	207.844
Sentenças judiciais a receber	-	-
TOTAL	-	207.844
Plano Médico - coparticipação empregados	24.902	21.481
Total	24.902	229.325

Dos direitos a receber com coparticipação dos empregados, 72% referem-se aos empregados ativos (R\$ 17.947 mil), e 28%, aos ex-empregados/inativos (R\$ 6.955 mil). Tanto os direitos dos empregados ativos quanto os dos inativos são controlados pela Assistência do Plano Médico da NUCLEP.

Coparticipação Plano Médico - Inativo

Em Milhares



A recuperação financeira das coparticipações dos inativos, que totaliza R\$ 6.955 mil, conforme gráfico acima, está dividida da seguinte forma: R\$ 5.812 mil estão em negociação; R\$ 88 mil, em processo de amortização, ou seja, sendo pagos pelos ex-funcionários; e R\$ 1.055 mil, em processo de judicialização.

10. DEPÓSITOS RECURSAIS

Correspondem aos depósitos judiciais relacionados a diversos processos trabalhistas. Por não concordar com as decisões proferidas pela justiça, a NUCLEP se vê na obrigação de recorrer diante da expectativa e da possibilidade de reverter tais decisões, enquanto couber recurso.

Composição	Dezembro 2023	Dezembro 2022
Depósitos Recursais Trabalhistas	633	6.689
Depósitos Recursais Cíveis	3.873	371
Demais depósitos	8	590
Total	4.514	7.650

11. CAUÇÕES

São depósitos efetuados conforme estabelecidos em cláusulas contratuais, que serão resgatados após o encerramento dos respectivos contratos, a saber:

Composição	Dezembro 2023	Dezembro 2022
Eletronuclear	3.447	3.446
Impsa	250	250
Total	3.697	3.696

12. INVESTIMENTOS

Valor correspondente aos depósitos compulsórios a favor da Eletrobrás efetuados na década de 80, conforme diversas faturas de cobrança de energia elétrica, convertidas em 6.036 ações nominais a favor da NUCLEP.

13. IMOBILIZADO

Ativo Imobilizado	Saldo Inicial	Aquisições	Transferências Internas	Incorporações e Baixas	Depreciações	Saldo Final
Terreno	161.424	-	-	-	-	161.424
Máquinas e Equipamentos Industriais	56.258	3.040	662	327 (2.258)	-	58.029
Edifícios	35.353	229	-	765 (513)	-	35.834
Demais Equipamentos	10.269	1.548	(43)	(14) (1.085)	-	10.675
Instalações	10.864	-	-	6.124 (463)	-	16.252
Bens Ativáveis	7.374	1.170	(966)	(7.024)	-	553
Tecnologia da Informação e Comunicação	5.310	1.419	377	364 (1.221)	-	6.250
Móveis e Utensílios	5.276	1.133	(30)	(11) (265)	-	6.103
Veículos	47	2	-	-	(3)	46
Total	292.175	8.542	-	530 (5.808)	-	295.440

A. Das Aquisições: Foram adquiridos R\$ 1.842 mil com recursos do Tesouro Nacional classificados como Adiantamento para Futuro Aumento de Capital (AFAC). As demais aquisições foram feitas por meio de Recursos Próprios.

B. São classificados como bens ativos aqueles bens que serão tombados quando colocados em condições de uso: B1. Adiantamento realizado para aquisição de empilhadeiras elétricas para movimentação de carga conforme contrato CB-065/2023; B2. A evolução do contrato de instalação de plataforma/elevador vertical de acessibilidade, conforme contrato CS-042/2022; B3. Serviço de desembaraço aduaneiro realizado para aquisição de 07 blocos de calibração adquiridos através da OC 7361; B4. A realização de testes no condicionador de ar de 80.000btus, adquirido através da OC 7487/2023; B5. A realização de testes na máquina de corte e gravação a laser adquirida através da OC 7467/2023.

C. Em 2022, foi contratada a Empresa Guerra Assessoria Técnica Ltda, conforme contrato CS-098/2022, para a prestação de serviços de inventário físico dos bens móveis e imóveis, assim como para a avaliação patrimonial com fundamentação técnica, a fim de determinar o valor recuperável dos ativos (impairment test) e vida útil residual de bens móveis e imóveis. A Empresa descumpriu o acordado na entrega das informações coletadas, conforme comunicação CE-AMC-006/2023, processo administrativo 0048739.00000494/2022-37 e Sistema interno de tramitação de documentos eletrônicos (SISTEP) nº10113/2023, levando à realização de uma nova licitação. Em 2023, foi contratada a Empresa Integre Soluções de Informática, Controle Patrimonial e Avaliações Ltda, conforme contrato CS-112/2023, para realizar os serviços anteriormente citados. Atualmente, a contratada encontra-se em fase de final de conclusão do inventário dos bens móveis e imóveis e entrega dos laudos, um dos quais o "impairment test", para o final do 1º trimestre de 2024, quando serão analisados e comparados com os valores registrados nas DF do 4º trimestre de 2023 e, caso haja necessidade de ajustes, os mesmos serão realizados no 1º trimestre de 2024.

13.1. Instalações NUCLEP

Com base na premissa de que um ativo deve ser reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que benefícios econômicos futuros dele provenientes fluirão para a empresa, de modo que seu custo ou valor possa ser mensurado com confiabilidade, procedeu-se ao reconhecimento contábil do terreno (R\$ 1.560 mil) como ativo da empresa em 2012. Em seguida, a NUCLEP ajustou o valor contábil do imóvel com base em laudo de avaliações (R\$ 159.864 mil), com a finalidade de corrigir um erro material, que tornava as Demonstrações Financeiras deficientes em termos de relevância por ter um ativo registrado na contabilidade com o valor menor que o valor justo. Cabe frisar que juridicamente a titularidade deste terreno onde se encontram as instalações da NUCLEP está em nome das Indústrias Nucleares do Brasil - INB, razão pela qual o registro contábil desse imóvel consta como bem patrimonial nas duas empresas, até que os órgãos superiores decidam como solucionar esse imbróglio. Abaixo, são apresentadas as inscrições na prefeitura de Itaguaí, bem como suas respectivas metragens e área construída até o exercício:

INSCRIÇÃO	ÁREA TERRENO	ÁREA CONSTRUÍDA
88382	30.685,00	57.843,00
88383	30.685,00	22.574,00
98374	159.791,00	11.786,64
98375	682.015,00	-
98376	682.015,00	-
5878204	18.746,00	-
33532	600,00	-
33533	600,00	-
TOTAL	1.605.137,00	92.203,64

Em 14/09/2018, o MCTI estabeleceu, através do Aviso nº 371/2018, a reabertura do processo nº 00400.006127/2010-18, que visa a regularização do terreno em que se encontra a fábrica da NUCLEP, constituindo um grupo de trabalho com representantes da NUCLEP, INB, Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN) e MCTI.

Em 18/05/2021, o Ministério de Minas e Energia - MME encaminhou a NOTA TÉCNICA Nº 20/2021/ASSEC, referente ao processo Nº 48340.000188/2021-02, com o objetivo de se chegar a uma conclusão sobre a regularização da titularidade do terreno. A Secretaria Executiva daquela Pasta, ao encaminhar a Nota Técnica em tela, tanto à diretoria da NUCLEP quanto à da INB, solicitou que as empresas se manifestassem sobre o tema.

Entre 24 de novembro e 03 de dezembro de 2021, foram realizados os trabalhos de campo para o levantamento topográfico do Parque Industrial da NUCLEP pelo 5º Centro de Geoinformação do Exército Brasileiro. Assim, com as plantas e relatório técnicos prontos, foi dado o início ao processo de regularização junto à prefeitura e cartório de imóveis de Itaguaí. Em dezembro de 2023, todo o levantamento topográfico do Parque Industrial da NUCLEP realizado em 2021 já se encontra sob análise do cartório de Itaguaí.

Em 09/01/2024, a Presidente do CF da NUCLEP, por meio do ofício nº CF-001/2024, solicitou ao MME informações sobre a regularização do terreno em função das manifestações emanadas pela PGFN por meio da Nota SEI nº 6/2022/CAS/PGACFFS/PGFNME, de 3/2/2022 e pela STN, por intermédio do Ofício SEI nº 29174/2022/ME, de 2/2/2022.

14. INTANGÍVEL

Correspondem à utilização dos seguintes softwares: 1. Enterprise Resource Planning - ERP, que continua executando melhorias pontuais em fase de implantação pela empresa Benner. 2. Demais: Licença de Microsoft SQL Server Enterprise 2019 por 10 anos, em substituição da versão 2008, software necessário e obrigatório para o software "Steel projects" de gestão dos projetos das torres de transmissão; Licença do software Commvault por 3 anos para suporte e manutenção do software de backup de dados dos servidores da NUCLEP; e Licença do software CAM para nesting de chapas por 5 anos (Lantek Expert).

Composição	Dezembro 2023	Dezembro 2022
Sistema de Governança Corporativo - ERP - BENNER	1.342	1.342
Outros Ativos Intangíveis	308	308
Amortização Acumulada dos Ativos Intangíveis	(148)	(98)
Total	1.502	1.552

15. SUBVENÇÕES PARA INVESTIMENTOS

São recursos oriundos do Tesouro Nacional, relacionados aos ativos imobilizados que foram adquiridos pela companhia a partir do exercício de 2008, sendo reconhecidos como receita ao longo do período da vida útil do bem, na mesma proporção de sua depreciação, de acordo com a Deliberação CVM nº 96/22 e com o Pronunciamento Contábil nº 07, emitido pelo CPC. Os saldos dessas subvenções estão apresentados a seguir:

Composição	Dezembro 2023	Dezembro 2022
Aquisições	-	(38.718)
Receita realizada (acumulada)	-	5.305
Total	-	(33.413)

A Assembleia Geral Ordinária, realizada no dia 27 de abril de 2023, deliberou sobre as Subvenções para Investimentos e avaliou que, por serem originárias do Tesouro Nacional, elas devem ser tratadas como repasses de recursos com o objetivo de aumento da capacidade operacional e produtiva da NUCLEP. A mudança de procedimento contábil para AFAC decorre da Macrofunção SIAFI 02.11.22.

As aquisições de 2022 foram incorporadas ao Patrimônio Líquido e as aquisições de 2008 a 2021, antes tratadas pela NUCLEP como gastos aplicados para manutenção operacional e contabilizadas no Passivo Não Circulante, foram reclassificadas para o Patrimônio Líquido, no montante atual de R\$ 30.982 mil.

Em dezembro de 2023, ocorreu essa reclassificação, baixando a subvenção e incorporando no Patrimônio Líquido da empresa, na conta de AFAC, conforme decisão na Reunião da Diretoria Executiva - RDE nº 744, realizada em 10/10/2023, e com a orientação Ministerial/Setorial enviada por e-mail de 19/12/2023, lastreada pelas diretrizes contidas na mensagem CCONT/STN 2023/3896093.

Dessa forma, a NUCLEP está em conformidade com as orientações emanadas pela PG



NUCLEBRÁS EQUIPAMENTOS PESADOS S.A.
CNPJ Nº 42.515.882/0001-78

MINISTÉRIO DE
MINAS E ENERGIA



UNIÃO E RECONSTRUÇÃO

19. OBRIGAÇÕES COM CLIENTES

Referem-se aos valores exigíveis, recebidos a título de adiantamento, derivados de marcos contratuais que antecedem a entrega do produto ou serviço acordado com o cliente e da geração da nota fiscal. Buscam viabilizar a execução dos projetos. Na medida em que as receitas dos projetos são reconhecidas, e, consequentemente, das contas a receber, seus saldos são reduzidos, uma vez que são contrapartidas destas contas a receber.

	Dezembro 2023	Dezembro 2022
Centro Tecnológico da Marinha em SP - CTMSP	598	793
Eletrobrás Termonuclear S/A - Eletronuclear	18.302	12.352
Neoenergia Lagoa dos Patos Transmissão de Energia S.A.	-	8.378
Amazônia Azul Tecnologia de Defesa S.A. - Amazul	6.013	8.144
Empresa Brasileira de Solda Elétrica S.A. - EBSE	1.760	1.759
Total	26.673	31.426

20. OUTRAS OBRIGAÇÕES

Correspondem às consignações efetuadas na folha de pagamento dos empregados, inerentes à coparticipação de benefícios concedidos pela empresa, como refeição e assistência médica, para serem repassados a diversos credores.

Composição	Dezembro 2023	Dezembro 2022
Pensão Alimentícia	118	53
Planos de Previdência e Assistência e Seguro	20	23
Representantes de Classes	966	682
Consignações a Pagar	1.344	1.114
Depósitos Retidos	1.510	646
Total	3.958	2.518

21. RECEITA DE SUBVENÇÃO A REALIZAR

São recursos financeiros recebidos do Tesouro Nacional, em forma de subvenção para cobrir custos/despesas que ainda não incorreram. De acordo com a deliberação CVM nº 96/22 e CPC 07, e considerando que a receita de subvenção deve ser confrontada com as despesas que se pretende compensar, a NUCLEP reclassificou o que foi recebido a mais para receita de subvenção a realizar. A subvenção do não circulante foi destinada a custear os contratos de construção de longo prazo que estão em andamento.

	Dezembro 2023	Dezembro 2022
Pessoal e Benefícios	2.969	30.190
Investimentos	-	1.761
Tecnologia da Informação	-	1.342
Produção em andamento	3.474	41.601
Total	6.443	74.894

22. EMPRÉSTIMOS INB

O empréstimo foi concedido pela INB em 09 de dezembro de 1992, remunerado pela TR e acrescido de juros de 12% a.a. A quitação dessa dívida deveria ser efetuada mediante pagamento através de prestação de serviços técnicos até 31 de dezembro de 1997 e, eventual saldo remanescente deveria ser quitado em 8 (oito) prestações mensais sucessivas até 31 de agosto de 1998, mas isso aconteceu.

Com base no parecer jurídico ATG-009/2016 e na Nota Jurídica NAT-027/2016, a Diretoria Executiva da NUCLEP considera a dívida da INB prescrita, mas, por solicitação do Ministério Supervisor, MME, mantém os valores do empréstimo em tela nas Demonstrações Financeiras da NUCLEP (com o valor da dívida, na posição de 2020, no montante de R\$ 33.017 mil, conforme deliberação 684º RDE).

A INB judicializou a NUCLEP em 2023 por meio do processo 5070324-52.2023.4.02.5101/RJ. Como o Jurídico da empresa inicialmente classificou o referido processo como possível, o passivo deveria ser controlado somente em notas explicativas (de acordo com o CPC 23). A baixa foi realizada e atualizada como remota através da comunicação interna CI PJ 002/2024, e mesmo não sendo necessário o seu lançamento em nota explicativa, foi consignado para registro.

Empréstimos a Pagar	Dezembro 2023	Dezembro 2022
INB	-	33.017
Outros	-	-
Total	-	33.017

23. PREVIDÊNCIA PRIVADA - NUCLEOS

A NUCLEP e o NUCLEOS firmaram, em 21/11/2007, o Termo de Transação no valor de R\$ 120.111 mil, que corresponde ao valor de R\$ 102.051.836,38 atualizado pelo IGP-M até 31/10/2007, conforme o contido na cláusula primeira (objeto) do Termo de Transação já referenciado, que foi homologado em juízo e consolidou as dívidas existentes, em conformidade com o laudo pericial no âmbito do processo nº 2002.001.153437-3, junto à 30ª Vara Cível do Rio de Janeiro.

Em 02/12/2014, o Supremo Tribunal de Justiça - STJ negou provimento ao recurso interposto pelo NUCLEOS (Agravo 222.312-RJ) e, consequentemente, manteve a decisão proferida pelo Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro - TJRJ favorável à NUCLEP.

Em 19/11/2015, o Supremo Tribunal Federal - STF negou provimento ao recurso interposto pelo NUCLEOS e manteve a decisão proferida pelo TJRJ favorável à NUCLEP. A decisão transitou em julgado e os autos foram encaminhados ao TJRJ em 27/11/2015.

O Termo de Transação já citado estabeleceu novas condições de pagamento, quais sejam: 360 parcelas mensais, juros de 6% a.a., atualização monetária pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) e carência de 24 meses, determinando o pagamento da 1ª parcela em 02/12/2009. Fruto da decisão transitada e julgada, a NUCLEP passou a receber da STN a dotação orçamentária anual para fazer frente às amortizações da dívida por exercício.

Em 12/12/2022 o Conselho de Administração aprovou, na 164ª RCA, por unanimidade, o Plano de Equacionamento do Déficit do NUCLEOS, referente ao exercício de 2021, bem como o seu encaminhamento à SEST.

24. PROVISÕES: ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES

24.1 Ativos Contingentes
Não são reconhecidos contabilmente, exceto se a administração possuir total controle da situação ou quando houver garantias reais ou decisões judiciais favoráveis sobre as quais não couber mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro exigível.

Os ativos contingentes baseiam-se nos relatórios emitidos por consultores jurídicos da empresa e nas normas contábeis emitidas CPC nº 25, em conjunto com o CFC e a CVM (Deliberação CVM nº 72/22). Dos principais processos em tramitação, consta o processo movido contra a Terminal Multimodal de Coroa Grande SPE S/A (TMC) - vide nota 31. Após atualizados pela Gerência Jurídica da NUCLEP, constam o total de 44 processos, sendo classificados como prováveis:

Ações Cíveis	Dezembro 2023
Processos:	
5091929-88.2022.4.02.5101	47.667
0293654-59.2017.8.19.0001	2.664
5107922-11.2021.4.02.5101	7.451
5071996-32.2022.4.02.5101	827
Demais Processos	13.480
Total das Ações Cíveis	72.069

24.2 Passivos Contingentes
A empresa mantém provisões em função de processos trabalhistas e cíveis, objetivando demonstrar prováveis perdas nas causas judiciais que poderão ser decididas contra a NUCLEP. Tais provisões constituídas com base nos relatórios emitidos por consultores jurídicos da empresa e de acordo com as normas emitidas pelo CPC nº 25, em conjunto com o CFC e a CVM (Deliberação CVM nº 594/09). Dentre as ações de reclamações trabalhistas, constam diversos processos movidos pelos empregados da NUCLEP, que requerem a retroatividade das perdas do Plano de Cargos, Carreiras e Remuneração - PCCR, implantado sem efeito retroativo.

Os processos individualizados abaixo somam o valor de R\$ 2.498 mil, os quais correspondem a 72% (setenta e dois por cento) do total, R\$ 3.482 mil. A rubrica Demais Processos, por sua vez, soma R\$ 10.335 mil representando os 28% (vinte e oito por cento) do valor total, conforme segue:

Processos	Dezembro 2023
0100771-42.2019.5.01.0462	707
0100183-43.2016.5.01.0461	607
0101403-76.2016.5.01.0461	491
0101767-14.2017.5.01.0461	413
0100213-34.2023.5.01.0461	157
0100997-55.2016.5.01.0461	123
Demais Processos	984
Total de Ações Trabalhistas	3.482

Os processos individualizados abaixo somam o valor de R\$ 4.112 mil, os quais correspondem a 28% (vinte e oito por cento) dos R\$ 14.447 mil. A rubrica Demais Processos, por sua vez, soma R\$ 10.335 mil representando os 72% (setenta e dois por cento), conforme segue:

Processos	Dezembro 2023
0004113-95.2015.8.19.0024	2.542
5078491-92.2022.4.02.5101	1.380
0005314-15.2021.8.19.0024	190
Demais Processos	10.335
Total de Ações Cíveis	14.447
Total dos Passivos Contingentes	17.929

As contingências classificadas como possíveis não são reconhecidas contabilmente e estão assim representadas:

Composição	Dezembro 2023	Dezembro 2022
Ações trabalhistas	7.893	10.635
Ações cíveis	42.464	51.897
Total de Ações	50.357	62.532

25. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Composição

Composição	Dezembro 2023	Dezembro 2022
Capital Autorizado	185.428	183.524
Capital a Integralizar	(122.314)	(122.314)
Capital Subscrito e Integralizado	63.114	61.210
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital - AFAC	32.825	1.904
Reserva de Reavaliação	15.736	16.967
Ajuste de Avaliação Patrimonial	174.291	175.615
Prejuízos Acumulados	(164.834)	(58.900)
Total	121.132	196.796

O aumento em prejuízos acumulados ocorreu pela baixa do contas a receber de longo prazo, conforme apresentado na nota explicativa nº 9; pelas baixas de desincorporação de passivo, como o empréstimo de longo prazo; pelas provisões trabalhistas reclassificadas de prováveis para possíveis e remotas; e pelas subvenções para investimentos.

25.1 Capital Social

O capital social subscrito e integralizado, é de R\$ 61.210.000,00 (sessenta e um milhões e duzentos e dez mil reais) dividido em ações ordinárias nominativas, no valor de R\$ 1,00 (um real) cada uma. Em 18/03/1994, através da 47ª - AGO, o Conselho de Administração aprovou o limite de aumento em até 183.523.810 (cento e oitenta e três milhões, quinhentos e vinte e três mil, oitocentos e dez) ações ordinárias nominativas, no valor de R\$ 1,00 (um real) cada uma. O capital social subscrito e integralizado possui a seguinte composição:

Composição	Dezembro 2023
- União Federal	100%
Conforme aprovado na última Assembleia Geral Ordinária, em abril de 2023, foram incorporados ao Capital Social R\$ 1.904 mil, referentes aos AFAC realizados em 2022. O Gabinete Geral da Presidência da empresa atualizará o estatuto social no tocante aos aspectos societários.	

25.2 Adiantamento para Futuro Aumento de Capital - AFAC

O AFAC é oriundo dos recursos provenientes da União para as operações de investimentos da NUCLEP. Seu registro está em conformidade com a Macrofunção 02.11.12 - Participação da União no Capital das Empresas. Registram-se, neste item, os recursos de investimentos destinados à manutenção e à exploração das atividades da empresa. A variação deve-se aos valores das subvenções recebidas no exercício.

Composição

Composição	Dezembro 2023	Dezembro 2022
Salários e Encargos	(254.268)	(186.535)
Benefícios	(16.634)	(14.745)
Previdência	(35.568)	(32.894)
Materiais e Serviços/ Provisões	(123.397)	(88.711)
Depreciação e Amortização e Impairment	(5.857)	(7.164)
Demais Despesas	(53.787)	(9.584)
Total	(489.510)	(339.633)

O acréscimo de cerca de R\$ 60 milhões em salários e encargos foi fruto da regularização de progressões de funcionários, do aumento do quadro de servidores aprovado pela SEST e do incremento salarial consignado aos funcionários pela CCT 2023/2024. Registra-se que não houve necessidade de suplementação de recursos para arcar com essas despesas.

O acréscimo de cerca de R\$ 40 milhões em material e serviços foi decorrente do recebimento de R\$ 77,1 milhões, no final de novembro de 2023, de suplementações no limite de movimentação e empenho (LME) em despesas discricionárias, para aquisições de insumo para os contratos em andamento.

29. RECEITAS (DESPESAS) FINANCEIRAS

As despesas financeiras são correspondentes aos encargos de juros, variações monetárias e cambiais sobre saldo dos passivos exigíveis. O acréscimo de cerca de R\$ 3,6 milhões em juros, multas e taxas decorreu da falta de informações e inutilização do sistema corporativo da empresa que imobilizou os setores, fruto do ataque cibernético mencionado na nota explicativa nº 2.6.

Receitas e Despesas Financeiras	Dezembro 2023	Dezembro 2022
Receitas financeiras	-	105
Variações monetárias	-	873
Juros, multas e taxas	26	978
Total das receitas financeiras	26	978
Despesas financeiras	(9)	-
Variações monetárias	(3.666)	(122)
Juros, multas e taxas	(3.675)	(122)
Total das despesas financeiras	(3.649)	856

30. PLANO DE PREVIDÊNCIA PRIVADA

A NUCLEP é Patrocinadora-Fundadora do NUCLEOS, que tem como demais patrocinadores a Eletrobrás Termonuclear S/A - ELETRONUCLEAR, as Indústrias Nucleares do Brasil S/A - INB e o próprio Instituto, entidade fechada de previdência privada que administra um programa de benefícios complementares aos do Regime Geral da Previdência Social para seus empregados e dirigentes, amparado por contrato solidário de responsabilidades firmado entre todas as partes.

O programa criado em 1979 para ser o fundo de pensão do setor nuclear do país, engloba todos os funcionários da Nuclebrás e de suas subsidiárias, e é mantido através de um Plano de Benefícios Definidos - BD, que visa garantir à maioria dos participantes uma renda vitalícia pós-emprego em níveis semelhantes à da atividade, quando somada à da previdência social, limitada a três tetos previdenciários. Esse programa dá cobertura, também, às aposentadorias por invalidez, às especiais e ao pagamento de pensões aos dependentes de participantes que vierem a falecer.

Composição	Dezembro 2023	Dezembro 2022
Bens Atívais	-	825
Tecnologia da Informação e Comunicação	1.010	483
Máquinas e Equipamentos Industriais	198	315
Demais Equipamentos	313	213
Móveis e Utensílios	321	68
Total	1.842	1.904

Conforme Macrofunção SIAFI 02.11.22, em seu item 2.3.8, entende-se que, para as empresas com capital 100% público, os AFAC transferidos a partir de 1º de janeiro de 2017 podem ser classificados como instrumentos patrimoniais, desde que os repasses sejam capitalizados até a Assembleia Geral Ordinária (AGO) do exercício subsequente (art. 2º, § único, Decreto nº 2.673/1998).

A Assembleia Geral Ordinária, realizada no dia 27 de abril de 2023, deliberou sobre a integralização do AFAC. O Aumento do Capital Social foi realizado neste mesmo exercício, no montante de R\$ 1.904 (um milhão, novecentos e quatro mil), o qual compreende os valores efetivamente recebidos pela União para investimentos em 2022 e aplicados pela NUCLEP. Os repasses recebidos de R\$ 1.842 (um milhão, oitocentos e quarenta e dois mil) até dezembro de 2023, serão capitalizados em obediência à Macrofunção SIAFI 02.11.22 até a data limite da aprovação das contas do exercício em que ocorrer a transferência.

25.3 Reserva de Reavaliação
No ano base de 2000, foi efetuada a reserva de reavaliação de bens do ativo imobilizado, cujo saldo é de R\$ 15.736 mil (correspondente a R\$ 16.967 mil, em 2022). Neste período, foram realizadas baixas no montante de R\$ 1.231 mil (que corresponderam a R\$ 5.606 mil, em 2022) assim classificadas:

Composição	Dezembro 2023	Dezembro 2022
Instalações	67	2.258
Edifícios	1.164	2.376
Terminal Marítimo	-	873
Acesso ao Terminal Marítimo	-	16
Máquinas e Equipamentos industriais	-	83
Total	1.231	5.606

26. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

- Receita Bruta de Vendas de Produtos e Serviços
A Receita Bruta de Vendas de Produtos e Serviços engloba os valores relativos às contraprestações pelo cumprimento das obrigações de desempenho acordadas nos instrumentos contratuais firmados pela empresa com a Eletrobrás, tais como a Locação de área externa para armazenamento de equipamentos de Angra 3 e a fabricação e fornecimento de condensadores para Usina Nuclear de Angra 3. Além disso, inclui acordos com a Frank's Internacional Brasil LTDA para a industrialização por soldagem e armazenamento de tubos; com a Superpesa Transportes, Projetos e Fabricação S.A. para a utilização de infraestrutura fabril e o serviço de movimentação de cargas com guindaste; com a Amazul para o fornecimento de peças forjadas do Bloco 40 do LABGENE; com a INB para o Serviço de recertificação de cilindros e a 2ª manutenção preventiva da autoclave basculante; com a Hansa Meyer para disponibilização do terminal; com a Monto para o Fornecimento de Torre de Lavagem; com a CTMSP para o fornecimento de vaso de pressão do reator e geradores de vapor; com a Neoenergia e a EKT para o fornecimento de estruturas metálica das torres; e com a Petróleo Brasileiro para o fornecimento do vaso de pressão V-102.

De acordo com as Informações por Segmento estabelecidas no Pronunciamento Técnico CPC 22, em conjunto com o CFC e a CVM (Deliberação CVM nº 103/22), a receita bruta por cliente está discriminada abaixo:

Receita por Clientes	Dezembro 2023	Dezembro 2022
CTMSP	196	8.312
EKTT 9	14.068	-
Superpesa	2.327	2.306
Eletronuclear	9.326	14.340
Petrobras	359	-
Frank's	778	1.780
INB	670	250
Amazul	4.183	16.422
Monto	3.831	-
EBSE	-	64
Neoenergia Lagoa dos Patos Transmissão de Energia S.A.	8.026	-
Demais Clientes	270	210
Total da Receita Operacional Bruta	44.034	43.684

26.1 IMPACTO DOS BENEFÍCIOS FISCAIS NO RECONHECIMENTO DA RECEITA

- Apresntação do resultado considerando a incidência de benefícios fiscais
Aplica-se ao contrato CT 11/2019, estabelecido com a Amazônia Azul Tecnologias de Defesa S.A. - Amazul, para conclusão da fabricação, montagem e fornecimento do vaso e estruturas internas da contenção e a fabricação do tanque de blindagem primária, incluindo seu tanque de expansão e os seus trocadores de calor do LABGENE - Laboratório de Geração de Energia Nucleoelétrica - Bloco 40, o benefício do Regime Especial de Tributação para a Indústria de Defesa (RETID), que tem por objetivo estimular o desenvolvimento de projetos na área estratégica de defesa. Dadas as isenções do Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PIS/Pasep), da COFINS e do IPI, verifica-se um impacto no reconhecimento da receita inerente à prestação do serviço pela Amazul, uma vez que seus custos são suprimidos em consequência da desoneração tributária.

Receita por Clientes	Dezembro 2023	Dezembro 2022
CTMSP	196	8.312
EKTT 9	14.068	-
Superpesa	2.327	2.306
Eletronuclear	9.326	14.340
Petrobras	359	-
Frank's	778	1.780
INB	670	250
Amazul	4.183	16.422
Monto	3.831	-
EBSE	-	64
Neoenergia Lagoa dos Patos Transmissão de Energia S.A.	8.026	-
Demais Clientes	270	210
Total da Receita Operacional Bruta	44.034	43.684

26.1 IMPACTO DOS BENEFÍCIOS FISCAIS NO RECONHECIMENTO DA RECEITA

- Apresntação do resultado considerando a incidência de benefícios fiscais
Aplica-se ao contrato CT 11/2019, estabelecido com a Amazônia Azul Tecnologias de Defesa S.A. - Amazul, para conclusão da fabricação, montagem e fornecimento do vaso e estruturas internas da contenção e a fabricação do tanque de blindagem primária, incluindo seu tanque de expansão e os seus trocadores de calor do LABGENE - Laboratório de Geração de Energia Nucleoelétrica - Bloco 40, o benefício do Regime Especial de Tributação para a Indústria de Defesa (RETID), que tem por objetivo estimular o desenvolvimento de projetos na área estratégica de defesa. Dadas as isenções do Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PIS/Pasep), da COFINS e do IPI, verifica-se um impacto no reconhecimento da receita inerente à prestação do serviço pela Amazul, uma vez que seus custos são suprimidos em consequência da desoneração tributária.

AMAZUL - (RETID) - Regime Especial de Tributação para a Indústria de Defesa	Benefícios - RETID	Dezembro 2023
Receita reconhecida		4.183
PIS	93	-
COFINS	430	-
IPI	269	-
Total	792	4.183

- Recursos Orçamentários do Tesouro Nacional
São suportes financeiros recebidos em forma de subvenção, destinados à manutenção da empresa, que têm como objetivo fazer face às despesas com pessoal, parte dos custos operacionais e aos investimentos. São contabilizados conforme estabelece a norma contábil deliberada pela CVM nº 646/10 e o Pronunciamento Técnico CPC 07, ou seja, como receita de subvenção no mesmo período de reconhecimento das despesas a que estão



MINISTÉRIO DE
MINAS E ENERGIA



Em 31 de dezembro de 2023, a população vinculada ao programa, comparada com o exercício anterior, era a seguinte:

DADOS POPULACIONAIS	Dezembro 2023		Dezembro 2022	
	Plano BD		Plano BD	
1. Participantes Ativos				
1.1. Número de empregados vinculados ao plano		534		550
1.2. Idade Média (anos)		41,58		40,66
1.3. Serviço Creditado (total)		15,73		14,76
1.4. Tempo Médio de Serviço Futuro (Aposentadoria)		58,11		63,93
1.5. Valor do Salário Médio (R\$)		14.543,00		12.696,47
2. Aposentados				
2.1. Participantes Aposentados por contribuição, idade e especial		403		401
2.2. Idade Média (anos)		65,05		64,30
2.3. Benefício Médio (R\$)		10.183,72		9.657,21
3. Pensionistas				
3.1. Número de participantes pensionistas		66		66
3.2. Idade Média (anos)		66,59		65,98
3.3. Benefício Médio em R\$		5.230,24		4.272,69
População Total		1.003		1.017

Ao adotar os procedimentos contábeis recomendados pelo CFC e pela CVM (especialmente a Deliberação CVM nº 695/2012) e pelo CPC 33, a NUCLEP procedeu à avaliação atuarial independente das obrigações decorrentes desse programa de benefício pós-emprego, através da empresa Assistants Consultoria Ltda - Registro CIBA nº 068, cujos resultados são abaixo expostos.

A avaliação independente é baseada no regime de capitalização sob o método da Unidade de Crédito Projetada e pode diferir daquela que é periodicamente realizada pela administração do programa, cujas bases seguem a legislação setorial específica da previdência complementar.

Em 31 de dezembro de 2023, a avaliação independente revelou os seguintes resultados:

ALTERAÇÕES NAS OBRIGAÇÕES	Dezembro 2023	Dezembro 2022
Valor presente da obrigação atuarial no Início do Exercício	1.021.043	1.079.000
Custo dos Juros	117.272	114.345
Custo do Serviço Corrente	15.532	19.590
Benefícios Pagos pelo plano	(60.299)	(55.213)
Remunerações de Ganhos/(Perdas) Atuariais	(5.434)	(136.679)
Valor presente da obrigação atuarial no final do Exercício	1.088.114	1.021.043
ALTERAÇÕES NOS ATIVOS FINANCEIROS		
Valor Justo dos Ativos no Início do Exercício	788.473	761.743
Receitas de Juros	90.921	81.267
Contribuições do Patrocinador	11.351	10.377
Contribuições dos Participantes	7.643	7.944
Benefícios Pagos pelo plano	(60.299)	(55.213)
Contribuições patronais extraordinárias		
Ganhos/(Perdas) Atuariais sobre os ativos do plano	360.961	(17.645)
Valor Justo dos Ativos no Fim do Exercício	1.199.050	788.473
ESTADO DE COBERTURA NO FINAL DO EXERCÍCIO	110.936	(232.570)

A NUCLEP subscreveu um Termo de Transação junto ao NUCLEOS para garantir a reposição de aportes vencidos - vide nota explicativa 23.

31. COBERTURA DE SEGUROS

A Companhia mantém uma política de seguros considerada suficiente pela administração para cobrir eventuais perdas que possam resultar em prejuízos ao patrimônio da NUCLEP. As coberturas estão assim distribuídas:

Seguro	Risco Coberto	Cobertura R\$
Seguro de Bens Patrimoniais	Incêndio, Raio, explosão, implosão e outros	191.237.076,95
Responsabilidade Civil Diretores e conselheiros	Responsabilidade civil	10.000.000,00
Seguro de automóveis	Colisão, incêndio, roubo, danos materiais	100% tabela FIPE
Responsabilidade Civil Geral	Operações Industriais / Empregador	3.000.000,00
Seguro Incêndio - Escritório Rio	Incêndio, Raio, explosão, implosão e outros	1.540.000,00
Riscos Nomeados - Patrimoniais	Incêndio, implosão, entre outros e quebra de Máquinas	13.100.000,00
Terminal Portuário		
Seguro de vida em grupo	Diretores, Funcionários, Estagiários e Aprendizes [sendo 97 o somatório desses dois últimos]	815

32. CONTRATO DE ARRENDAMENTO

Em 16 de dezembro de 1997, a NUCLEP firmou o contrato C-291/AB-001 para arrendamento do Terminal Marítimo e parte das instalações de sua propriedade com a empresa TMC - Terminal Multimodal de Coroa Grande SPE S/A, para administração, exploração e operação do Terminal Portuário. Durante a evolução do contrato, alguns investimentos que estavam previstos não foram realizados e a TMC deixou de honrar parte dos compromissos financeiros contratuais.

Na tentativa de não denunciar o contrato, a NUCLEP pactuou 5 (cinco) aditamentos com o objetivo de viabilizar o saldo a receber e, consequentemente, refazer o plano de recebimento, incluindo as novas obrigações assumidas pelo arrendatário. Entretanto, a TMC continuou inadimplente, levando a NUCLEP, em 29 de setembro de 2004, a ingressar em juízo com Ação de Cobrança cumulada com pedidos de rescisão contratual e reintegração de posse do terminal portuário.

Finalmente, em 27 de março de 2009, após o trânsito em julgado da sentença proferida no juízo arbitral, a NUCLEP ganhou a reintegração de posse do terminal e da área retro portuária, mas, quanto à dívida, teve que ingressar com ação de Execução de Títulos Extrajudiciais, distribuída na 36ª Vara Cível da Comarca de Capital - RJ, que ainda aguarda decisão.

A NUCLEP considera o ganho da causa provável, mas o recebimento do montante da dívida é incerto. Por esse motivo, tem-se optado por manter o registro contábil em contas de controle o valor de R\$ 388.343 mil, que corresponde ao total da dívida corrigida e acumulada conforme parecer inicial do jurídico da NUCLEP 056/2020/ATG/PJG-1/NUCLEP, atualizado mensalmente nas contas de controle do SIAFI.

33. PREJUÍZOS FISCAIS E BASES NEGATIVAS DE IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

A companhia possui prejuízos fiscais e, consequentemente, bases negativas de contribuição social, que geram créditos fiscais e não se encontram refletidos nas demonstrações contábeis. Esses prejuízos representam um ativo fiscal diferido, que será compensado com lucros tributários gerados pelas operações futuras, conforme abaixo:

Resultado Fiscal	Dezembro 2023	Dezembro 2022
Imposto de Renda	(236.086)	(127.479)
Contribuição Social	(247.833)	(139.226)

34. PRINCIPAIS TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A companhia realizou transações com partes relacionadas no exercício de 2023, de acordo com os padrões de mercado, a título de: Atualização de créditos a receber (Tesouro Nacional), contratos para fabricação de bens de contratos já existentes (Marinha do Brasil - CTMSP) e atualização e pagamentos do Termo de Equacionamento (NUCLEOS). O montante do saldo de operações de empréstimos e financiamentos (INB) foi evidenciado, mas não sofreu alterações.

- (a) montante das transações;
 (b) montante dos saldos existentes, incluindo compromissos, e;
 (i) seus prazos e condições, incluindo eventuais garantias, e a natureza da contrapartida a ser utilizada na liquidação; e
 (ii) detalhes de quaisquer garantias dadas ou recebidas;
 (c) provisão para créditos de liquidação duvidosa relacionada com o montante dos saldos existentes; e
 (d) despesa reconhecida durante o período relacionada a dívidas incobráveis ou de liquidação duvidosa de partes relacionadas.

	Tesouro Nacional	Marinha do Brasil - CTMSP	INB	NUCLEOS	TOTAL
Dezembro 2022	234.760	(32.323)	33.017	(247.149)	(11.695)
Ativo					
Direitos a Receber	(209.696)				(209.696)
Passivo					
Obrigações a Pagar/ Realizar		(2.393)	(33.017)	245	(35.165)
Dezembro 2023	25.064	(29.930)	-	(246.904)	(251.770)

Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

a) Controladora da NUCLEP conforme nota 25.1.

SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

a) Garantias concedidas: pelo Departamento de Coordenação e Controle das Empresas Estatais - DEST, atual Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais - SEST e que teve como consequência a constituição de um passivo orçamentário por parte do Tesouro Nacional, a NUCLEP e o NUCLEOS, firmaram em 2007, um Termo de Transição que viabiliza a amortização da dívida a ser paga em 360 meses (até outubro 2039). Desta forma e considerando a documentação mencionada acima, acrescida da Portaria nº. 1, de 11 de janeiro de 2010, editada pelo então Ministério do Planejamento, segurando o qual empresas como a NUCLEP, que fazem parte do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social da União, tem direito a receber do Tesouro Nacional recursos financeiros para pagamentos das dívidas judicializadas, a NUCLEP constituiu contas a receber da Secretaria do Tesouro Nacional. O impacto na STN alcançará cinco Planos Plurianuais - PPA, visto que a amortização da dívida se encerra até 2039, conforme nota 09.

MARINHA DO BRASIL

a) Gerador e Vasos: Fabricação de 2 geradores de vapor (GV) para propulsão naval. Contrato nº 42000/2013-011 (em andamento):
 Valor Global: R\$ 17.630.068,43
 Valor Faturado: R\$ 5.390.618,43
 Receita Reconhecida: R\$ 4.784.144,45

b) Fabricação de vaso de pressão do reator (VPR) acessórios, sobressalentes, dispositivos e ferramentas especiais. Contrato nº 42000/2013-010 (em andamento):
 Valor Global: R\$ 14.336.471,96
 Valor Faturado: R\$ 5.163.491,34
 Receita Reconhecida: R\$ 5.163.491,34

c) Conclusão da fabricação, montagem e fornecimento do vaso e estruturas internas da contenção e a fabricação do tanque de blindagem primária, incluindo seu tanque de expansão e os seus trocadores de calor do LABGENE (Laboratório de Geração de Energia Nucleoelétrica), conforme Especificação de Compra no R11.01-1400-AC-0017 rev.3, proposta Técnico-Comercial nº 089/19 rev. 1, seus anexos e demais elementos técnicos anexos.
 Contrato nº 11/2019 (em andamento):
 Valor Global: R\$ 62.267.902,98
 Valor Faturado: R\$ 39.381.650,73
 Receita Reconhecida: R\$ 32.822.657,02

INDÚSTRIA NUCLEARES DO BRASIL - INB

Empréstimos e Financiamentos: Conforme apresentado na nota 22, corresponde a empréstimo concedido pela INB à NUCLEP em 09 de dezembro de 1992, baixado neste exercício.

CARLOS HENRIQUE SILVA SEIXAS
 Presidente
 CPF 507.580.717-87
NICOLA MITRO NETO
 Diretor Comercial
 CPF 14.124.308.58
GENILDO RODRIGUES DE ARAÚJO
 Gerente Geral de Planejamento e Finanças
 CPF 491.885.187-87

OSCAR MOREIRA DA SILVA FILHO
 Diretor Administrativo
 CPF 730.465.237-34
SERGIO AUGUSTO ALVES FERNANDES
 Diretor Industrial
 CPF 025.853.137-19
FRANCISCO DE SOUSA VIANA
 Gerente de Contabilidade - CRC-RJ 093.702/0-1
 CPF 024.999.427-54

NUCLEOS

a) **Dívida Consolidada:** A NUCLEP e o NUCLEOS firmaram em 21/11/2007 Termo de Transação conforme processo nº 2002.001.153437-3, junto à 30ª Vara Cível do Rio de Janeiro, conforme mencionado na nota 23.

35. REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES E EMPREGADOS

	Diretoria Executiva	Conselho de Administração	Conselho Fiscal	Comitê de Auditoria	Empregados
Remuneração Média Mensal	35.427,04	3.837,93	3.837,93	4.162,80	17.725,28
Maior Remuneração	35.427,04	3.837,93	3.837,93	4.162,80	41.650,92
Menor Remuneração	35.427,04	3.837,93	3.837,93	4.162,80	4.210,52
Maior Remuneração (Não Encargos)					41.650,92
Menor Remuneração (Não Encargos)					4.210,52
Remuneração Média Mensal (Não Encargos)					17.725,28
Quantidade de contratados até 31/12/2023					19

Benefícios Concedidos

Assistência Médica	16.634.330,77
Alimentação	6.915.035,14
Cesta Básica	-
Auxílio creche	860.601,00
Auxílio Transporte	12.552.567,12
Previdência Complementar Patronal	10.112.800,59
	47.075.334,62

36. ANÁLISE ENTRE CONTABILIDADE DE ACORDO COM A LEI 6.404/76 E A LEI 4.320/64

Após análise das conciliações entre a contabilidade feita de acordo com a Lei 6.404/76 e aquela promovida conforme a Lei 4.320/64, a NUCLEP apresenta o Balanço Patrimonial emitido pelo SIAFI WEB para evidenciar a ocorrência de divergência entre a lei societária e a pública.

36.1 Ativo Circulante

	ATIVO	
	2023	2022
ATIVO CIRCULANTE	223.907,92	219.689,48
Caixa e Equivalentes de Caixa	34.838,20	42.460,98
Créditos a Curto Prazo	94.373,51	67.291,24
Cientes	33.882,41	29.611,61
Demais Créditos e Valores	87.238,83	64.584,02
(-) Ajustes para Perdas em Créditos a Curto Prazo	(26.747,72)	(26.904,39)
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo	-	-
Estoques	94.696,21	109.937,26
Ativos Não Circulantes Mantidos para Venda	-	-
VPDs Pagas Antecipadamente	-	-
	<i>Nenhuma divergência entre as Leis 4.604/76 e suas alterações e a Lei 4.320/64.</i>	

36.2 Ativo Não Circulante

ATIVO NÃO CIRCULANTE	2023	2022
ATIVO NÃO CIRCULANTE	330.220,87	330.220,87
Ativo Realizável a Longo Prazo	33.112,75	33.112,75
Créditos a Longo Prazo	33.112,75	33.112,75
Demais Créditos e Valores	166,96	166,96
Investimentos	166,96	166,96
Participações Permanentes	166,96	166,96
Participações Avaliadas pelo Método de Custo	166,96	166,96
Imobilizado	295.439,53	295.439,53
Bens Móveis	81.427,08	81.427,08
Bens Móveis	194.583,43	194.583,43
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. de Bens Móveis	(111.220,63)	(111.220,63)
(-) Redução do Valor Recuperável de Bens Móveis	(1.935,72)	(1.935,72)
Bens Imóveis	214.012,45	214.012,45
Bens Imóveis	251.960,77	251.960,77
(-) Depr./Amortização/Exaustão Acum. de Bens Imóveis	(37.830,90)	(37.830,90)
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Imóveis	(117,41)	(117,41)
Intangível	1.501,64	1.501,64
Softwares	159,24	159,24
Softwares	308,22	308,22
(-) Amortização Acumulada de Softwares	(148,98)	(148,98)
(-) Redução ao Valor Recuperável de Softwares	-	-
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	1.342,40	1.342,40
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	1.342,40	1.342,40
	<i>Nenhuma divergência entre as Leis 4.604/76 e suas alterações e a Lei 4.320/64.</i>	

36.3. Passivo Circulante

	PASSIVO	
	2023	2022
PASSIVO CIRCULANTE	140.386,96	152.435,09
Obrigações Trab., Prev. e Assist. a Pagar a Curto Prazo	90.511,22	61.194,03
Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo	-	-
Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	2.423,84	2.990,18
Obrigações Fiscais a Curto Prazo	-	603,11
Transferências Fiscais a Curto Prazo	-	-
Provisões a Curto Prazo	-	-
Demais Obrigações a Curto Prazo	47.451,90	87.647,77
	<i>A divergência de R\$ 21.019 mil encontrada ocorreu pela baixa da provisão de 13º Salários e seus respectivos encargos como ajuste de exercícios anteriores ocorridos em Janeiro/2024.</i>	

36.4 Passivo Não Circulante e Patrimônio Líquido

	2023	2022
PASSIVO NÃO CIRCULANTE	313.629,76	405.023,12
Obrigações Trab., Prev. e Assist. a Pagar a Longo Prazo	220.807,24	223.215,63
Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo	-	33.017,31
Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo	-	-
Obrigações Fiscais a Longo Prazo	-	-
Transferências Fiscais a Longo Prazo	-	-
Provisões a Longo Prazo	17.929,00	43.591,22
Demais Obrigações a Longo Prazo	74.893,53	105.198,96
TOTAL DO PASSIVO EXIGÍVEL	454.016,72	557.458,21

PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	2023	2022
Patrimônio Social e Capital Social	63.113,79	61.210,00
Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital (AFAC)	32.824,63	1.903,79
Reservas de Capital	-	-
Ajustes de Avaliação Patrimonial	174.290,80	175.615,00
Reservas de Lucros	-	-
Demais Reservas	15.736,49	16.967,77
Resultados Acumulados	(185.853,63)	(58.900,15)
Resultado do Exercício	(128.184,77)	106,49
Resultados de Exercícios Anteriores	(57.668,87)	(59.006,64)
(-) Ações/Cotas em Tesouraria	-	-
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	100.112,08	196.796,41
	<i>A divergência de R\$ 21.019 mil impactou no resultado positivamente pela desincorporação de passivo trabalhistas reduzindo o prejuízo do exercício.</i>	

37. CONTINUIDADE OPERACIONAL DA



MINISTÉRIO DE
MINAS E ENERGIA



RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Administradores da
NUCLEBRAS EQUIPAMENTOS PESADOS S/A - NUCLEP
CNPJ N° 42.515.882/0001-78
Itaguaí (RJ)

OPINIÃO
Examinamos as demonstrações contábeis da **NUCLEBRAS EQUIPAMENTOS PESADOS S/A - NUCLEP** que compreendem o balanço patrimonial, em 31 de dezembro de 2023, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **NUCLEBRAS EQUIPAMENTOS PESADOS S/A - NUCLEP**, em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

BASE PARA OPINIÃO
Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à **NUCLEBRAS EQUIPAMENTOS PESADOS S/A - NUCLEP**, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

OUTRAS INFORMAÇÕES QUE ACOMPANHAM AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E O RELATÓRIO DO AUDITOR
A administração da companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de deler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração somos requeridos a comunicar esse fato.

PRINCIPAIS ASSUNTOS DE AUDITORIA
Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Determinamos que os assuntos descritos abaixo são os principais assuntos de auditoria a serem comunicados em nosso relatório.

• A companhia vem trabalhando nos seus custos de produção, mas apesar dessa atitude, continua assumindo valor muito alto de ineficiência dentro de custos administrativos.

• O terreno onde se encontram as instalações da **NUCLEP** está registrado tanto na contabilidade da **NUCLEP** quanto da **INB**, criando uma duplicação de registro no SIAFI. Existe um documento sob o registro nº 371/2021, o qual contempla a reabertura do processo que visa a regularização do bem imóvel objeto da duplicidade de registros, abrangendo os representantes das empresas **NUCLEP**, **INB**, **CNEM** e **MCTIC**.

RESPONSABILIDADE DA ADMINISTRAÇÃO E DA GOVERNANÇA PELAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a **NUCLEBRAS EQUIPAMENTOS PESADOS S/A - NUCLEP** continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a **NUCLEBRAS EQUIPAMENTOS PESADOS S/A - NUCLEP** ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da **NUCLEBRAS EQUIPAMENTOS PESADOS S/A - NUCLEP** são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

RESPONSABILIDADE DO AUDITOR PELA AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes.

As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantivemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

• Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

• Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da **NUCLEBRAS EQUIPAMENTOS PESADOS S/A - NUCLEP**.

• Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

• Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da **NUCLEBRAS EQUIPAMENTOS PESADOS S/A - NUCLEP**.

Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a **NUCLEBRAS EQUIPAMENTOS PESADOS S/A - NUCLEP** a não mais se manter em continuidade operacional.

Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria.

Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deva ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

OUTROS ASSUNTOS
As Demonstrações Contábeis do exercício encerrado em 31/12/2022 foram auditadas por outra firma que emitiu Relatório em 10/02/2023, sem ressalva. Ribeirão Preto (SP), 25 de fevereiro de 2024.

CONAUD - Auditores Independentes S.S
CRC-2SP 022311/O-8 CVM - 1030-8
Luiz Cláudio Gaona Granados
Contador - CRC 1SP118402/O-3

PARECER DO CONSELHO FISCAL SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO EXERCÍCIO DE 2023

O Conselho Fiscal da **NUCLEBRAS EQUIPAMENTOS PESADOS S/A - NUCLEP**, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Estatuto Social da Companhia, em cumprimento ao disposto no art. 163, incisos II e VII da Lei nº 6.404/76, e no inciso II do art. 11 do Regimento do Conselho Fiscal, apresenta ao Acionista Controlador:

PARECER DO CONSELHO FISCAL SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO EXERCÍCIO DE 2023.
O Conselho Fiscal da **NUCLEBRAS EQUIPAMENTOS PESADOS S/A - NUCLEP** procedeu ao exame do Relatório da Administração e das Demonstrações Financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, compreendendo o Balanço Patrimonial, a Demonstração do Resultado do Exercício, a Demonstração dos Fluxos de Caixa, a Demonstração do Resultado Abrangente, a Demonstração do Valor Adicionado, a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido e as Notas Explicativas da Administração relativas às demonstrações financeiras, como também do Parecer da Auditoria Interna, do Parecer do Comitê de Auditoria e do Relatório dos Auditores Independentes – **CONAUD** Auditores Independentes.

Todos os documentos supramencionados foram aprovados pela Diretoria Executiva na 752ª Reunião, realizada no dia 16.02.2024, e pelo Conselho de Administração, em sua 178ª Reunião, realizada no dia 29.02.2024, o qual se manifestou favoravelmente à aprovação, desde que procedidos os ajustes sugeridos pelo Conselho Fiscal.

Cumprido salientar que, a pedido do Conselho Fiscal, a Gerência-Geral de Planejamento e Finanças da **NUCLEP** elaborou um Plano de Ação com vistas a endereçar as recomendações da Coordenação-Geral de Participações Societárias contidas no item 53 do Parecer SEI nº 823/2023/MF. Esse Plano foi assinado em 28 de novembro de 2023, conforme anexo, e apreciado pelo Conselho de Administração em sua 176ª Reunião, realizada em 19 de dezembro de 2023.

Os ajustes sugeridos pelo Conselho Fiscal e acatados pelo Conselho de Administração foram os seguintes: correções redacionais nas notas explicativas, bem como complementação de conteúdo nas notas 9, 13, 15, 23, 24.2, que

COMITÊ DE AUDITORIA ESTATUTÁRIO

O Comitê de Auditoria Estatutário da **Nuclebras Equipamentos Pesados S/A - NUCLEP**, na 178ª Reunião Ordinária do Conselho de Administração, a ser realizada em 29 de fevereiro de 2024, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Estatuto Social da Companhia, apresenta aos Conselheiros de Administração da **NUCLEP**.

PARECER DO COMITÊ DE AUDITORIA ESTATUTÁRIO SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO EXERCÍCIO DE 2023: O Comitê de Auditoria Estatutário - **COAUD** supervisionou e acompanhou a elaboração das Demonstrações Financeiras da Companhia referentes ao exercício de 2023, compreendendo o Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado, Demonstração do Resultado Abrangente, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, Demonstração dos Fluxos de Caixa, Demonstração do Valor Adicionado, as Notas Explicativas da Administração às demonstrações financeiras, o Parecer da Auditoria Interna.

Com relação ao Relatório de revisão das demonstrações contábeis finais dos auditores independentes (AI)-**CONAUD** Auditores Independentes, não foi procedida a análise requerida, uma vez que os AI optaram por aguardar, para

tratar, respectivamente, de Contas a Receber, Imobilizado, Subvenções para Investimentos, Previdência Privada – **NUCLEOS** e Passivos Contingentes. A complementação solicitada visou evidenciar, nas referidas notas, as providências tomadas em decorrência do Plano de Ação supramencionado. Ademais, o CF recomendou algumas adequações no Relatório de Administração e no Relatório Integrado, de modo que as correções requeridas nas notas explicativas fossem devidamente refletidas nesses documentos, que, na visão do CF, devem elucidar as razões que levaram à empresa ao resultado aferido em 2023 (o qual não decorre somente do atendimento às recomendações contidas no Parecer SEI nº 823/2023/MF).

No que diz respeito ao Imobilizado, vale ressaltar que, por intermédio do Ofício CF-001/2024, de 9 de janeiro de 2024, em anexo, este Conselho solicitou ao Ministério de Minas e Energia informações sobre o andamento do processo referente à regularização do Terreno (que tramita naquela Pasta sob o nº SEI 48340.000188/2021-02, mas sem avanço desde o dia 7/2/2022, quando o então Ministério da Economia, por meio do Ofício SEI nº 34117/2022/ME, encaminhou ao MME manifestação da STN e da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional sobre o tema).

Após análise, debates e esclarecimentos dos questionamentos formulados, o Conselho Fiscal concluiu que, depois de realizadas as correções, complementações e ajustes apontados, todos os fatos relevantes conhecidos até a data deste parecer sobre o exercício de 2023 estarão adequadamente refletidos no Relatório da Administração e nas Demonstrações Financeiras, documentos que poderão, finalmente, ser submetidos à apreciação na Assembleia Geral Ordinária.

Rio de Janeiro, 01 de março de 2024.

Isabel Terra Siebra de Sousa - Presidente

Brenno Leopoldo Cavalcante de Paula - Conselheiro; Hemeline Lúcia Camata Soares - Conselheira

prontificação do seu parecer, o laudo correspondente ao cálculo atuarial relativo ao plano de previdência privada do **NUCLEOS INSTITUTO DE SEGURIDADE SOCIAL** e o laudo relativo ao "inventário físico de bens móveis e imóveis e avaliação patrimonial com fundamentação técnica para a determinação do valor recuperável de ativos (teste de impairment)". Tão logo o parecer dos AI seja encaminhado, o **COAUD** fará a sua pertinente avaliação.

Após debates e esclarecimentos das dúvidas formuladas ao Gerente de Contabilidade, o **COAUD** concluiu que todos os fatos relevantes, conhecidos até a data deste relatório sobre o exercício de 2023, estão adequadamente divulgados nas Demonstrações Financeiras, as quais estão aptas para serem submetidas à apreciação e aprovação pelo Conselho de Administração.

Rio de Janeiro, 19 de fevereiro de 2024

Luciano Campos Frade
Presidente

Luís Odair A. G. Raymundo
Membro

Francisco Clerton R. Barreto
Membro

BALANÇO SOCIAL - INFORMAÇÕES DE NATUREZA SOCIAL E AMBIENTAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 (Em Milhares de Reais)

1 - GERAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE RIQUEZA - DVA	2023		2022	
	R\$ Mil	Distrib %	R\$ Mil	Distrib %
Empregados	289.835	146,3%	219.428	94,4%
Governo	8.510	4,3%	4.469	1,9%
Financiadores	6.915	3,5%	8.352	3,6%
Acionistas	(107.165)	(54,1%)	106	0,0%
Total	198.095	100,0%	232.355	100,0%
2 - BASE DE CÁLCULO DOS INDICADORES	2023		2022	
	R\$ Mil	R\$ Mil	R\$ Mil	R\$ Mil
Receita Líquida (RL)	392.313	374.614		
Resultado Líquido do Exercício (RLE)	(107.165)	106		
Folha de Pagamento Bruta (FPB) (Remuneração + Encargos)	262.661	217.718		
Apropriação em Custos dos Produtos Vendidos	(36.139)	(32.985)		
Apropriação em Estoques de Produtos em Processo	(25.642)	(15.400)		
Folha de Pagamento Líquida (FPL) (Remuneração + Encargos)	200.880	169.333		
3 - RECURSOS HUMANOS	2023		2022	
3.1 - REMUNERAÇÃO BRUTA	R\$ Mil	% sobre RH	R\$ Mil	% sobre RH
Empregados	176.106	53,1%	184.527	58,8%
Administradores	1.973	0,6%	2.007	0,6%
Total	178.079	53,7%	186.534	59,4%
3.2 - ENCARGOS SOCIAIS	R\$ Mil	% sobre RH	R\$ Mil	% sobre RH
Total	76.189	23,0%	63.002	20,1%
3.3 - BENEFÍCIOS CONCEDIDOS	R\$ Mil	% sobre RH	R\$ Mil	% sobre RH
Alimentação	6.464	1,9%	3.322	1,1%
Transporte	11.936	3,6%	10.098	3,2%
Previdência Privada	34.781	10,5%	32.894	10,5%
Assistência Médica e Odontológica	16.634	5,0%	14.504	4,6%
Segurança e Medicina do Trabalho	4.378	1,3%	553	0,2%
Capacitação e Desenvolvimento Profissional	1.129	0,3%	796	0,3%
Seguro de Vida em Grupo e Outros	2.010	0,6%	2.300	0,7%
Total	77.331	23,3%	64.467	20,5%
Total de Recursos Humanos	331.599	100,0%	314.003	100,0%
3.3.1 RELAÇÃO ENTRE A MAIOR E A MENOR REMUNERAÇÃO	R\$ Mil		R\$ Mil	
	Mayor	Menor	Mayor	Menor
Empregados	41,6	4,2	39,3	2,4
Administradores	35,4	3,8	32,5	3,5
3.4 - COMPOSIÇÃO DO CORPO FUNCIONAL	2023		2022	
Total de empregados ao final do exercício	738		744	
Total de admissões durante o exercício	20		19	
Total de demissões durante o exercício	26		37	
Total de estagiários ao final do exercício	65		61	
Total de prestadores de serviço terceirizados ao final do exercício	-		-	
Total de empregados com necessidades especiais ao final do exerc.	4		4	
Total de negros que trabalham na Empresa	340		342	
Percentual de cargos de chefia ocupados por negros	35,48%		32,93%	
Total de empregados por sexo:				
. Feminino	163		163	
. Masculino	575		581	
Percentual de ocupantes de cargos de chefia por sexo:				
. Feminino	29,03%		29,3%	
. Masculino	70,97%		70,7%	
Total de empregados por faixa etária:				
. menores de 18 anos	-		-	

. de 18 a 35 anos	163	195
. de 36 a 45 anos	322	315
. de 46 a 60 anos	210	190
. acima de 60 anos	43	44

Total de empregados por nível de escolaridade:		
. analfabetos	-	-
. com ensino fundamental	64	65
. com ensino médio	391	321
. com ensino técnico	4	83
. com ensino superior	220	203
. com pós graduação	23	72
. com mestrado	32	-
. com doutorado	4	-

Total de empregados admitidos por nível de escolaridade:		
. com ensino fundamental	237	
. com ensino médio	171	
. com ensino técnico	161	
. com ensino superior	169	

3.5 AÇÕES TRABALHISTAS MOVIDAS CONTRA A EMPRESA	2023	2022
Número de processos trabalhistas movidos contra a empresa (un)	17	56
Número de processos trabalhistas julgados procedentes (un)	13	38
Número de processos trabalhistas julgados improcedentes (un)	9	16
Valor total de indenizações e multas pagas por determinação judicial (R\$ Mil)	9.053	5.095

4 - INTERAÇÃO DA ENTIDADE COM O AMBIENTE EXTERNO	2023	2022
4.1 - RELACIONADOS COM A COMUNIDADE	R\$ MIL	R\$ MIL

Total de investimentos/gastos em:		
Educação	44	31
Transporte	469	394
Alimentação	254	129
Total relacionamento com a comunidade	767	554

4.2 - INTERAÇÃO COM OS CLIENTES

Número de reclamações recebidas diretamente na empresa	-	-
Número de reclamações recebidas por meio dos órgãos de proteção e defesa do consumidor	-	-
Número de reclamações recebidas por meio da justiça	-	-
Número de reclamações atendidas em cada instância arrolada	-	-
Montante de multas e indenizações pagas a clientes	-	-
Ações empreendidas pela entidade para sanar ou minimizar as causas das reclamações	-	-

4.3 - INTERAÇÃO COM OS FORNECEDORES

Como critério de responsabilidade social na seleção dos fornecedores, são exigidos os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela Empresa	SIM	SIM
--	-----	-----

5 - INTERAÇÃO COM O MEIO AMBIENTE	R\$ MIL	% sobre RLE	% sobre RL	R\$ MIL	% sobre RLE	% sobre RL
Investimentos e gastos relacionados com manutenção nos processos operacionais para a melhoria do meio ambiente	310	-0,3%	0,1%	645	608,5%	0,2%
Investimentos e gastos com a preservação e/ou recuperação de ambientes degradados	650	-0,6%	0,2%	1.358	1281,1%	0,4%
Investimentos e gastos com a educação para empregados, e administradores da entidade	380	-0,4%	0,1%	796	750,9%	0,2%
Passivos Contingenciais	-	0,0%	0,0%	-	0,0%	0,0%
Total da interação com o meio ambiente	1.340	-1,3%	0,3%	2.799	2640,6%	0,7%

CARLOS HENRIQUE SILVA SEIXAS
Presidente
CPF 507.580.717-87

SERGIO AUGUSTO ALVES FERNANDES
Diretor Industrial
CPF 025.853.137-19

OSCAR MOREIRA DA SILVA FILHO
Diretor Administrativo
CPF 730.465.237-34

GENILDO RODRIGUES DE ARAÚJO
Gerente Geral de Planejamento e Finanças
CPF 491.885.187-87

NICOLA MITRO NETO
Diretor Comercial
CPF 141.248.308-58

FRANCISCO DE SOUSA VIANA
Gerente de Contabilidade - CRC-RJ 093.702/O-1
CPF 024.999.427-54



CNPJ Nº 42.815.882/0001-78 S.A.

MINISTÉRIO DE
MINAS E ENERGIA



UNIÃO E RECONSTRUÇÃO

RELATÓRIO DE ASSEGURAÇÃO LIMITADA DOS AUDITORES INDEPENDENTES RELACIONADO COM INFORMAÇÕES SOBRE SUSTENTABILIDADE E RESPONSABILIDADE SOCIAL

Ao Conselho de Administração e Acionistas da
NUCLEBRÁS EQUIPAMENTOS PESADOS S/A - NUCLEP
Itaguaí - RJ

Introdução

Fomos contratados pela Nuclebrás Equipamentos Pesados S/A - NUCLEP para apresentar nosso relatório de asseguarção limitada sobre a compilação das informações socioambientais constantes no Balanço Social da Nuclebrás Equipamentos Pesados S/A - NUCLEP, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

Responsabilidades da administração da Companhia

A administração da Nuclebrás Equipamentos Pesados S/A - NUCLEP é responsável pela elaboração e apresentação de forma adequada das informações socioambientais constantes no Balanço Social de acordo com os critérios do *Global Reporting Initiative (GRI-G3.1)* e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas informações livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é expressar conclusão sobre as informações socioambientais constantes no Balanço Social, com base no trabalho de asseguarção limitada conduzido de acordo com o Comunicado Técnico CTO 01/12, aprovado pelo Conselho Federal de Contabilidade e elaborado tomando por base a NBC TO 3000- Trabalhos de Asseguarção Diferente de Auditoria e Revisão, emitida pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), que é equivalente à norma internacional ISAE 3000, emitida pela Federação Internacional de Contadores, aplicáveis às informações não históricas. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas, incluindo requisitos de independência e que o trabalho seja executado com o objetivo de obter segurança limitada de que as informações socioambientais constantes no Balanço Social, tomadas em conjunto, estão livres de distorções relevantes.

Um trabalho de asseguarção limitada conduzido de acordo com a NBC TO 3000 (ISAE 3000) consiste principalmente de indagações à administração da Companhia e outros profissionais da Companhia que estão envolvidos na elaboração das informações socioambientais constantes no Balanço Social, assim como pela aplicação de procedimentos analíticos para obter evidência que nos possibilite concluir na forma de asseguarção limitada sobre as informações tomadas em conjunto.

Um trabalho de asseguarção limitada requer, também, a execução de procedimentos adicionais, quando o auditor independente toma conhecimento de assuntos que o leve a acreditar que as informações socioambientais constantes no Balanço Social, tomadas em conjunto, podem apresentar distorções relevantes.

Os procedimentos selecionados basearam-se na nossa compreensão dos aspectos relativos à compilação e apresentação das informações socioambientais constantes no Balanço Social e de outras circunstâncias do trabalho e da nossa consideração sobre áreas onde distorções relevantes poderiam existir. Os procedimentos compreenderam:

(a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância, o volume de informações quantitativas e qualitativas e os sistemas operacionais e de controles internos que serviram de base para a elaboração das informações socioambientais constantes no Balanço Social da NUCLEP;

(b) o entendimento da metodologia de cálculos e dos procedimentos para a compilação dos indicadores por meio de entrevistas com os gestores responsáveis pela elaboração das informações;

(c) a aplicação de procedimentos analíticos sobre as informações quantitativas e indagações sobre as informações qualitativas e sua correlação com os indicadores divulgados nas informações socioambientais constantes no Balanço Social; e

(d) o confronto dos indicadores de natureza financeira com as demonstrações contábeis e/ou registros contábeis.

Os trabalhos de asseguarção limitada compreenderam, também, a aderência às diretrizes e critérios da estrutura de elaboração do *Global Reporting Initiative (GRI- G3.1)* aplicável na elaboração das informações socioambientais constantes no Balanço Social.

Acreditamos que a evidência obtida em nosso trabalho é suficiente e apropriada para fundamentar nossa conclusão na forma limitada.

Alcance e limitações

Os procedimentos aplicados no trabalho de asseguarção limitada são substancialmente menos extensos do que aqueles aplicados no trabalho de asseguarção que tem por objetivo emitir uma opinião sobre as informações socioambientais constantes no Balanço Social. Consequentemente, não nos possibilitam obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos que seriam identificados em trabalho de asseguarção que tem por objetivo emitir uma opinião. Caso tivéssemos executado um trabalho com objetivo de emitir uma opinião, poderíamos ter identificado outros assuntos e eventuais distorções que podem existir nas informações socioambientais constantes no Balanço Social. Dessa forma, não expressamos uma opinião sobre essas informações.

Os dados não financeiros estão sujeitos a mais limitações inerentes do que os dados financeiros, dada a natureza e a diversidade dos métodos utilizados para determinar, calcular ou estimar esses dados. Interpretações qualitativas de materialidade, relevância e precisão dos dados estão sujeitos a pressupostos individuais e a julgamentos.

Adicionalmente, não realizamos qualquer trabalho em dados informados para os períodos anteriores, nem em relação a projeções futuras e metas.

Conclusão

Com base nos procedimentos realizados, descritos neste relatório, nada chegou ao nosso conhecimento que nos leve a acreditar que as informações socioambientais constantes no Balanço Social não foram compiladas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as diretrizes do *Global Reporting Initiative (GRI-G3.1)*.

Ribeirão Preto (SP), 25 de fevereiro de 2024.

CONAUD - Auditores Independentes S.S

CRC-2SP 022311/O-8 CVM - 1030-8

Luiz Cláudio Gaona Granados

Contador - CRC 1SP118402/O-3

ACESSO À JUSTIÇA

Rio abre nesta semana centro integrado de atendimento a pessoas em situação de rua

Agência Brasil



O centro fica na Rua Senador Pompeu, junto à Central do Brasil. A prestação de serviços será de segunda a sexta-feira, das 11h às 17h. O objetivo é solucionar de forma eficaz grande parte das inúmeras dificuldades enfrentadas pela população em situação de rua.

Entra em funcionamento nesta semana, no Rio de Janeiro, o Centro de Atendimento Integrado às Pessoas em Situação de Rua, que reúne, em um só local, serviços prestados por órgãos federais, estaduais e municipais. O atendimento tem foco no acesso à Justiça e na expedição permanente de documentos.

O centro fica na Rua Senador Pompeu, junto à Central do Brasil. A prestação de serviços será de segunda a sexta-feira, das 11h às 17h. O obje-

tivo é solucionar de forma eficaz grande parte das inúmeras dificuldades enfrentadas pela população em situação de rua.

“O projeto resgata a esperança, a dignidade e a cidadania das pessoas, fazendo com que sejam de fato cumpridos os direitos fundamentais previstos na Constituição Federal. Ter facilitado seu acesso à Justiça, sentir que o Estado também a acolhe, é fundamental para que a pessoa em situação de rua seja reinserida na sociedade e possa escrever

uma nova história de vida”, diz o presidente do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro (TJR), desembargador Ricardo Car-doço.

O espaço, de 300 metros quadrados, propiciará atendimento prioritário, desburocratizado e humanizado, com equipe especializada e multidisciplinar, com capacitação para atuação na garantia dos direitos humanos das pessoas em situação de rua.

Terão atuação garantida

no local os tribunais de Justiça do Rio, Regional Federal da 2ª Região (TRF2), Regional do Trabalho (TRT) da 1ª Região, além do Ministério do Trabalho. Também estarão em ação o Ministério Público do Trabalho, o Tribunal Regional Eleitoral (TRE), o governo estadual e a prefeitura do Rio, os ministérios público estadual e Federal, as defensorias públicas da União e do Estado, o Detran, bem como o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), a Receita Federal, o Comando

Militar do Leste, a Associação de Registradores de Pessoas Naturais, a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e a Fundação Leão XIII.

A coordenação do projeto está a cargo dos desembargadores Renata Cotta, Renata Fadel e Vitor Marcelo Rodrigues, da Comissão de Articulação de Programas Sociais do TJRJ. Segundo os magistrados, a Central do Brasil foi escolhida porque, pelo Censo de 2022, é a área que tem maior número de pessoas

em situação de rua na cidade. Somente o município do Rio tem cerca de 8 mil pessoas nessa condição. Além disso, o local é próximo do restaurante popular e de um hotel também popular a ser inaugurado na região. O imóvel foi disponibilizado pelo governo do estado.

Ainda de acordo com a comissão, a intenção é levar a iniciativa a Niterói e à Baixada Fluminense até o fim do ano, dando continuidade à facilitação do acesso à Justiça.

SANESALTO SANEAMENTO S.A.

C.N.P.J. 02.724.983/0001-34

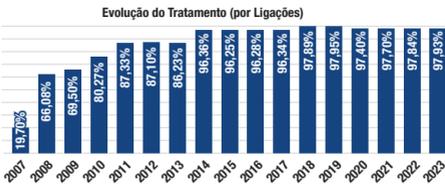
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

Prezados(as) Senhores(as) acionistas e demais interessados:
A Sanesalto Saneamento S.A. ("Companhia") é uma sociedade anônima de capital aberto, detentora do Contrato de Concessão de Tratamento de Esgoto da cidade de Salto - SP.
A Companhia, vencedora do processo licitatório, além de construir e operar o sistema de tratamento de esgoto do município, realiza toda a gestão do sistema comercial e atendimento ao cliente do serviço de água e esgoto, tratando 98% do esgoto coletado no município. Além do investimento na estação de tratamento, a Sanesalto realizou todo o investimento em interceptores e estações elevatórias para coletar e transportar o esgoto para tratamento.
O Rio Tietê, verdadeiro patrimônio natural e cultural dos brasileiros, nasce limpo e cristalino no município de Salinópolis, Estado de São Paulo, e passa por Salto como médio Tietê.
Em seu percurso de 1.010 km até o Rio Paraná, na divisa com Mato Grosso do Sul, o Tietê percorre diversas cidades, servindo muitas vezes como um verdadeiro depósito de lixo e de efluentes: somados, o rio e seus afluentes recebem 3 bilhões de litros de esgoto por dia.
A Sanesalto investiu em uma infraestrutura de saneamento básico que respeita as águas do Rio Tietê e de seu afluente, o Rio Jurandir. Agora, ao passar por Salto, o Tietê recebe somente esgoto tratado, representando um exemplo a ser seguido por outros municípios.



Entre os anos de 2004 e 2007, a Sanesalto implantou o sistema de tratamento de esgoto e iniciou os serviços com cobertura de 60% do Município. Entre 2007 e 2018, a Companhia expandiu os serviços até completar cobertura de tratamento na totalidade das bacias previstas em contrato.



Premiações

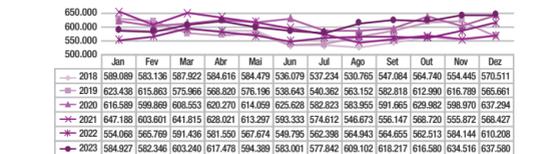
Em 2018, fruto das boas práticas operacionais da Companhia e como reconhecimento à evolução do tratamento de esgoto do Município de Salto, a Sanesalto recebeu o Prêmio Nacional de Qualidade em Saneamento (PNQS) 2018, outorgado pela Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental (ABES). O Prêmio é considerado o mais importante do setor na América Latina e avalia a implantação de boas práticas na gestão do saneamento.
Na categoria "As melhores em gestão no saneamento ambiental", com seis níveis de reconhecimento, a Sanesalto venceu nesse ano, em sua primeira participação, o nível Cobre.
No mês de março de 2023 fomos citados no ranking do Instituto Teta Brasil como sendo um município que contém um indicador acima da média no tratamento do esgoto, atualmente temos 98% do esgoto coletado e tratado. A média para as 20 cidades mais populosas do país, de acordo com o Instituto, é de 80,6%.

DESTAQUES OPERACIONAIS E FINANCEIROS

O emprego do novo sistema comercial em agosto de 2021, em conjunto com o uso do smartphone, trouxe tecnologia embarcada para evidenciar desvios de consumo e indícios de irregularidades no processo de leitura, além de fomentar a preservação e o uso consciente da água.
A Companhia observou em 2021 o crescimento do 3% em economias de esgoto, fruto da expansão no número de lotamentos e na verticalização das residências no município. O mesmo aconteceu com o encerramento do exercício findo em 31 de dezembro de 2022 encerrando em 2,82%. E para o período de 2023 findo em 31 de dezembro apresentamos um crescimento de 3,79%, conforme apresentação no gráfico abaixo:

ANO	Economias de Água		CRESCIMENTO ANUAL %
	JANEIRO	DEZEMBRO	
2018	45.150	47.225	4,60%
2019	47.225	50.183	6,28%
2020	50.183	51.899	3,42%
2021	52.026	53.459	2,75%
2022	53.672	55.085	2,63%
2023	55.237	57.257	3,66%

ANO	Economias de Esgoto		CRESCIMENTO ANUAL %
	JANEIRO	DEZEMBRO	
2018	41.203	43.098	4,60%
2019	43.098	46.568	8,05%
2020	46.568	48.368	3,87%
2021	48.491	49.990	3,09%
2022	50.191	51.605	2,82%
2023	51.758	53.720	3,79%



BALANÇO PATRIMONIAL - Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Valores expressos em milhares de Reais)

Ativo	Notas	31/12/2023		31/12/2022		Passivo e patrimônio líquido	Notas	31/12/2023		31/12/2022	
		12.569	14.271	12.569	14.271			12.569	14.271		
Circulante		15.683	14.271			Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	9	1.914	1.232			Debêntures	15	8.831	8.389		
Contas a receber de consumidores	10	6.095	5.701			Fornecedores	16	101	1.450		
Tributos a recuperar		7	9			Passivo de arrendamentos	14.b	51	84		
Créditos Tributários - Partes Relacionadas	11.1	5.763	6.869			Pessoal e encargos sociais a pagar		410	351		
Adiantamentos - Partes relacionadas	11.2	1.850	-			Encargos tributários a pagar	17	272	243		
Demais contas a receber		54	460			Imposto de renda e contribuição social a pagar	31	1.626	1.059		
Não circulante		32.108	35.295			Dividendos propostos	18	736	884		
Títulos e Valores Mobiliários	12	3.518	2.939			Dividendos a pagar	21.5	-	728		
Contribuição social diferida	31	151	469			Demais contas a pagar	19	542	1.053		
Demais contas a receber		20	1			Não circulante		24.017	29.932		
Imobilizado		45	63			Debêntures	16	20.435	28.313		
Intangível	13	28.335	31.717			Passivo de arrendamentos	14.b	-	51		
Direito de uso	14.a	39	106			Impostos e contribuições parcelados	18	352	869		
Total do ativo		47.791	49.566			Dividendos propostos	21.5	1.820	2.186		
						Impostos e contribuições diferidos	31	591	-		
						Provisões para demandas judiciais	20	819	699		
						Patrimônio líquido		11.205	5.363		
						Capital social	21.1	5.353	50		
						Reserva legal	21.2	393	10		
						Reserva de retenção de lucros	21.3	5.459	5.303		
						Total do passivo e do patrimônio líquido		47.791	49.566		

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Valores expressos em milhares de Reais)

Em 31 de dezembro de 2021	Nota	Capital social		Reservas de retenção de Lucros		Lucros e Prejuízos acumulados		Total
		50	10	3.117	3.117	-	3.177	
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	2.914	2.914	2.914
Dividendos mínimos obrigatórios	21.4	-	-	-	-	(728)	(728)	(728)
Reserva de retenção de lucros	21.3	-	-	2.186	-	(2.186)	-	-
Em 31 de dezembro de 2022		50	10	5.303	5.303	-	5.363	5.363
Aumento de capital		5.303	-	(5.303)	-	-	-	-
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	7.662	7.662	7.662
Destinação dos lucros								
Reserva legal		-	-	-	-	(383)	(383)	(383)
Dividendos mínimos obrigatórios	21.4	-	-	383	-	(1.820)	(1.820)	(1.820)
Reserva de retenção de lucros	21.3	-	-	5.459	-	(5.459)	-	-
Em 31 de dezembro de 2023		5.353	393	5.459	5.459	-	11.205	11.205

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Valores expressos em milhares de Reais)

Em 31 de dezembro de 2021	Notas	31/12/2023		31/12/2022	
		35.812	30.274	(9.469)	(8.589)
Receita líquida dos serviços prestados		35.812	30.274		
Custo dos serviços prestados	23	(9.469)	(8.589)		
Lucro bruto		26.343	21.685		
Despesas operacionais		(9.026)	(11.113)		
Despesas gerais e administrativas	24	(7.828)	(9.700)		
Despesas comerciais	25	(938)	(771)		
Outros resultados operacionais	26	(260)	(642)		
Resultado operacional antes dos efeitos financeiros		17.317	10.572		
Resultado financeiro	27	(5.630)	(6.619)		
Despesas financeiras	(6.049)	(6.981)	-		
Receitas financeiras		419	362		
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social		11.687	3.953		
Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o lucro		(4.025)	(1.039)		
Corrente	31	(3.972)	(1.593)		
Diferido	31	(53)	554		
Lucro líquido do exercício		7.662	2.914		
Lucro por ação					
Lucro básico por ação	30	3.4017	57,8852		
Lucro diluído por ação	30	3.4017	57,8852		

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Valores expressos em milhares de Reais)

Em 31 de dezembro de 2021	Notas	31/12/2023		31/12/2022	
		7.662	2.914	7.662	2.914
Lucro líquido do exercício		7.662	2.914		
Outros resultados abrangentes		-	-		
Total do resultado abrangente do exercício		7.662	2.914		

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Valores expressos em milhares de Reais)

Em 31 de dezembro de 2021	Notas	31/12/2023		31/12/2022	
		38.563	32.513	38.630	32.376
Receitas		38.563	32.513		
Receitas de prestação de serviços		38.630	32.376		
Outros resultados		2	100		
Provisão (reversão) de perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa		(69)	37		
Insumos adquiridos de terceiros		(12.183)	(14.144)		
Custos, materiais, energia, serviços e outros		(12.183)	(14.144)		
Valor adicionado bruto		26.380	18.399		
Depreciação e amortização		(3.475)	(3.477)		
Valor adicionado líquido produzido		22.905	14.892		
Valor adicionado recebido em transferência		419	362		
Receitas financeiras		419	362		
Valor adicionado total a distribuir		23.324	15.254		
Distribuição do valor adicionado		23.324	15.254		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Valores expressos em milhares de reais)

Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais	Nota	31/12/2023		31/12/2022	
		7.662	2.914	7.662	2.914
Lucro líquido do exercício		7.662	2.914		
Ajustes para reconciliar o resultado do exercício das atividades operacionais					
Depreciação e amortização sobre intangível, imobilizado e direito de uso	12 e 13.1	3.475	3.477		
Juros apropriados sobre debêntures	14.2	5.408	6.309		
Juros apropriados sobre parcelamentos	26	153	222		
Amortização do custo de captação sobre debêntures	14.2	112	112		
Juros apropriados sobre arrendamento mercantil	13.2	5	22		
Provisão (reversão) de perda estimada para créditos de liquidação duvidosa	9	69	(37)		
Impostos diferidos	30	53	(554)		
Rendimentos de títulos de dívida	26	(579)	-		
Provisão para imposto de renda e contribuição social corrente	30	3.972	-		
Provisão da provisão para contingências	19	120	699		
(Aumento) redução nos Ativos		(464)	(2.261)		
Contas a receber		(464)	(2.261)		
Demais contas a receber e adiantamentos		(1.114)	(292)		
Créditos tributários		319	(382)		
Títulos de valores mobiliários		-	131		
Aumento (redução) nos Passivos		(1.349)	(1.349)		
Fornecedores		(1.037)	1.400		
Encargos tributários a pagar		14.2	6.309		
Salários e encargos sociais a pagar		26	153		
Impostos e contribuições parcelados		(665)	(842)		
Demais contas a pagar		(438)	1.191		
Créditos Tributários - Partes Relacionadas		1.106	501		
Total		16.865	13.690		
Pagamento de juros sobre debêntures	14.2	(5.494)	(6.260)		
Pagamento de juros sobre passivos de arrendamentos	13.2	(5)	(9)		
Pagamento de principal de imposto de renda e contribuição social		(2.369)	(1.341)		
Pagamento de juros de imposto de renda e contribuição social		(33)	(30)		
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais		8.964	6.050		
Aquisição de ativo imobilizado		(10)	(32)		
Liquidação de títulos de dívidas		-	131		
Caixa líquido (aplicado nas) proveniente das atividades de investimento		(10)	99		
Terceiros					
Amortizações de principal sobre debêntures	14.2	(7.460)	(6.604)		
Pagamento dos passivos de arrendamentos		(84)	(76)		
Atividades					
Recobimento de empréstimos entre partes relacionadas		-	2.034		
Pagamento de dividendos	20.4	(728)	(1.039)		

Allpark Empreendimentos, Participações e Serviços S.A.

CNPJ: 06.537.263/0001-66 - NIRE 35.300.370.406

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS RESUMIDAS

Ativo: 1) As demonstrações contábeis apresentadas a seguir são demonstrações contábeis resumidas e não devem ser consideradas isoladamente para a tomada de decisão. O entendimento da situação financeira e patrimonial da companhia demanda a leitura das demonstrações contábeis completas auditadas, elaboradas na forma da legislação societária e da regulamentação contábil aplicável. 2) As demonstrações contábeis completas auditadas, incluindo o respectivo relatório do auditor independente, estão disponíveis nos seguintes endereços eletrônicos: <https://diariocomercial.com.br/> <https://i.estapar.com.br/> <https://sistemas.cvm.gov.br/> <https://www.b3.com.br/>

ATIVO em R\$ mil	Balancos Patrimoniais Resumidos				PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO em R\$ mil				Demonstrações dos Resultados				Demonstrações dos Fluxos de Caixa			
	Controladora		Consolidado		Controladora		Consolidado		Controladora		Consolidado		Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Caixa e equivalentes de caixa	117.555	93.847	189.524	137.413												
Contas a receber	55.409	34.681	92.712	67.600												
Impostos e contribuições a recuperar	23.367	29.209	37.868	42.044												
Partes relacionadas	4.347	6.856	1.307	4.864												
Instrumentos financeiros derivativos	805	3.566	805	3.566												
Outros créditos	10.141	10.858	16.482	19.373												
Total do ativo circulante	211.624	179.017	338.698	274.860												
Ativo Não Circulante																
Contas a receber	458	574	458	574												
Impostos e contribuições a recuperar	10.317	13.128	17.761	21.410												
Partes relacionadas	19.386	29.175	7.488	29.731												
Títulos e valores mobiliários restritos	-	-	7.231	29.511												
Outros créditos	14.150	12.628	18.087	15.672												
Investimentos	414.799	363.722	9.103	10.053												
Imobilizado	172.231	160.153	238.495	220.787												
Direito de uso	44.089	46.470	365.487	387.237												
Intangível	497.478	513.915	1.498.284	1.574.071												
Total do ativo não circulante	1.172.908	1.139.665	2.176.394	2.289.146												
Total do ativo	1.384.532	1.318.682	2.515.092	2.564.006												

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis completas.

em R\$ mil	Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido			
	Capital social	Reservas de Capital	Reservas de Ações	Prejuízos
Saldo em 31 de dezembro de 2021	614.461	750.879	17.319	(827.291)
Aumento de Capital	20.779	-	-	-
Ações em tesouraria	-	(529)	-	(529)
Bônus de subscrição por aquisição de controlada	-	31.169	-	31.169
Dividendos	-	-	-	(2.653)
Adição de não controlador em função de combinação de negócios	-	-	-	(2.653)
Lucro (prejuízo) do exercício	-	-	(160.871)	3.185
Saldo em 31 de dezembro de 2022 (reapresentado)	635.240	781.519	17.319	(988.152)
Ações em tesouraria	-	(4.691)	-	(4.691)
Programa de opções de ações perdidas/expiradas	-	(15.421)	-	15.421
Dividendos	-	-	-	(9.941)
Lucro (prejuízo) do exercício	-	-	-	(73.911)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	645.630	766.438	1.898	(1.046.652)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis completas.

em R\$ mil	Informações Gerais			
	Capital social	Reservas de Capital	Reservas de Ações	Prejuízos
Saldo em 31 de dezembro de 2021	614.461	750.879	17.319	(827.291)
Aumento de Capital	20.779	-	-	-
Ações em tesouraria	-	(529)	-	(529)
Bônus de subscrição por aquisição de controlada	-	31.169	-	31.169
Dividendos	-	-	-	(2.653)
Adição de não controlador em função de combinação de negócios	-	-	-	(2.653)
Lucro (prejuízo) do exercício	-	-	(160.871)	3.185
Saldo em 31 de dezembro de 2022 (reapresentado)	635.240	781.519	17.319	(988.152)
Ações em tesouraria	-	(4.691)	-	(4.691)
Programa de opções de ações perdidas/expiradas	-	(15.421)	-	15.421
Dividendos	-	-	-	(9.941)
Lucro (prejuízo) do exercício	-	-	-	(73.911)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	645.630	766.438	1.898	(1.046.652)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis completas.

em R\$ mil	Informações Gerais			
	Capital social	Reservas de Capital	Reservas de Ações	Prejuízos
Saldo em 31 de dezembro de 2021	614.461	750.879	17.319	(827.291)
Aumento de Capital	20.779	-	-	-
Ações em tesouraria	-	(529)	-	(529)
Bônus de subscrição por aquisição de controlada	-	31.169	-	31.169
Dividendos	-	-	-	(2.653)
Adição de não controlador em função de combinação de negócios	-	-	-	(2.653)
Lucro (prejuízo) do exercício	-	-	(160.871)	3.185
Saldo em 31 de dezembro de 2022 (reapresentado)	635.240	781.519	17.319	(988.152)
Ações em tesouraria	-	(4.691)	-	(4.691)
Programa de opções de ações perdidas/expiradas	-	(15.421)	-	15.421
Dividendos	-	-	-	(9.941)
Lucro (prejuízo) do exercício	-	-	-	(73.911)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	645.630	766.438	1.898	(1.046.652)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis completas.

em R\$ mil	Informações Gerais			
	Capital social	Reservas de Capital	Reservas de Ações	Prejuízos
Saldo em 31 de dezembro de 2021	614.461	750.879	17.319	(827.291)
Aumento de Capital	20.779	-	-	-
Ações em tesouraria	-	(529)	-	(529)
Bônus de subscrição por aquisição de controlada	-	31.169	-	31.169
Dividendos	-	-	-	(2.653)
Adição de não controlador em função de combinação de negócios	-	-	-	(2.653)
Lucro (prejuízo) do exercício	-	-	(160.871)	3.185
Saldo em 31 de dezembro de 2022 (reapresentado)	635.240	781.519	17.319	(988.152)
Ações em tesouraria	-	(4.691)	-	(4.691)
Programa de opções de ações perdidas/expiradas	-	(15.421)	-	15.421
Dividendos	-	-	-	(9.941)
Lucro (prejuízo) do exercício	-	-	-	(73.911)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	645.630	766.438	1.898	(1.046.652)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis completas.

em R\$ mil	Informações Gerais			
	Capital social	Reservas de Capital	Reservas de Ações	Prejuízos
Saldo em 31 de dezembro de 2021	614.461	750.879	17.319	(827.291)
Aumento de Capital	20.779	-	-	-
Ações em tesouraria	-	(529)	-	(529)
Bônus de subscrição por aquisição de controlada	-	31.169	-	31.169
Dividendos	-	-	-	(2.653)
Adição de não controlador em função de combinação de negócios	-	-	-	(2.653)
Lucro (prejuízo) do exercício	-	-	(160.871)	3.185
Saldo em 31 de dezembro de 2022 (reapresentado)	635.240	781.519	17.319	(988.152)
Ações em tesouraria	-	(4.691)	-	(4.691)
Programa de opções de ações perdidas/expiradas	-	(15.421)	-	15.421
Dividendos	-	-	-	(9.941)
Lucro (prejuízo) do exercício	-	-	-	(73.911)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	645.630	766.438	1.898	(1.046.652)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis completas.

em R\$ mil	Informações Gerais			
	Capital social	Reservas de Capital	Reservas de Ações	Prejuízos
Saldo em 31 de dezembro de 2021	614.461	750.879	17.319	(827.291)
Aumento de Capital	20.779	-	-	-
Ações em tesouraria	-	(529)	-	(529)
Bônus de subscrição por aquisição de controlada	-	31.169	-	31.169
Dividendos	-	-	-	(2.653)
Adição de não controlador em função de combinação de negócios	-	-	-	(2.653)
Lucro (prejuízo) do exercício	-	-	(160.871)	3.185
Saldo em 31 de dezembro de 2022 (reapresentado)	635.240	781.519	17.319	(988.152)
Ações em tesouraria	-	(4.691)	-	(4.691)
Programa de opções de ações perdidas/expiradas	-	(15.421)	-	15.421
Dividendos	-	-	-	(9.941)
Lucro (prejuízo) do exercício	-	-	-	(73.911)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	645.630	766.438	1.898	(1.046.652)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis completas.

em R\$ mil	Informações Gerais			
	Capital social	Reservas de Capital	Reservas de Ações	Prejuízos
Saldo em 31 de dezembro de 2021	614.461	750.879	17.319	(827.291)
Aumento de Capital	20.779	-	-	-
Ações em tesouraria	-	(529)	-	(529)
Bônus de subscrição por aquisição de controlada	-	31.169	-	31.169
Dividendos	-	-	-	(2.653)
Adição de não controlador em função de combinação de negócios	-	-	-	(2.653)
Lucro (prejuízo) do exercício	-	-	(160.871)	3.185
Saldo em 31 de dezembro de 2022 (reapresentado)	635.240	781.519	17.319	(988.152)
Ações em tesouraria	-	(4.691)	-	(4.691)
Programa de opções de ações perdidas/expiradas	-	(15.421)	-	15.421
Dividendos	-	-	-	(9.941)
Lucro (prejuízo) do exercício	-	-	-	(73.911)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	645.630	766.438	1.898	(1.046.652)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis completas.

em R\$ mil	Informações Gerais			
	Capital social	Reservas de Capital	Reservas de Ações	Prejuízos
Saldo em 31 de dezembro de 2021	614.461	750.879	17.319	(827.291)
Aumento de Capital	20.779	-	-	-
Ações em tesouraria	-	(529)	-	(529)
Bônus de subscrição por aquisição de controlada	-	31.169	-	31.169
Dividendos	-	-	-	(2.653)
Adição de não controlador em função de combinação de negócios	-	-	-	(2.653)
Lucro (prejuízo) do exercício	-	-	(160.871)	3.185
Saldo em 31 de dezembro de 2022 (reapresentado)	635.240	781.519	17.319	(988.152)
Ações em tesouraria	-	(4.691)	-	(4.691)
Programa de opções de ações perdidas/expiradas	-	(15.421)	-	15.421
Dividendos	-	-	-	(9.941)
Lucro (prejuízo) do exercício	-	-	-	(73.911)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	645.630	766.438	1.898	(1.046.652)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis completas.

em R\$ mil	Informações Gerais			
	Capital social	Reservas de Capital	Reservas de Ações	Prejuízos
Saldo em 31 de dezembro de 2021	614.461	750.879	17.319	(827.291)
Aumento de Capital	20.779	-	-	-
Ações em tesouraria	-	(529)	-	(529)
Bônus de subscrição por aquisição de controlada	-	31.169	-	31.169
Dividendos	-	-	-	(2.653)
Adição de não controlador em função de combinação de negócios	-	-	-	(2.653)
Lucro (prejuízo) do exercício	-	-	(160.871)	3.185

O Diário Comercial é o jornal ideal para suas publicações legais. Possui o melhor custo-benefício e um atendimento ágil.



Fale com quem entende de Publicidade Legal.

- Atas
- Avisos
- Balanços
- Comunicados
- Editais
- Fatos Relevantes

Diário Comercial

www.diariocomercial.com.br

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma IziSign. Para verificar as assinaturas clique no link: <https://www.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/060B-24A7-D309-FA71> ou vá até o site <https://www.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: 060B-24A7-D309-FA71



Hash do Documento

14E584DBEEADF09CAAA790FBE609013A78B06BF8ACB57D64A8951E1BFCC5E282

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 02/04/2024 é(são) :

- Marcos Nogueira Da Luz - ***.729.427-** em 02/04/2024 00:55
UTC-03:00
Tipo: Certificado Digital - JORNAL DIARIO COMERCIAL LTDA -
33.270.067/0001-03

